

REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida por Regina Célia
Tamaso Mioto e aprovada pela
Comissão Julgadora em

Data: 27 de junho 1989

Assinatura: Maria de Repente

EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

UNICAMP - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CAMPINAS - 1989



Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação (História e Filosofia da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.Dr. Antônio Muniz de Rezende.

CAMPINAS, 1989

Às famílias de minha vida,
A uma família em especial
Carlão, Paulo e Beatriz

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Antônio Muniz de Rezende,
que me ofereceu condições para refletir sobre a família, me orientou e me incentivou na realização deste trabalho.

Ao Prof. Esteban Ramos Zabarain,
a quem devo muito de minha formação como Terapeuta de Família.

Ao Prof. Dr. Maurício Knobel, ao Prof. Dr. Roosevelt Smeke Cassorla, à Profª Ruth de Mattos Cerqueira Leite, à Profª Maria Marta M. Batistoni,
que, de formas diversas, contribuíram para minha formação profissional.

Às minhas amigas, Assistentes Sociais, Jurema Aida Bassi Sutter, Maria do Carmo Marangoni, Maria Madalena Meloni de Oliveira, Maria Virgínia Fernandes Camilo,
pela presença e incentivo constantes.

Às famílias com quem trabalhei e que me despertaram para essa reflexão.

RESUMO

Nesta monografia, a família é tomada como um dos lugares de educação privilegiados pela cultura. A educação é definida na perspectiva fenomenológica de Rezende como processo-projeto de aprendizagem humana e significativa da cultura. Partindo deste referencial é realizada uma análise da família dentro de dois eixos. O primeiro se refere a uma abordagem contextual da educação da família. O segundo diz respeito ao processo educativo que acontece no seu interior, considerando especialmente a contribuição da psicanálise.

A família se faz como um lugar de experiências, repressão e simbolização. A vivência de tais processos pela criança no âmbito das relações familiares são fundamentais para a constituição do sujeito e para a preservação da família e da cultura.

ÍNDICE

Introdução	
CAPÍTULO I	
A Família na Educação	4
1. Homem, Educação e Cultura	6
1.1. Educação e Cultura	6
1.2. Educação como Experiência Intersubjetiva	11
1.3. Os Lugares de Educação	13
2. A Família Enquanto Lugar de Educação	15
2.1. Família, Natureza e Cultura	19
2.2. Família e Vida Privada	24
2.3. Família, o Mito da Instituição Sagrada	29
NOTAS	38
CAPÍTULO II	
A Educação na Família	40
1. Família, Lugar de Experiências	43
1.1. Experiências Infantis como Estruturantes do Sujeito	44
1.1.1. As Experiências Infantis na Perspectiva Kleiniana	45
1.1.2. A Experiência Edípica	50
1.2. As Experiências Próprias da Família Enquanto Grupo de Relações	52
2. Família, Lugar de Repressão	59
2.1. Família Enquanto Estrutura de Repressão	59
2.2. Repressão como Mecanismo de Culturalização	62
2.3. Repressão no Contexto Psicanalítico	64
2.3.1. A Noção Psicanalítica de Recalque	64
2.3.2. O Super-ego	65
3. Família, Lugar de Simbolização	67
3.1. A Estruturação do Sujeito Simbólico	68
3.1.1. A Perspectiva de Lacan	69
3.1.2. A Perspectiva de Klein	72
3.2. A Apropriação do Universo Simbólico	78
NOTAS	86

CAPÍTULO III

As Relações Familiares	89
1. A Relação Homem-Mulher	94
2. A Relação Pais-Filhos	98
2.1. A Relação Mãe-Filho	100
2.1.1. A Mãe para o Filho	102
2.1.2. O Filho para a Mãe	103
2.1.3. A Mãe para a Mãe	104
2.2. A Relação Pai-Filho	106
2.2.1. A Relação Pai-Filho numa Perspectiva Antropológica Social	106
2.2.1.1. O Pai como Autoridade	107
2.2.1.2. O Pai como Modelo	110
2.2.2. A Relação Pai-Filho numa Perspectiva Psicanalítica	111
3. A Relação entre Irmãos	113
NOTAS	117
CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA	124

INTRODUÇÃO

A idéia desta dissertação teve como ponto de partida o trabalho que realizei com famílias no Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Este trabalho estava ancorado na perspectiva da Terapia Familiar, que considera a patologia do indivíduo como parte de um contexto, no caso a família, também ele patológico.

No decorrer de minhas atividades fui me dando conta de que a problemática da família extrapola os limites da Terapia Familiar. Esta, embora munida de conhecimentos profundos acerca de famílias, fica contida dentro dos objetivos próprios da área em que se acha inserida, cujos parâmetros básicos são os da saúde e da doença, da normalidade e da anormalidade.

Em decorrência, pareceu importante pensar a família a partir do conhecimento acumulado das ciências relativas à saúde mental, mas dentro de um referencial mais amplo. O foco de interesse, então, não foi apenas a família comprometida em sua saúde, mas a família comum, de todos os homens. Sem dúvida, esta ampliação deve trazer benefícios a profissionais que, tendo seu trabalho centrado em pessoas, estão se envolvendo, direta ou indiretamente, com as famílias. A questão central desta dissertação é, portanto, procurar entender o processo que acontece dentro da família e faz com que ela se torne tão importante na vida das pessoas a ponto de ter garantida sua longa sobrevivência como instituição social.

O fato de esta dissertação ter acontecido no contexto de uma Faculdade de Educação não foi mero acaso. Também não foi casual sua inserção na área da Filosofia e História da Educação. Esta opção, em primeiro lugar, explica-se

pelo fato de a família, como parte integrante da vida do homem e de seu processo de construção, implicar também a educação. Esta subjaz a todas as relações que o homem estabelece com o mundo e com os outros.

Em segundo lugar, porque é justamente uma reflexão filosófica sobre a educação, especialmente em termos da Antropologia Filosófica, que permite visualizar, com a abrangência necessária, uma questão que transcende o âmbito das ciências isoladas. Assim, os conhecimentos oriundos dessas ciências são integrados numa perspectiva de totalidade.

Uma vez definida a questão e a área dentro da qual seria tratada a família, o trabalho foi concebido seguindo, basicamente, dois eixos. O primeiro se refere à família na educação. Isto é, considerou-se um referencial teórico, dentro das concepções de educação, que abrangesse a família como lugar de educação, encarada esta última além dos limites do saber e da transmissão de conhecimentos, normas e valores. O segundo está relacionado à educação na família e é uma tentativa de descrever o processo que acontece em seu interior e que diz respeito à própria humanização do sujeito.

Nessa perspectiva, a dissertação compõe-se de três capítulos: A Família na Educação, A Educação na Família e As Relações Familiares.

O primeiro capítulo diz respeito à busca e à escolha de uma concepção filosófica de educação dentro da qual a família tivesse espaço. A escolha recaiu sobre a Fenomenologia, em particular sobre os estudos de Rezende, que define a educação como apredizagem humano-significativa da cultura e a família como um dos lugares de educação privilegiado pela própria cultura.

Ancorada nestes pressupostos e ciente da amplitude do tema bem como da diversidade dos aspectos relacionados à

questão da família, enfatizo três que parecem estar implícitos numa discussão sobre família e educação: Família, Natureza e Cultura; Família e Vida privada; Família e o Mito da Instituição Sagrada. Tais aspectos relacionam-se ao que denomino de perspectiva contextual da educação familiar.

O segundo capítulo, juntamente com o terceiro, está circunscrito ao processo educativo que acontece na família e corresponde ao que chamo de perspectiva interna da educação familiar. Nele recorro à contribuição da Teoria Psicanalítica, especialmente de Klein, Lacan e Laing. Partindo do referencial que toma a história do homem calcada no inconsciente e marca os afetos e as vivências infantis como estruturantes do sujeito, assinalo a família como lugar de experiências, de repressão e de simbolização. Estes processos são básicos na educação familiar. Nesta perspectiva, discuto não apenas a significação de tais processos para o sujeito, mas para a família, enquanto grupo de relações, e para a cultura.

O terceiro capítulo enfoca as relações familiares, dada a importância que a categoria de relações tem no contexto da educação da família, a qual se constitui no centro do processo de humanização. Neste capítulo, discuto a maneira como elas acontecem, constroem-se, transformam-se e se apresentam no decorrer da história do sujeito e da família dentro da cultura.

Através desses três capítulos e dos recortes realizados do pensamento de vários autores, a tentativa é de compreender, em primeiro lugar, a família como lugar privilegiado do encontro do homem com a cultura; e, em segundo lugar, compreender o processo que se desenrola dentro dela e faz de cada bebê um homem capaz de relacionar-se consigo mesmo, com o mundo e com os outros. É na dialética dessas relações que ele transforma-se a si mesmo, juntamente com o mundo e com os outros.

CAPÍTULO I

A Família na Educação

Ao inscrever a família como estrutura passível de análise no âmbito das ciências da educação, estou assumindo a tarefa de repensá-la dentro de uma perspectiva mais ampla do que a adotada por aquelas ciências. Isto é, a partir de uma abordagem que não evidencie apenas um tipo de relação entre o educador e o educando, nem a situe apenas dentro de um quadro formalizado, quer pelo caráter da instituição escolar quer pela determinação de seus participantes.

Para tanto, tomo como ponto de partida a afirmação do antropólogo Brandão:

"Ninguém escapa à educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela, para aprender, para ensinar, para aprender-ensinar. Para saber, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação."¹

Esta afirmação comporta pelo menos três aspectos que me parecem fundamentais. O primeiro diz respeito à universalidade da educação. Sua experiência não é privilégio de algumas pessoas ou grupos. Ela é comum a todos os homens em todos os lugares. O segundo decorre do primeiro e define a educação como inerente à própria vida. Ela não ocorre em determinado espaço de tempo, mas é um processo contínuo dentro de uma relação indissolúvel entre vida e educação. O terceiro é o fato de que a educação implica relação entre pessoas. É dentro do espaço relacional que os sujeitos aprendem e ensinam. Ela não se restringe à área do saber, no sentido estrito do conhecimento, mas permeia todo o relacionamento humano, através do qual se aprende a conhecer, a sentir, a fazer, a conviver, a ser. Aprendemos e ensinamos desde o nascimento e com o nascimento. Até a morte e com a morte.

Na mesma direção, a Fenomenologia nos diz que o homem, na sua existência, vive os três sentidos da palavra sentido, não só de maneira cronológica mas contínua e circular. Partimos da experiência de sentir o mundo e os outros através do corpo (do olhar, do cheirar e do tocar) passando por todas as significações desse olhar, desse cheirar, desse tocar e vamos até as infinitas possibilidades de compreendermos a nós mesmos, o mundo e os outros. O bebê inicialmente se relaciona com o mundo através do corpo que vai incorporando as suas significações na relação com a mãe. Por exemplo, a angústia da fome é amainada pela presença da mãe e por sua voz. Desse modo e progressivamente vai entrando no mundo das significações até chegar ao mundo do simbólico, ao mundo da linguagem, com a possibilidade de inserção plena no mundo humano.²

Essa operação que se inicia na vida do bebê prolonga-se durante toda a vida do homem. O que se repete não é apenas o esquema operativo (senti-significar-compreender-interpretar), mas cada nova operação traz em si as significações e a compreensão obtidas nas operações anteriores.

Além dos aspectos aventados, é importante salientar que, ao se falar de educação, está-se falando de homem e de vida. Do homem, obviamente, pois ele é o sujeito da própria vida. Agente e paciente não só da educação, mas do próprio mundo, uma vez que não há mundo sem homem e nem homem sem mundo.

Quanto à vida, tomo-a, neste contexto, como cultura no sentido fenomenológico. Cultura como expressão de existência. Viver não significa apenas estar no mundo. Implica a determinação de uma forma de existência, de uma maneira de estar no mundo com os outros dentro dos limites do espaço e do tempo. A cultura é a expressão coletiva da vida.

Portanto, a educação se coloca como centro de um

eixo de relação entre o homem e a cultura. Em conseqüência, o que deve ser evidenciado são as relações entre o homem, a educação e a cultura.

1. Homem, Educação e Cultura

1.1. Educação e Cultura

A relação homem-educação sempre figurou como certa e clara, apesar das teorias que tentam obscurecer o caráter essencialmente humano da relação educacional, colocando homem-animal-máquina dentro de uma mesma categoria³. Ao mesmo tempo, a relação educação-cultura permaneceu fora dos limites de discussão dos educadores, embora os culturalistas tenham, a seu modo e em termos diversos do que propomos, insistido na questão da cultura. Esta começou a ser retomada a partir de alguns posicionamentos que determinaram uma nova forma de considerar a educação e a cultura e uma postura diferente de educadores frente ao mundo. Destaco duas dessas posturas.

A primeira diz respeito à interdisciplinaridade. A partir do momento em que a compartimentalização do saber foi questionada, principalmente em relação às ciências que se ocupam do homem, surgiu uma outra perspectiva para encarar o homem e o mundo e uma nova atitude dos cientistas em relação às questões que sempre foram de caráter interdisciplinar. Até então, havia a tendência de se estabelecer o domínio de um ou de outro ponto de vista ou de uma ou outra ciência em detrimento de outras.

Esta mudança do pensamento científico não ocorreu no vazio. Foi parte de um processo de mudanças em relação à própria estrutura de pensamento e organização dos homens, dentro de um contexto social, político e ideológico. Nesse sentido

"a moderna preocupação com a cultura nasceu associada tanto às necessidades do conhecimento quanto às realidades de dominação política. Ela faz parte

tanto da história do pensamento científico quanto da história das relações internacionais de poder."⁴ Dentro dessas condições é que ocorreram a evolução e o aprofundamento do conhecimento relativo à cultura e à educação.

O segundo posicionamento diz respeito à situação dos países do Terceiro Mundo, em especial do Brasil, com a ênfase dada pelo Movimento de Educação Popular à educação e à cultura a partir dos anos 60⁵. Um dos dados mais importantes do período é

"a transformação da palavra neutra cultura, tal como foi pensada pela antropologia, pela ciência do folclore e pelos livros escolares, em uma categoria política e ideológica."⁶

Este movimento fez com que houvesse um aprofundamento em torno da temática da cultura, desde sua definição até o desvelamento do processo de dominação existente em seu interior, marcado pelo antagonismo das classes sociais. A cultura deixou de ser considerada apenas como produto do trabalho do homem e passou a ser vista também como o processo do fazer, do criar, considerada a dimensão política nele presente. Segundo Estevam

"cultura é a natureza transformada e significada pelo homem e deve ser produzida de modo a garantir um nível cada vez mais integral à realização do ser humano no mundo."⁷

Tendo como parâmetro a situação de alienação cultural da sociedade brasileira, o Movimento de Educação Popular buscou, através da educação enquanto conscientização, o aparecimento de um novo homem, sujeito de sua história e transformador de sua cultura.

A partir da reflexão e da ação, veio também a percepção de que

"todos os projetos que misturam educação e cultura com povo e comunidade partem do pressuposto de que

mesmo respeitando os seus valores é necessário transformá-los...Por isso, toda educação que se dirige a ele (povo) não consegue ser mais do que um artifício mediador de mudanças sobre ele. Um artifício que, buscando mudar a lógica e o conteúdo do pensar, modifique uma cultura para que dentro e fora dela tudo se transforme também ou justamente fique como está;"⁸

Em termos de educação, este mometo está marcado pelo pioneirismo de sua ação e também pela revolução na maneira de tratar uma educação presa às instituições de ensino, aos programas escolares e aos métodos pedagógicos. Mas, apesar de todo conteúdo transformador presente neste novo posicionamento, a educação continuou centrada na dimensão do saber e na possibilidade de ser um meio de conscientização a respeito da condição de opressão vivida pelo povo brasileiro.

Uma das contribuições mais conseqüentes, ou mais fecundas quanto à educação e à cultura, veio da Fenomenologia através da obra de Rezende. Enfrentando o desafio de fazer uma fenomenologia da educação, Rezende discutiu o assunto, ancorado num diálogo com as várias ciências. Seu ponto de partida é a questão do sentido e a noção de intencionalidade que são centrais para a Fenomenologia, estando contidas na própria definição de fenômeno:

"O fenômeno aparece como uma estrutura reunindo dialeticamente na intencionalidade o homem e o mundo, a existência e a significação."⁹

Esta definição evidencia a noção de relação contida na intencionalidade. Implica a relação entre os dois polos, sujeito e mundo. Ela é constitutiva do próprio sujeito em todos os seus aspectos de ser-ao-mundo.

O homem pode relacionar-se com o mundo de diversas maneiras. Mas, cada relacionamento se faz a partir de um determinado ponto de vista, que não é único, mas que, no mo-

mento é privilegiado. A relação é sempre uma experiência de sentido que, em primeiro lugar, diz respeito à sensação corporal do perceber, do olhar e, depois, do significar e do interpretar. É nesse contexto que a cultura aparece e é tida como estrutura de estruturas. Ela se manifesta no encontro do homem com o mundo.

"Na cultura, a estrutura do sujeito se estrutura na estrutura do mundo e...segundo Fernand Dumont, a cultura é o lugar do homem, o lugar em que o sentido de sua existência se torna manifesto. Ela se constitui como forma própria da existência humana percebida como ser no mundo com os outros."¹⁰

Ao lado dessa conceituação filosófica de cultura, o autor destacou o fenômeno cultural, na perspectiva da Antropologia Cultural. Assim, a cultura é definida como

"a fisionomia própria que um grupo humano adquire através de sua história."¹¹

A fisionomia, na esteira de Merleau Ponty, pode ser tomada como forma ou estrutura e significa

"uma multiplicidade unificada por relações cujo sentido é correspondência intencional à situação existencial."¹²

Isto marca o fato de que a cultura não é uma estrutura qualquer, mas uma estrutura simbólica. Está diretamente relacionada à questão do sentido, nunca único ou absoluto, e envolve toda a polissemia própria do símbolo, cuja significação não advém apenas dele. Enfim, a cultura pode ser definida como circulação de sentido, dos sentidos que se manifestam de diversas maneiras no seu interior, que são veiculados por ela.

Partindo do fato de a cultura ser expressão de existência e fisionomia que um grupo humano adquire através de sua história, a fenomenologia valoriza, uma vez mais

o diálogo com a Antropologia Cultural e enfatiza a educação "como um processo pelo qual os membros de um determinado grupo cultural assimilam e vivem o modelo de homem veiculado por sua própria cultura."¹³

Isto tem pelo menos duas conseqüências importantes. A primeira é considerar a educação como um processo constitutivo do próprio homem e da própria cultura. É através dela que os homens aprendem e ensinam a viver, não se podendo separar o processo educacional do processo histórico-cultural. Daí advém a definição de Rezende: educação como processo-projeto de aprendizagem humana e significativa da cultura. Este ponto não deve ser considerado apressadamente nem fora do contexto fenomenológico. Para a Fenomenologia, a cultura é expressão de existência, o que a faz distinta especialmente do Culturalismo que, na sua explicação do processo cultural, coloca o homem como produto da cultura e, por isso mesmo, inviabiliza a-criticamente o sujeito, dentro de um modelo único ou de um único tipo de relação possível entre ele e a cultura.

Na perspectiva fenomenológica, partimos do pressuposto de que tanto o homem quanto a cultura são estruturas simbólicas, o que faz do processo educacional, também ele, um processo simbólico que ocorre na relação entre o homem e o mundo. Enquanto processo, podemos dizer que ele comporta pelo menos três momentos ou sentidos.¹⁴

O primeiro diz respeito ao sentido recebido. Tomando a cultura como circulação de sentido que os homens dão à sua existência, o homem é culturalizado a partir do que lhe é transmitido pelas gerações anteriores: do sentido construído através da ordenação do mundo e dos valores e normas nele encarnados. A cada homem que nasce, a cultura lhe passa a experiência coletiva de sua existência.

O segundo é o sentido dado. Isto quer dizer que a experiência existencial não se restringe à recepção do senti

do, mas dá uma nova significação àquilo que lhe foi transmitido, a partir de sua própria vivência.

Em terceiro lugar, podemos falar do sentido acrescentado. O homem não é apenas receptor de sentido (no mesmo sentido), nem apenas doador de sentido (em outro sentido). Mas ele é capaz de criar sentidos novos e comunicá-los aos outros homens. Isto nos leva a dizer que é dentro da dialética do processo educacional que se faz a cultura e o sujeito.

A segunda significação importante no diálogo com a Antropologia Cultural é decorrente desta que acabamos de mencionar e diz respeito à nova perspectiva que a Fenomenologia forneceu para o fenômeno educacional. A prática educativa, restrita até então à escola com a preocupação primordial de transmitir conhecimentos, passa a ser considerada como uma das dimensões dentro do processo educacional e a escola como um dos lugares de educação possíveis dentro da cultura. As experiências que foram e estão sendo feitas em torno do que chamamos Educação Popular podem ser encaradas, em termos da Fenomenologia, como respostas que os educadores vêm dando à situação que vivemos. O privilégio da relação cultura-educação é uma tomada de posição que evidencia o aspecto político dessa relação e a possibilidade de se dar um outro sentido à cultura.

Tendo em conta as considerações acima, enfatizo que o homem é sempre um homem culturalizado nas relações que estabelece com os outros homens dentro de lugares marcados pela cultura. Então, passo a discutir rapidamente a educação como experiência intersubjetiva e os lugares onde ela acontece.

1.2. A Educação como Experiência Intersubjetiva

Inicialmente pontuei como importante o trinômio

homem-educação-cultura e falei das relações que se estabelecem entre esses termos de modo a torná-las mais inteligíveis. Isto seria incompleto se não explicitássemos melhor as relações que tornam possíveis a estruturação das pessoas e as relações entre elas. O homem não está sozinho no mundo, mas está no mundo com os outros e a experiência da intersubjetividade é característica da existência humana. Ela possibilita a entrada do homem no mundo simbólico permitindo não só a criação do símbolo, mas também a circulação simbólica do sentido e, mais ainda, as novas interpretações de que é passível.

Não se pode separar intersubjetividade e educação, pois esta última acontece no interior da relação entre os homens, sendo que o seu caráter marca de maneira significativa o processo de aprendizagem. As relações entre as pessoas acontecem de diversas formas e estão ancoradas nas diferentes maneiras pelas quais o homem pode relacionar-se com o mundo, ou seja, através da inteligência, do afeto, da sensibilidade. Embora todos esses aspectos estejam presentes numa relação, não se pode negar a possibilidade de se privilegiar um ou outro. Por exemplo, se pensarmos num bebê, constatamos que sua relação com o mundo está basicamente centrada no sensível. Por aí, podemos dizer que o homem entra na cultura através da experiência dos sentidos. As primeiras relações se fazem através do corpo e a presença do outro é fator de significação que advém dessa experiência. O mundo humano se amplia à medida que vai comportando mais significações e novos níveis de relações vão sendo experimentados.

A relação intersubjetiva permite ao homem sentir-se como parte de sua cultura. Pois, além da participação possível através do conhecimento que se tem do universo simbólico, é necessário o sentimento de pertencer àquele grupo. Isto aparece com muita clareza nas palavras de Sartre em

relação à família:

" a família encontra-se unida pela recíproca interiorização feita por cada um dos seus membros (cujo distintivo da qualidade de membro é precisamente essa família interiorizada) em relação à interiorização dos outros. A unidade da família reside no interior da síntese de cada um e cada síntese encontra-se ligada por interioridade recíproca como a interiorização que cada um faz das sínteses dos outros membros."¹⁵

Esta colocação não é ao acaso, mas representa o fato de ser a família o primeiro lugar do homem no mundo. Dentro dela se inicia o processo de culturalização que pode ser traduzido como de socialização. Dentro dela aparece a primeira forma do nós que vai se alargando no decorrer da vida do homem, indo até a cosmopolitização, além da comunhão, da comunidade e da sociedade, nos termos de Gurvitch.¹⁶

No dizer de Rezende,

"a intencionalidade pessoal prolonga-se na transcendência característica da intersubjetividade para permitir uma estrutura simbólica progressivamente mais aberta, a ponto de não se excluir a possibilidade de simbolizar relativamente a todo homem, universalmente considerado, na suposição, é claro, de que pela mediação do diálogo torne-se possível o acesso a um código comum de interpretação."¹⁷

1.3. Os Lugares de Educação

Quando se fala em aprender o sentido que está em circulação numa cultura, a fenomenologia introduz a noção de tópico ou lugar. O sentido não circula no vazio e nem está acima da vida dos homens no mundo. Ele se encarna em determinadas formas concretas de relacionamento do homem com o mundo e com os outros. Tal fato quer dizer que a noção de tópico é

semântica e diz respeito à experiência, não envolvendo, nesse particular, sentido lógico ou geográfico. A abordagem tópica que a fenomenologia faz através da descrição dos lugares de experiência humana não é a única. Ela é o primeiro passo para a compreensão do conjunto das experiências humanas, que se completa com mais três formas de abordagem: a econômica, que diz respeito à hierarquia estabelecida entre os diversos tópicos; a dinâmica, que evidencia toda a dialética presente entre eles; e a U-tópica, que diz respeito ao desejo e à imaginação do homem.

Rezende, na sua abordagem tópica, descreve a experiência humana dentro de três grupos de lugares: os lugares relativos ao mundo, os lugares relativos ao homem e os lugares que abrigam a experiência humana com o transcendente.

Considerando esta estrutura, o enfoque neste trabalho recai sobre a educação como uma das relações entre os homens. Como experiência intersubjetiva, acontece durante toda a vida, mas existem lugares da cultura nos quais a experiência de aprendizagem é privilegiada. Privilegiada não só no sentido de troca ou de relação dialógica, mas também e prioritariamente na finalidade de transmitir o modelo de homem veiculado pela cultura, vinculado às normas e valores reinantes. Estes lugares, é importante salientar, fazem parte da história dos homens e, por isso, aparecem e se estruturam de acordo com os sentidos de existência que os homens colocam em circulação no decorrer dos tempos. Por isto, as instituições não são eternas e o privilégio que se dá a um ou outro lugar vai depender das possíveis hierarquizações que se fazem dos diferentes tópicos que, por sua vez, revelam uma outra dinâmica cultural.

Dentre os lugares privilegiados de educação-aprendizagem estão a família, a escola, a religião, e os partidos políticos na perspectiva gramsciana. A família é uma das

instituições mais antigas de educação e, segundo Brandão,

"mesmo os grupos que como os nossos dividem e hierarquizam tipos de saber, de alunos e de usos de saber, não podem abandonar por inteiro as formas livres, familiares e/ou comunitárias de educação. Em todos os cantos do mundo, primeiro a educação existe como um inventário amplo de relações interpessoais no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinhos-irmão da mãe, irmão mais velho-irmão caçula e assim por diante. Esta é a rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana."¹⁹

Continuando seu pensamento, o autor diz que escola como

"um sistema pedagógico controlado por um poder externo a ele, atribuído de fora para dentro a uma hierarquia de especialistas e destinado a reproduzir a desigualdade através da oferta desigual do saber, é uma conquista tardia da história da cultura."¹⁹

Tendo em conta a perspectiva de educação introduzida, passarei, doravante, a analisar a família como um lugar privilegiado de educação, na tentativa de compreendê-la melhor.

2. A Família Enquanto Lugar de Educação

Tomando a família como um lugar de educação que se foi institucionalizando através dos tempos, na medida em que se constituiu como umas das formas privilegiadas de relacionamento entre os homens, é importante que, para sua análise, insista-se em dois aspectos: a interdisciplinaridade e a história.

A interdisciplinaridade é essencial para a abordagem da família. O caráter interdisciplinar não deve estar restrito à apresentação ou à somatória das diferentes análises que se fazem sobre ela. É necessário uma integração do conhecimento para que haja a possibilidade de uma compreensão mais profunda a seu respeito e preserve-se a polissemia característica de todo fenômeno humano.

Como é do conhecimento de todos, a família tem sido estudada através dos tempos, de diferentes maneiras, por diferentes autores, cujas análises se completam, se distinguem ou marcam posições antagônicas, devido especialmente a posturas políticas, religiosas e culturais divergentes.

No interior da literatura sobre a família é importante destacar que uma das maiores contribuições vem da Antropologia Cultural. Através de representantes de diferentes orientações como Morgan, Malinovski e Lévi-Strauss chegou-se a importantes descobertas a respeito da estrutura da família, da sua própria evolução como instituição, formando-lhe o caráter essencialmente cultural. Os marxistas, especialmente Engels, enfatizaram a família monogâmica burguesa como grande reprodutora das contradições e antagonismos sociais, sendo que a relação homem-mulher é o primeiro antagonismo de classe, a primeira relação de opressão. A psicanálise, com as descobertas de Freud, coloca a família como entidade fundamental na constituição do sujeito, sendo o complexo de Édipo a pedra angular de sua teoria. A escola crítica de Frankfurt realizou um dos esforços mais fecundos para a compreensão da família dada a marca interdisciplinar que conseguiu imprimir em seus estudos. Autores como Marcuse, o jovem Fromm, Adorno, Horkheimer, Habermas, apoiados especialmente nas contribuições do marxismo e da psicanálise, desenvolveram suas análises e, de certa maneira, recuperaram a visão hegeliana de família, isto é, a família como conteúdo ético

da sociedade civil e como forma de resistência à desumanização social. Para tanto, como ilustração, é tomado o episódio de Antígona, de Sófocles:

" Ao violar a lei da pólis e ao obstinar-se em enterrar o irmão Polinice, Antígona faz valer a força religiosa que não poderia encontrar nos editos da autoridade da pólis: "Não há neles, diz Antígona, nenhum poder de separar-me dos meus." Os laços de sangue são razão mais forte que as razões de Estado. "Pois jamais, nem que eu fosse mãe de crianças nem se meu marido morto apodrecesse, contra a força dos cidadãos eu assumiria essa tarefa. Em nome de que lei digo isso? Morto meu marido, eu teria outro, e um filho de outro homem se o perdesse, mas já encobertos pelo Hades, meu pai e minha mãe, não tenho irmão que ainda florescesse. Por semelhante lei é que te prestei as honras fúnebres." O sentimento familiar se exerce em fórmulas pré-jurídicas e não escritas."²⁰

A partir dessas contribuições, deve ser assinalado o aspecto histórico da instituição familiar, ou seja, a família, enquanto lugar constituinte da estrutura cultural, foi se transformando através dos tempos, não só em relação à sua própria estrutura, mas também em relação à estrutura global, como uma tradução do sentido que os homens foram dando a sua existência. A relação entre ela e os outros tópicos culturais, e o sentido do todo que permeia estes lugares se modificam a partir de uma relação dialética estabelecida entre todos, sendo que a dinâmica que acontece no interior de cada tópico interfere na dinâmica global e na dinâmica interna de todos os outros e vice-versa. Isto quer dizer que os lugares não apenas refletem a estrutura global, mas também que esta é criada e transformada dentro desses mesmos lugares.²¹ A esse respeito, Canevacci diz:

"a família não é tanto um micro sistema a ser relacionado com o macro sistema, como boa parte da literatura sociológica tende a mostrar, mas sim uma estrutura - que mais que qualquer outra - contém em si a esfera da natureza e da cultura ..."²²

Em termos históricos, este trabalho está centrado na família nuclear da civilização ocidental, fundado no princípio da monogamia. Esta já apresenta modificações profundas em relação ao patriarcalismo que a marcou inicialmente, considerando o processo de emancipação da mulher e a mudança em relação à criança, sua nova posição dentro e fora da estrutura familiar.

Além do aspecto histórico, é importante marcar a família como o lugar comum de todos os homens em todas as épocas. Em sentido forte, pode ser tomada como o ponto de encontro da cultura. A família é a única instituição cujos membros têm uma história comum que, ao mesmo tempo, os iguala aos outros homens e os diferencia. Mais que isso, a profundidade das relações aí estabelecidas lhes garante um futuro se não juntos pelo menos interligados. Segundo Lacan,

"a família predomina na educação inicial, na repressão dos instintos, na aquisição da língua, que justificadamente se designa como materna. Desse modo, governa os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções de acordo com tipos condicionados pelo ambiente que constitui, segundo Shand, a base dos sentimentos e, num marco mais amplo, transmite estruturas de conduta e representação cuja dinâmica desdobra os limites da consciência!"²³

Considerando este cipoal de idéias e pensando em analisar o processo educacional que acontece no interior da família, marco como importante a análise de pelo menos três

aspectos que estão presentes em toda discussão que se estabelece sobre ela. Estes, ao mesmo tempo que a contextualizam na estrutura cultural, levam a pensar em algumas questões que caracterizam a educação. São eles: família, natureza e cultura; família e vida privada; família e o mito da instituição sagrada.

2.1. Família, Natureza e Cultura

A característica peculiar da família na história das instituições é o fato de ela conter, na sua estrutura, as duas esferas do universo humano: a natureza e a cultura. Isto não tem apenas caráter distintivo, mas também pode explicar, pelo menos em parte, sua universalidade e seu tempo de vida. Mas é por essas mesmas razões que a sua compreensão se torna sempre um desafio, pois além de sua longa história, das diversidades culturais e temporais, ela toca em questões intrínsecas ao homem, que são os mistérios da própria vida.

Basicamente, a análise da relação entre natureza e cultura se envereda por dois caminhos. O primeiro diz respeito ao próprio surgimento e institucionalização da família e o segundo ao fato de que esta relação está perpetuada em cada família, em todas as famílias.

Quanto ao primeiro aspecto, é plausível a tese de que a família surgiu justamente no imbricamento entre a natureza e a cultura. Foi na vivência dos fatos naturais (sexo, nascimento e morte) e no controle que os homens puderam ter sobre eles que se fundaram a cultura e a família. De acordo com Lévi-Strauss, a invenção do tabu do incesto significou a porta de entrada da cultura. Com ele se obteve a supremacia da regra cultural da afinidade sobre a regra natural da consangüinidade. A proibição do incesto está diretamente ligada à origem das regras do casamento que está calcada num sistema geral de trocas ao qual se denomina exogamia e que garante a circulação total e contínua dos bens

que cada grupo possui, cujas mulheres e filhas são consideradas bens por excelência. A conseqüência disso é garantir a vitalidade dos grupos humanos, excluindo a possibilidade de ver a família biológica como um sistema fechado de relações. Ela determina, através de seu caráter social, as regras para a formação dos pares e, mais ainda, os meios para ligar os homens entre si. Segundo Lévi-Strauss,

"a proibição do incesto não é tanto uma regra que proíba casar com a mãe, com a irmã ou com a filha, mas sobretudo uma regra que obriga a ceder a outros a mãe, a irmã, a filha. É a regra do dom por excelência."²⁴

A partir de tais determinações, é estabelecida toda uma rede de relações dentro da qual o indivíduo está inserido, não como indivíduo isolado mas como indivíduo relacionado. Por exemplo, a maternidade não significa apenas a relação de uma mulher com o filho, mas também sua relação com outros membros do grupo, como irmã, como esposa, como prima ou como estranha do ponto de vista do parentesco. Então, as relações de parentesco, ao mesmo tempo que definem o indivíduo dentro do grupo, determinam os que estão incluídos no grupo e excluem os outros.²⁵

Ao decifrar o enigma da proibição do incesto, pode-se ver claramente que a família não está calcada na essência biológica do homem. O parentesco não está fundado na filiação, como diz a tese mais difundida, mas na afinidade. A família não é um fato natural, mas um fato cultural historicamente determinado.

Por ser um fato de tal natureza, ela foi se transformando através dos tempos e a família monogâmica patrilinear que vivemos ainda hoje, tomou forma a partir do momento em que os homens descobriram a relação entre o ato sexual e a geração. A possibilidade de se estabelecer a paternidade representou uma virada histórica no curso da humanidade.

Significou não apenas um avanço científico, mas uma descoberta política valiosa para se firmar a relação família-propriedade.

"O desenvolvimento da idéia de propriedade na mente humana, através de sua criação e de sua posse, e especialmente através da sistematização dos direitos legais que regulam sua transmissão hereditária, está intimamente ligada à instituição dessa forma familiar."²⁶

Assim, a família de nossos dias está calcada no princípio natural da procriação e no fato cultural da transmissão hereditária de bens a filhos certos e legítimos.

Além da relação entre natureza e cultura constituir o cerne da estruturação da família, tal relação está presente e perpetuada dentro dela, pois é o lugar no qual os homens vivem os fatos naturais. O sexo, o nascimento e a morte são momentos próprios da vida familiar e aí se encontram "naturalmente" articulados.

Os mistérios da vida e da morte sempre foram objeto de preocupação dos homens, mas a ausência de domínio sobre eles fez com que as interpretações míticas fossem aparecendo de uma maneira ou de outra nas diferentes culturas. A maneira como recebem uma criança ou enterram seus mortos está diretamente relacionada à estrutura mitológica da cultura que expressa os sentidos que estes fatos têm na vida cultural. Eles são vividos também de maneira diferente pelas diferentes famílias, de acordo com sua própria história. E, logicamente, estão marcados por sentimentos inconscientes ligados aos tabus e mitos culturais, bem como pelos próprios mitos, segredos ou atitudes familiares que se constroem em torno de tais fatos.

A morte na família, sem dúvida, é vivida como um momento de desestruturação psicológica, material e moral. A coesão do grupo fica fortemente abalada, principalmente se

quem morre é um dos cônjuges. A sua sobrevivência ou a busca de uma nova ordem está ligada ao processo de luto que se desenvolve e está apoiada numa série de práticas sociais como os funerais, a religião, etc.

Ao contrário da experiência da morte, a experiência da vida é compartilhada. Para se criar a vida, é necessário a presença do par e a relação que se estabelece entre o homem e a mulher é a mais natural das relações que acontecem entre os homens. Foi justamente na legislação dessa relação, através da proibição do incesto, que a cultura e a família foram fundadas. Também sobre ela, através da possibilidade de se estabelecer a paternidade, é que se formou a família monogâmica.

Assim, pode-se dizer que o fato natural da vida esteve e está presente em toda a história da família e a forma como aparece e é vivido está diretamente ligada à estrutura cultural em que se insere. Na esteira da vida familiar, encontra-se a educação, pois somente às custas de um eficiente processo educativo é que a família pôde ser construída e mantida através dos tempos. Isto conduz a pensar sobre algumas ligações que podem ser estabelecidas entre a educação e a questão da natureza e da cultura, tendo em conta a educação na família.

Nesse sentido salientamos três aspectos: o primeiro diz respeito à esfera da natureza. Se a família abriga dentro de si os fatos naturais da vida, a educação que acontece dentro dela se faz, em primeiro lugar, no espaço de uma relação natural através da maternidade. A relação mãe-filho, num primeiro momento, está especialmente marcada pela estrutura biológica, pois tanto o bebê procura o seio quanto a mãe tem o seio para oferecer. Mas a maneira como esse relacionamento se desenvolve vai estar diretamente ligada à questão cultural. Assim, a amamentação é um fato natural, mas não está submetida, no homem, apenas a uma regulação fisiológica. Ao contrário, as regras de amamentação e o ato de desmamar

estão diretamente ligados à estrutura de relacionamento estabelecida entre mãe e filho e às normas culturais.

Se a relação mãe e filho pode ser considerada a primeira, ela não é a única que acontece dentro da família. Importa destacar o segundo aspecto em que a relação de educação vai estar centralizada e determinada pela esfera da cultura através do que acontece entre pai e filho. Como foi apontado, a descoberta da relação entre ato sexual e geração significou a possibilidade de se estabelecer a paternidade. Isto trouxe não só uma outra estruturação da família (família biológica), mas também atribuiu um papel ao pai, até aquele momento desconhecido na história. O homem-pai-proprietário passou a ter o domínio e a autoridade necessários para imprimir uma outra direção à vida da família, especialmente à de seus descendentes. Isto demonstrou, de forma espetacular, a supremacia da cultura nas leis que regem o relacionamento familiar. A nova relação de educação estabelecida então foi impressa de tal forma nos indivíduos que sobrevive até hoje. Além disso, a figura do pai, nas análises sobre a família e sobre a constituição do sujeito, é tratada como central, uma vez que, mais que qualquer outra coisa, representa a ordem cultural como determinante das formas de relações entre os homens. Neste sentido, podemos citar, na psicanálise, a contribuição de Lacan em cuja teoria o pai ocupa papel central.

O terceiro aspecto diz respeito ao fato de que a educação na família implica aprender e ensinar a lidar com a própria vida. Esta é a diferença fundamental em relação a outras formas de educação. Enquanto estas últimas se guiam pelo princípio da racionalidade e da especialização, a educação que acontece na família está centrada no afeto e num amplo quadro de relações que não é possível a outras instituições de educação.

Quando digo que a família ensina o homem a lidar

com a própria vida, faço-o no sentido de que é ela que lhe dá estruturas de relacionamento que lhe permitirão estabelecer outras relações com os homens. É nela que se aprende a língua, a expressão cultural por excelência e o instrumento privilegiado no relacionamento entre os homens. É dentro dela que se aprende a lidar com os fatos naturais da vida, sexo, nascimento e morte, a partir da vivência que se tem dos mesmos e da transmissão de toda a história mítica da cultura afeita a eles. É pela educação da família, enfim, que é possível estabelecer uma continuidade entre gerações.

2.2. Família e Vida Privada

Se a questão da natureza e da cultura é crucial nas discussões sobre a família, a tematização desta última, enquanto esfera privada, é no mínimo polêmica. Os estudos realizados sobre o assunto demonstram que a divisão da vida do homem em duas esferas - a pública e a privada - não é recente. Ao contrário, ela veio na esteira da conformação da família monogâmica patrilinear e no decorrer dos tempos foi tendo conotações diferentes. De acordo com Engels²⁷, a cisão histórica entre a esfera pública e a privada aconteceu em função da instauração da família individual e a propriedade privada. Na antiga família comunista, a direção da família cabia às mulheres. Constituíam uma atividade socialmente necessária, tinha caráter público e, por isso, gozava de igual valor em relação às atividades dos homens. Arendt²⁸, ao colocar a questão, retoma o surgimento das duas esferas justamente na antiguidade, colocando a existência delas em direta correspondência com a família e a política, como entidades diferentes. Na Grécia, existia a pólis e a família. Esta derivava do fato de os homens terem de viver juntos em razão de suas necessidades e carências, com a finalidade de manter a vida individual e a sobrevivência da espécie. Aquela se constituía como esfera da liberdade cuja condição natural pa

ra se lhe pertencer era a vitória sobre as necessidades da vida em família.

A diferença entre uma e outra era o fato de que a pólis se caracterizava pela igualdade entre os pares e a família pela desigualdade. O limite do poder paterno só acontecia se este entrasse em conflito com os interesses da pólis, mas nunca havia benefício de um membro da família como indivíduo. A prática de vender crianças e enjeitar filhos era comum em toda a antiguidade.

A grande distância entre as duas esferas foi transposta de certa forma na Idade Média, mas a ordenação delas foi diferente. A esfera privada ou a família passou a ter importância central na organização social e a esfera pública ficou enfraquecida. Houve a transferência de todas as atividades para a esfera privada e um ajustamento de todas as relações dentro do molde familiar de acordo com a filosofia cristã e o conceito de bem comum. Os indivíduos privados tinham interesses materiais e espirituais comuns que deveriam ser cuidados por alguns para que todos pudessem cuidar de sua privacidade.

A Era Moderna, ao contrário das anteriores, assistiu à ascendência da esfera social que, não se definindo nem como pública nem como privada, eliminou de vez a polaridade entre as duas esferas. Houve a transformação da esfera pública, antes palco da ação política, numa grande agência destinada a gerir e cuidar da sobrevivência e da subsistência do homem. À medida que tomou para si obrigações que antes pertenciam à esfera privada, alterou-se completamente a significação dos dois termos e sua importância na vida do indivíduo e do cidadão. Segundo Arendt, o indivíduo foi imobilizado na sua possibilidade de ação, restando-lhe o comportamento. O homem moderno não deve agir, mas comportar-se e conformar-se.

A conotação de esfera privada mudou inteiramente em relação à antiguidade (privado, na sua acepção original,

relaciona-se com privação). O homem era privado de coisas essenciais a uma vida inteiramente humana, ou seja, era

"privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' com eles, decorrente do fato de ligar-se e separar-se dele mediante um mundo comum de coisas e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida... O homem privado não se dá a conhecer. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros."²⁹

Este sentido de privado perdeu a força na modernidade dando lugar a um novo conceito de privacidade que significa proteger aquilo que é íntimo, que envolve a individualidade, colocando em evidência a subjetividade. A esfera privada não se contrapõe mais à esfera pública, no sentido de política, mas estreita os laços com a esfera social à qual está referida.

A família não é o lugar de realização plena do homem e não lhe permite transcender sua própria transitoriedade. Mesmo assim, ela ou as coisas que acontecem dentro dela não são desprovidas de importância. Ao contrário, sua presença, independente da forma com se estrutura em cada momento histórico, coloca-se como o lugar da vida e, por isso, pode ser considerada como o foco cultural por excelência. Dada a falta de espaço do homem numa esfera pública, a intimidade foi valorizada e houve uma centralização de sua preocupação na vida doméstica, talvez como um refúgio ou como possibilidade de ser o "lugar de felicidade".

No bojo da intimidade e da vida está a sexualidade. Esta, ao contrário do que se pensava em outras épocas, ultrapassa a esfera da necessidade física e biológica. Ela envolve o prazer e, mais ainda, o desejo que é característico do

do homem, como ser simbólico.

Nessa perspectiva, o sexo ou a sexualidade passa a ser encarada como um fenômeno global que permeia toda a existência humana deixando de ser apenas uma função natural, geradora de prazer ou desprazer. Pôde-se, então, ultrapassar os limites do privado. Os sentidos que os homens vão dando a suas vidas estão estreitamente ligados à vivência e à expressão da sexualidade. A questão do desejo, nesse sentido, parece ser o elo de ligação entre o que na antiguidade era colocado como antagônico - esfera privada e esfera pública - e hoje entre o individual e o coletivo.

Pensando na história da família em nossa cultura, tendo como categoria central a divisão da vida do homem nas duas esferas que, apesar das mudanças, ainda subsistem, é possível fazer deduções interessantes a respeito da educação na família. Esta sempre foi um lugar de educação e a educação inicial sempre foi de sua competência. Na antiguidade, mesmo após o aparecimento da escola, a criança permanecia até os sete anos na família e a maneira como era conduzida, os valores a serem incorporados diziam respeito apenas a ela.³⁰ Na Idade Média, com o fortalecimento da esfera privada, pode-se supor que houve a valorização da educação familiar, uma vez que houve um ajustamento de todas as relações dentro do molde familiar apoiado no princípio do bem comum e da filosofia cristã. Portanto, a educação inicial figurou como parte da esfera privada dos homens e o interesse por ela dizia respeito à família. Cada família devia preparar suas crianças para desempenharem os papéis que lhes cabiam fora dela, o que não era assunto de interesse público. À família sempre coube a tarefa de educar e, além disso, à ela e à sua condição de riqueza estava vinculada a educação que seus filhos teriam fora dela.

Esta situação, apesar das semelhanças e dos traços

que perduram até hoje, mudou consideravelmente a partir da modernidade devido principalmente aos dois fatores que, segundo Arendt, caracterizam esta época: a ascensão da esfera social e o novo conceito de privacidade. Daí, dois aspectos importantes, pelo menos, vão dizer respeito à educação.

Em primeiro lugar, apesar da educação inicial ser ainda definida como própria da família, ela já não abriga todas as implicações contidas nessa definição. A crescente interferência do Estado na vida familiar parece demonstrar isso e ela vai desde a criação de outras instituições que ajudam a família na educação inicial, até a formulação de normas jurídicas para garantir um determinado tipo de comportamento da família em relação a seus filhos. Refletindo sobre isso, pode-se ver que a família, devido à ordem econômica, política e social, não consegue arcar integralmente com a tarefa que sempre lhe coube, por isso, o Estado vem aliviar sua carga ajudando-a na administração. Tal interferência faz com que ela, a cada dia mais, submeta-se a esta administração a fim de garantir até mesmo a mobilidade de seus membros no espaço social.

Então, a educação da família passa a não ser mais sua, exclusivamente, mas da creche, do parque infantil etc. Além disso, vão-se educando as crianças dentro da perspectiva de adaptação às necessidades impostas pela ordem econômica, sem pensar ou questionar que tipo de homem está se formando. Olhando por esse ângulo, confirmamos a afirmação de Arendt de que o homem moderno não age mas se comporta e se conforma. Avançando o olhar, não se pode esquecer também que as relações entre os homens na atualidade se deterioraram de tal forma que a presença do Estado na vida da família é pedida justamente para que, antes de tudo, se garanta a vida.

O segundo aspecto importante para a educação está dada pela descoberta do novo conceito de privacidade que,

se por um lado refletiu a perda do espaço político do homem, como acentuou Arendt, por outro possibilitou uma outra concepção de homem. Através da valorização da intimidade pode-se descobri-lo na sua individualidade e na sua subjetividade. A descoberta do inconsciente e a importância da sexualidade, descritas por Freud, não se deu por acaso e representou uma nova forma de olhar o homem. Mais importante ainda, a criança passou a ser vista de forma diferente. A educação da família pode ser, então, problematizada dentro de uma nova ótica.

Como se pode notar, os dois pontos enfocados se referem a dois níveis de análise diferentes, mas não excluídos, já que fazem parte de uma mesma estrutura e de um mesmo momento histórico. Ao mesmo tempo que o homem parece perder-se ou ser comprimido pela ordem social, econômica, política e cultural, acarretando mudanças na ordem das relações familiares e no seu processo educativo, ele se descobre capaz de desejo. Isto significa uma mudança qualitativa relevante para a compreensão do homem e do próprio processo de educação.

2.3. Família e o Mito da Instituição Sagrada

Até o momento, enfoquei a família como uma instituição que faz parte da vida do homem e que não está alheia à estrutura cultural. Fazendo parte dessa estrutura, sua trajetória está marcada pelos sentidos que os homens dão à sua existência. Tais sentidos se manifestam não apenas nos lugares que compõem a estrutura, mas também na maneira como estão ordenados em determinados períodos históricos. Além disso, estes sentidos não aparecem de maneira clara. Na maioria das vezes são obscurecidos sobretudo pelos grupos que detêm o poder. As relações de poder são fatores centrais na estruturação das relações entre os homens.

A ocultação dos sentidos é realizada à medida que se coloca em veiculação uma dada interpretação do mundo e do homem. Através de determinados meios convence-se um grande número de pessoas a sentir, pensar e agir de uma certa maneira que se prolonga por várias gerações, fazendo com que o vislumbre de uma outra interpretação pareça supérflua ou improvável. A aparência natural e a perspectiva a-histórica dos fatos são as condições ideais para o florescimento e conservação de uma ideologia. Como é sabido, toda estrutura cultural cujas características são as relações de dominação entre os homens está calcada numa ideologia que perpassa todas as instâncias que a compõem e, com isso, garante-lhe a estabilidade necessária à própria manutenção.

Como tenho tentado mostrar, a família tem-se mantido através da história da humanidade, dado o papel central que ocupou nos momentos de mudança da organização social. Relembrando, ela se fez à base do tabu do incesto que configurou a afirmação do princípio da afinidade e da regra da exogamia e foi o grande pilar para a consolidação e desenvolvimento da idéia de propriedade privada que resultou na formação capitalista de nossos dias.

Segundo Morgan,

"nenhuma instituição humana jamais teve uma história mais surpreendente e rica de eventos, nem condensa os resultados de uma experiência mais prolongada e diversificada. Ela exigiu os mais altos esforços mentais e morais no curso de inúmeras épocas para se conservar em vida e para se transformar através dos estágios diversos até sua forma atual."³¹

Esta perspectiva histórica só foi conseguida através do avanço dos estudos sobre ela (especialmente os de Levi-Strauss na "Estruturas Elementares do Parentesco") que permitiram contrariar a tese da eternidade da família biológica.

A concepção a-histórica, mais que para qualquer outra instituição, ganha alento, pois a família de nossos tempos está calcada no fato natural da filiação e da consangüinidade. Tal fato, como demonstrou Levi-Strauss, foi engendrado a partir das relações entre os homens. Denota a supremacia da lei cultural sobre a lei natural. A negação do aspecto cultural é a base de sustentação à ideologia da sacralidade e da eternidade da família.

A Escola Funcionalista, dentro de sua concepção teórica de que todo fato social deve ser explicado através de sua função específica no todo, contribuiu para corroborar esta tese. Ela coloca a família como instituição fundamental dada sua função no organismo social. Por isso, deve ser respeitada e defendida. Assim, o caráter histórico é cuidadosamente deixado de lado: a diacronia não interessa à interpretação funcionalista.

Com base nesses argumentos e dado o papel endoculturativo desempenhado pela família, ela, em nossa época, investiu-se do caráter de "célula mater" da sociedade e do Estado. Isso define todo o interesse em mantê-la, ainda que dentro de moldes que já não dão conta de abrigar os fatos e as mudanças que estão ocorrendo em seu interior. Adorno e Horkheimer³² apontam que, embora o Estado enalteça a família, especialmente por suas funções "naturais" quer impor-lhe um controle cada vez maior e mais integral. As renúncias daí advindas não acontecem sem atrito e os impulsos reprimidos podem agir de maneira destrutiva em relação a ela. Sua crise acontece porque há um descompasso entre sua estrutura de instituição feudal e as exigências da sociedade industrial. Enquanto instituição feudal está fundada no princípio do sangue e do parentesco natural, cumprindo funções de sustento e de proteção de seus membros. Esta forma de organização contrapõe-se à ordenação racionalista e calculada das relações requeridas pela sociedade industrial.

Através do enquadramento da questão da família no âmbito da ideologia, é importante salientar dois pontos antagônicos: de um lado existe a ideologia dominante que tenta perpetuar a família como instituição sagrada e, com isso, manter uma ordem de relações desiguais entre os homens, por outro cresce uma ideologia oposta que é a da família enquanto agência de reprodução das relações de dominação vividas no capitalismo. Em conseqüência, ergue-se a bandeira da necessidade de destruição da família como uma das formas de libertação do homem. Dentro dessa perspectiva podemos citar Cooper, um dos representantes da anti-psiquiatria inglesa, que em "A Morte da Família" enquadra a família como agência de repressão e conformismo e de condicionamento social. Estas duas abordagens, como toda visão ideológica, atropelam-se em determinados pontos. Se a primeira desqualifica o caráter histórico da família, a segunda parece não enxergar quanto é irreal poder-se negar uma prática social concreta e, com isso, negar também um dos princípios da dialética, do qual dizem ser representantes: o fato de o novo estar contido no velho.

Ao lado dessas duas posturas arma-se uma terceira em que o caráter histórico é altamente considerado, ao reconhecer a família como parte da estrutura global e a crise que ela atravessa. Mais que isso, evidencia uma característica da família, que é sua capacidade de mudanças e adaptações, e a coloca como um lugar de preservação do homem. Em relação a isso, melhor que qualquer outra palavra é a citação que Habermas faz de Horkheimer ao falar da família burguesa:

"A reificação do homem na economia como pura função de uma grandeza econômica, prossegue também na família na medida em que o pai é quem ganha o dinheiro; a mulher é o objeto ou a escrava da casa; e os filhos são os herdeiros, garantias vivas do patrimônio que mais tarde criarão recompensa para toda

a trabalhadora que custaram. O homem, porém, teve sempre a possibilidade de operar , não só como função, mas como homem numa família cujas relações não são mediatizadas pelo mercado e cujos membros individuais não estão em oposição como concorrentes. Enquanto na vida burguesa o interesse comum tem um caráter essencialmente negativo, caracterizando-se na defesa contra os perigos, ele assume um aspecto positivo no amor sexual e, antes de mais nada, nos cuidados maternos. O desenvolvimento e a felicidade do outro são desejados nessa unidade... A família burguesa, desse modo, conduz não só à autoridade burguesa, mas também ao pressentimento de uma condição humana melhor."³³

Por tudo isso, considero a importância de se estudá-la, pois a ordem que está aí e a família eternizada ou destruída não é certamente o desejável. As mudanças estão ocorrendo e é necessário conhecê-la melhor. Conhecer não só no sentido de ver suas relações com a estrutura global ou interpretá-la através do todo, mas conhecer intimamente a sua estrutura interna, valorizando o espaço da intersubjetividade dentro do qual se constrói o homem.

Em função dessas considerações, a questão que se levanta versa sobre qual ou quais as conseqüências para a educação. O primeiro aspecto a ser considerado, antes de abordarmos a questão ideológica, é que há uma ligação inalienável entre família e educação. Esta ligação se evidencia através dos inúmeros aspectos já apresentados e do fato de que todas as outras formas de educação podem ou não acontecer, mas a educação familiar fatalmente acontece. Os transtornos advindo da ausência dela para abrigar uma criança são não apenas reconhecidamente danosos no plano da inserção pessoal na vida cultural, mas também no plano da vida social. Isto fica transparente ao pensar na nossa realidade social

onde a busca de soluções para o "sem família" é coisa séria e há concordância geral com o princípio de que a família, seja ela natural ou adotiva, ainda é a melhor solução para cuidar de uma criança. Mais que isso, os trabalhos de vanguarda no amparo do sem família tentam criar estruturas que reproduzem a estrutura familiar.

Na nossa cultura, a educação inicial ainda é de responsabilidade da família, inclusive a decisão sobre a educação a ser dada fora dela a seus membros. Faz parte inclusive do texto constitucional o direito da família sobre a educação. Dentro da relevância de tal questão está inserido o problema ideológico que pode ser colocado a partir das duas óticas apontadas.

A primeira diz respeito ao fato de que a família deve ser tomada como uma instituição eterna e sagrada e a educação que acontece dentro dela não apenas é veiculada como sagrada, mas também funciona como instrumento prioritário para a manutenção dessa forma de pensar a família. Então, por exemplo, a família que estamos vivendo está calcada no casamento e o pai, ou mais recentemente os pais, são investidos da autoridade de decidir sobre a vida dos filhos, uma vez que são os doadores da mesma e arcam com a responsabilidade de sustentá-los e educá-los. A eles cabem o respeito e a obediência, o que acontece emprestando-se uma aura de sacralidade às figuras paterna e materna. É justamente o caráter de preservação do casamento e da autoridade dos pais que é mantido pela educação a ponto de tal esquema ser repetido ao longo das gerações. Dentro dessa perspectiva, a família e a educação familiar são mantidas como forma atemporal e igualitária de todos os homens, vista como algo que está fora das grandes questões culturais, como a estrutura de poder e dominação.

A segunda trata de educação na família como uma forma privilegiada de condicionamento social através do qual

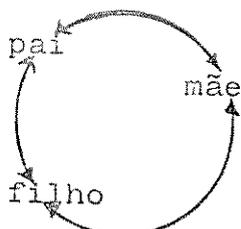
os homens aprendem a conformar-se com os papéis que lhes são dados na vida, sendo inseridos a-criticamente na vida cultural, o que possibilita preservação do estado de poder e dominação que é característico das relações entre os homens na nossa civilização. Assim, a relação autoridade-obediência vivida na família é vista como a peça central da educação familiar. Este é o modelo a ser transposto para outras formas de relacionamento. Por isto, à família e sua educação se deve dizer não.

A prática social parece mostrar que a educação da família tem aspectos apontados por ambas as posições, mas não está reduzida a eles da maneira como são descritos. A família passa por uma profunda crise advinda do contexto social, político e cultural e do fato de que, apesar da distância entre o que foi, o que deveria ser e o que é, há a convivência de vários momentos históricos no bojo das relações de educação.

O que se pode notar é que está havendo uma mudança no jogo das relações familiares onde, por exemplo, os pais já não representam, com a mesma intensidade, a instância da autoridade e do respeito que outrora caracterizava o papel paterno. A nova posição da mulher e especialmente dos filhos na ordem familiar dão uma nova perspectiva à educação da família. Antes, esta só era admitida dentro de uma relação vertical



e hoje se admite uma relação circular de educação



A educação na família, hoje, está se distanciando,

cada vez mais, de aspectos enaltecidos por uma visão conservadora, pois esta não consegue mais dar conta do que acontece ou de ocultar o que ocorre no âmbito das relações familiares. E está sendo engendrada uma nova ordem de relações familiares e uma nova educação, a partir dessa vivência e não apenas da negação da família. A valorização dos membros da família enquanto indivíduos parece ter sido uma conquista notável. Embora ainda não se saiba ao certo o que fazer com ela, talvez seja ela a base de um relacionamento mais igualitário entre as pessoas, afastando, inclusive, a conotação nefasta atribuída à questão do individual como oposto à do social e coletivo.

Finalmente, não deve ser esquecido que a educação da família é a educação da vida e para a vida e, por isso, guarda a peculiaridade de acontecer no espaço do próprio mistério da vida. Apesar do uso que se faz ou se poderia fazer disso, ela guarda certo grau de intocabilidade. Aí parece estar o foco de suas possibilidades de transformação e o segredo de sua permanência.

Em suma, este capítulo está basicamente composto de dois momentos dentro dos quais se articulam dois níveis de idéias. No primeiro momento houve a preocupação de marcar a educação da família dentro do contexto das ciências da educação. No segundo, a preocupação foi contextualizar a família no quadro geral da existência humana, privilegiando o aspecto histórico da instituição familiar e a vivência dos mistérios da vida que acontecem dentro dela, além de algumas conseqüências para a educação.

Portanto, este capítulo diz respeito a uma abordagem contextual da questão da educação da família. A perspectiva interna relacionada ao processo educativo que ocorre no seu interior será tematizada no próximo capítulo. Esta distinção caracteriza apenas uma questão metodológica, pois

a abordagem do tema através de um outro caminho, a valorização desta ou daquela ótica, longe de darem conta da extensão do problema, apontam direções que podem ou não ser seguidas. Estas, sem dúvida, contribuem para a preservação de uma perspectiva de totalidade³⁴ que se constitui como a possibilidade de se resgatar a polissemia como característica fundamental do fenômeno humano. Não se pode negar, entretanto, que os aspectos evidenciados são aqueles que, de uma maneira ou de outra, apareceram como mais significativos dentro da análise proposta.

NOTAS

- ¹ BRANDÃO, C.R. O Que É Cultura. p.7
- ² Ver MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção.
- ³ Ver REZENDE, A.M.de. Educação e Ser no Mundo: Projeto de uma Fenomenologia da Educação. Cap. VII
- ⁴ SANTOS, L.C. O Que É Cultura. p.31
- ⁵ Ver: FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. VALLE, E. & QUEIROZ, J.J. (org.) A Cultura do Povo. BRANDÃO, C.R. Saber e Ensinar.
- ⁶ BRANDÃO, C.R. A Educação como Cultura. p.19
- ⁷ Apud BRANDÃO, C.R. A Educação como Cultura. p.20
- ⁸ BRANDÃO, C.R. A Educação como Cultura; p.58
- ⁹ REZENDE, A.M. de. Op. cit. p.78
- ¹⁰ REZENDE, A.M.de. Op. cit. p. 78-79
- ¹¹ REZENDE, A.M.de. Op. cit. p.78
- ¹² REZENDE, A.M.de. Op. cit. p.87
- ¹³ REZENDE, A. M.de. Op. cit. p.58
- ¹⁴ REZENDE, A.M.de. Op. cit. Cap. III
- ¹⁵ Apud LAING, R. A Política da Família. p.15
- ¹⁶ Ver REZENDE, A.M.de. Op. cit. Cap. III
- ¹⁷ REZENDE, A.M.de. Op. cit. p.89
- ¹⁸ Ver REZENDE, A.M.de. Op. Cit. Cap.IV
- ¹⁹ BRANDÃO, C.R. O Que É Educação. p.32-33
- ²⁰ CANEVACCI, M. Dialética da Família. p.10
- ²¹ Ver REZENDE, A.M.de. Op. cit. Cap. IV

- ²² CANEVACCI, M. Op. cit. p.29
- ²³ LACAN, J. Os Complexos Familiares. p.13
- ²⁴ LEVI-STRAUSS, C. O Problema do Incesto. In: CANEVACCI, M.
Op. Cit. p.190
- ²⁵ LEVI-STRAUSS, C. Art. Cit. In: CANEVACCI, M. Op.cit. p.191
- ²⁶ Apud CANEVACCI, M. Op. cit. p.38-39
- ²⁷ Ver ENGELS, F. A Família Monogâmica. In: CANEVACCI, M. Op.
cit. p.74
- ²⁸ Ver ARENDT, H. A Condição Humana. Cap.II
- ²⁹ ARENDT, A. Op. cit. p.68
- ³⁰ Ver BRANDÃO, C.R. O Que É Educação. P. 36-53
- ³¹ MORGAN, L.H. A Família Antiga. In: CANEVACCI, M. Op. cit.
p.63
- ³² Ver ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. Sociologia da Família.
In: CANEVACCI, M. Op. cit. p.213-222
- ³³ HABERMAS, J. A Família Burguesa e a Institucionalização de
uma Esfera Privada Referida à Esfera Pública. In:
CANEVACCI, M. Op. cit. p.231
- ³⁴ Ver REZENDE, A. M.de. Op. cit. Cap.V

A Educação na Família

Se correremos os olhos pelo que foi exposto até o momento, podemos verificar que a família está sempre referida aos dois polos que constituem a existência humana: a natureza e a cultura. Ela se define, em princípio, como o lugar de acolhimento do homem e tem a difícil tarefa de constituí-lo como sujeito e percorrer com ele o caminho da cultura. E fazer com que, além de reconhecer-se a si mesmo, carregue dentro de si estruturas de relacionamento que o identifiquem como parte integrante do grupo e que lhe permitam relacionar-se com outros homens, integrar-se em outros grupos.

Esse processo, que pode ser chamado de processo de humanização¹ tem na família seu lugar privilegiado. Ele se desenvolve à base das relações de educação que são estabelecidas neste espaço. Tais relações são marcadas pela complexidade típica de todo o fenômeno humano e a dificuldade em caracterizá-las está vinculada ao paradoxo da própria condição humana. Ou seja, apesar da vivência que todos nós temos desse processo, o acesso a ele não é nada fácil, devido à elaboração dos dados originais. Eles são vividos e "esquecidos". Os adultos "não se recordam" e as crianças não possuem uma linguagem adultomorfa para que possamos entendê-las de imediato. Em outros termos, as experiências originais se incorporam à estrutura do sujeito e a recuperação das mesmas enquanto "dado original" parece ainda fugir à capacidade humana. Ao lado desse, outro problema se coloca: a longa-existência das famílias, as diferenças entre elas no espaço e no tempo e dentro do mesmo espaço e tempo. Segundo Laing², a possibilidade de se estudar uma família se restringe a três gerações (contemporâneas) no máximo, e se tivermos sorte.

Apesar de tais dificuldades, o desvelamento do processo da educação familiar e da constituição do sujeito na nossa época é de grande interesse. Este trabalho está ancora

do basicamente na perspectiva aberta pela fenomenologia e na contribuição da psicanálise, especialmente na de Klein. Esta escolha não se deu ao acaso. Em primeiro lugar, a fenomenologia proporciona o contexto filosófico adequado para sua abordagem. Ao afirmar a existência como fenômeno fundamental, a cultura como forma própria de fenomenolização da existência e o caráter simbólico dessa estrutura, ela abre o espaço necessário para abrigar a complexidade do processo de humanização, ou de educação. Dada a sua polissemia, ele não pode ficar reduzido a uma ou outra interpretação. O que pode haver é apenas o privilégio de um ou outro aspecto dentro de um determinado contexto ou em um determinado momento. O privilégio, portanto, não leva à negação dos outros aspectos envolvidos.

Ao postular sua noção de fenômeno,

"o fenômeno aparece como uma estrutura reunindo dialeticamente na intencionalidade o homem e o mundo, a significação e a existência"³,

a fenomenologia marca sua noção mais profunda que é a da intencionalidade. Esta implica sempre a relação sujeito-mundo. É dada pela experiência que o homem faz no seu encontro com o mundo e com os outros, e é a partir dessas relações que tanto ele como a cultura vão se fazendo e o processo de humanização acontecendo. Neste momento, é importante reafirmar que a noção fenomenológica de intencionalidade não se reduz ao aspecto voluntário que o termo pode implicar: ter a intenção de... Ao contrário, ela envolve todas as formas de relacionamento do homem com o mundo, quer seja do ponto de vista da afetividade, da inteligência, da vontade, da sensibilidade. Portanto, é através das possibilidades de relacionamento do homem com o mundo e com os outros que ele vai se fazendo como sujeito simbólico capaz não apenas de perceber sentidos, mas também de doar sentidos à sua existência e à sua cultura.

Através de suas intuições fundamentais, a fenomenologia permite avançar no sentido de se poder olhar a educação no espaço da relação homem-cultura. Com isto, coloca-a mesmo como constituiva dessa estrutura, marcando a noção de experiência e de ordem simbólica como fenômenos estruturantes do próprio sujeito. Então, se a fenomenologia imprime uma perspectiva peculiar à educação, definindo-a como "aprendizagem humano-significativa da cultura" e esclarece as questões importantes em relação a ela, a psicanálise dá sua contribuição no sentido de explicitar a maneira como tal processo ocorre.

Como é sabido, a psicanálise surgiu no século XIX como uma ruptura do saber até então produzido, onde o homem estava concebido dentro do cogito cartesiano, reduzido à interpretação racionalista que dominava o conhecimento ocidental. A grande descoberta de Freud foi, sem dúvida, o conceito de inconsciente que permitiu dar ao conceito de subjetividade uma nova direção.

"A partir desse momento, a subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas - o Inconsciente e o Consciente - e dominada por uma luta interna em relação à qual a razão é apenas um efeito de superfície."⁴

A questão primordial é a do sujeito do desejo e não do sujeito do conhecimento. A sua peculiaridade foi que, além de se constituir numa teoria, ela se fez numa prática de escuta do homem individual, dentro da qual ele pôde aparecer (um lugar até então desconhecido no campo da ciência). Isto permitiu descobrir o homem dentro de sua singularidade e entrever o processo de estruturação do sujeito.

Através da prática psicanalítica, calcada no fenô-

meno da transferência, pôde-se resgatar a importância das experiências infantis na formação do indivíduo e no seu relacionamento, quando adulto, com os outros e consigo mesmo. Colocou como fundamental o papel da sexualidade infantil na vida das pessoas e a maneira como é recalçada. Privilegiou a interpretação como forma de inteligibilidade e ajuda do sujeito, especialmente o sujeito do inconsciente. Por fim, acentuou a afirmação do homem como ser simbólico. É a estrutura simbólica que permite a convivência do sujeito do desejo (inconsciente) com o sujeito social. Neste sentido, Cassirer aponta a função simbólica

"como mediadora entre a subjetividade e o real".⁵

O sujeito do desejo se dá a conhecer através de simbolizações. Freud já pensava a linguagem como lugar de ocultamento do desejo (e não da verdade) e os sonhos, atos falhos e lapsos como formas simbólicas privilegiadas da emergência do sujeito do desejo.

Para explicitar toda a dinâmica contida na concepção psicanalítica do sujeito, Freud recorreu à descrição do aparelho psíquico dentro de duas tópicas. A primeira refere-se ao inconsciente, pré-consciente e consciente e a segunda ao id, ego e super-ego.⁶

Pensando na contribuição da fenomenologia, especialmente na de Rezende, e da psicanálise através de autores como Klein, Lacan, Garcia Roza e Laing, tomo, como ponto de reflexão neste capítulo, a família como lugar privilegiado de experiências, repressão e simbolização. Parecem ser estes os três processos básicos responsáveis pela constituição do sujeito.

1. Família, Lugar de Experiências

Ao marcar a família como lugar de experiências, não

estou dando-lhe uma característica peculiar. Todos sabemos que elas acontecem durante toda a vida das pessoas, uma vez que é o nódulo da existência. Existir significa experimentar. A experiência é o foco central de individuação do sujeito, do seu conhecimento e integração no mundo. Ela se constitui como forma própria de o homem se apossar do mundo, através do mundo e dos outros. Nos termos de Laing, toda experiência é ao mesmo tempo interna e externa, ativa e passiva, a unidade do dado e do experimentado. Por isso mesmo, o mundo, embora comum a todos e, portanto, "partilhável", talvez nunca seja sentido por duas pessoas exatamente da mesma maneira.⁷ Mas, sem dúvida, a experiência intersubjetiva nunca é solitária no sentido restrito do termo.

A família é um dos espaços experienciais por excelência. Em primeiro lugar, ela representa o fruto das experiências de relações entre os homens nas quais todos os seus integrantes estão simultaneamente inseridos (pai e filho, adulto e criança). Deleuze e Guatarri insistem no fato de que os investimentos sociais são primários em relação aos investimentos familiares.⁸ Em segundo lugar, as experiências de relações que se realizam no interior da família marcam profundamente a forma de ser de cada homem frente ao mundo.

Neste trabalho, considerarei especialmente as experiências de relações que acontecem na família sob duas perspectivas: as experiências infantis que têm lugar na família e podem ser chamadas de estruturantes do sujeito e as experiências próprias da família enquanto grupo de relações. Isto é, ao mesmo tempo em que ela se faz como universo estruturador do homem, imprime nele uma estrutura de grupo que permite à família preservar-se também enquanto grupo.

1.1. As Experiências Infantis como Estruturantes do Sujeito

As experiências infantis, como elemento estrutura-

dor do sujeito, ganharam sentido através da contribuição da psicanálise que por meio da descoberta do inconsciente, pôde verificar que elas estão presentes durante toda a vida do homem. Não se pode negar, depois de Freud, que as experiências e relações vividas pelo homem, quando adulto, têm suas raízes nas relações mais primitivas. A maneira de ser de cada um frente ao mundo e aos outros vai sendo plasmada sobre tais relacionamentos. Para explicitação desta questão evidenciarei a perspectiva de Klein sobre o tema e a experiência edípica como pedra angular da teoria freudiana.

1.1.1. As Experiências Infantis na Perspectiva Kleiniana

Klein, que trabalhou especialmente com crianças de tenra idade, coloca a relação bipessoal mãe-filho como a experiência fundamental na estruturação do sujeito. Tal relação é o primeiro espaço dentro do qual o bebê vive suas primeiras fantasias inconscientes e suas emoções mais primitivas. As fantasias inconscientes devem ser entendidas como

"uma atividade da mente que ocorre em níveis inconscientes profundos e acompanham todo o impulso experimentado pela criancinha."⁹

Por exemplo, o bebê, quando tem fome, pode lidar temporariamente com ela através da fantasia: ele pode alucinar a satisfação de ter o seio e todos os prazeres que dele advêm ou também ter o sentimento de privação e perseguição pelo seio que não lhe proporciona a satisfação desejada.

O conteúdo das fantasias estão vinculados aos impulsos de amor e ódio que, segundo Klein, são inerentes ao ser humano e cuja força conflitante se fundamenta na raiz do relacionamento bipessoal. As fantasias inicialmente ocupam todo o espaço mental da vida do bebê no seu relacionamento com a mãe, que representa todo o mundo externo. Com o tempo, as fantasias vão se tornando cada vez mais elaboradas,

relativas a um número cada vez maior de objetos e situações, mas continuam durante todo o desenvolvimento do indivíduo, sempre desempenhando importante papel na sua vida mental.

Sua hipótese foi que, ao nascer, sem ter a capacidade de apreender intelectualmente o que está se passando com ele, o bebê sente de forma inconsciente toda a gama de desconfortos que lhe estão sendo impingidos, experimentando uma ansiedade de natureza persecutória. A partir do momento em que lhe é proporcionado conforto (seio, carinho, proteção) torna-se possível sua primeira relação amorosa. Ao ser alimentada, cuidada, a criança experimenta a sensação de estar sendo compreendida. Esta experiência é fundamental tanto no plano de sua relação com a mãe, como nos seus relacionamentos posteriores. À mãe vão estar também dirigidos todos os seus impulsos destrutivos (ódio, inveja), uma vez que a ela vão estar relacionados todo o desconforto, dor e mal-estar sentidos pelo bebê. Os impulsos destrutivos, a agressão tendem fatalmente a aumentar se as circunstâncias externas forem desfavoráveis, e serão atenuados pelo amor e compreensão que a criança receber.

Neste quadro de relação, Klein descreve os processos básicos na vida de cada ser humano: o processo de divisão e os processos de introjeção e projeção.

O processo de divisão consiste no fato de o bebê dividir impulsos e objetos. Dada a ansiedade persecutória experimentada e a necessidade de autopreservar-se, ao se ver exposta a um mundo hostil, a criança vai ter separados o objeto amado do perigoso, o amor e o ódio. A crença num objeto bom e na sua capacidade de amá-lo é condição para manter-se viva. Esse processo de divisão vai sofrendo modificações: diminuindo à medida que seu mundo interno vai se estruturando e sua capacidade de compreender a realidade externa vai aumentando. Assim, vai havendo a integração dos aspectos do objeto bons e maus. A mãe deixa de ser um objeto dividido

(seio bom-seio mau) e passa a ser um objeto único que contém aspectos bons e maus.

Os processos de introjeção e projeção estão presentes na vida do homem desde seu nascimento. Na introjeção, o mundo externo, os objetos que a criança encontra e as situações que vivencia são experimentados como externos. Ao mesmo tempo são recebidos dentro do eu e integrados ao seu mundo interno. A projeção, o reverso da mesma moeda, consiste na capacidade da criança atribuir aos outros sentimentos que são seus. O amor e o ódio dirigidos à mãe diz respeito justamente à capacidade que a criança tem de projetar sobre ela todas as suas emoções fazendo com que se torne tanto um objeto bom como perigoso.

Estes processos fazem parte das fantasias da criança e, estando em ação desde o princípio, são importantes na interação entre os fatores internos e externos. Graças a eles, há a estruturação do mundo interno que é, em parte, reflexo do mundo externo.

Para Klein, a mãe é o primeiro objeto que a criança inclui no seu mundo interno. A introjeção da mãe como objeto bom dependerá não só de sua atitude amorosa e compreensiva, mas também da ansiedade persecutória da criança. As influências externas são fundamentais durante a vida, mas a maneira como serão incorporadas dependerá muito de como a criança assimile e interprete tal experiência. A introjeção vai ser a base da identificação, sendo que a identificação com as boas características da mãe facilita futuras identificações: Isto contribui para que o mundo interno seja povoado por objetos bons, e se torne possível uma personalidade estável, com uma relação amistosa com os outros.

A projeção, paralelamente, é um processo muito importante na relação do sujeito com os outros. Ao projetar uma parte de si sobre uma outra pessoa, também se realiza uma

identificação com esta pessoa, o que possibilita a compreensão desse outro. Se a característica da projeção for predominantemente hostil, a possibilidade de compreensão dos outros será prejudicada. Se, por outro lado, esses processos em interação não forem dominados pela hostilidade ou super-dependência, o mundo interno se enriquecerá e as relações com o mundo externo serão muito melhores.

É dentro desse jogo de relações que o universo mãe e filho parece condensar-se e que se torna possível experimentar toda a gama de sentimentos que caracterizam a própria condição humana. Na linha que percorre o amor e o ódio, Klein destaca especialmente a voracidade, a inveja e a gratidão. A voracidade diz respeito à capacidade de o bebê sentir-se satisfeito e varia de criança para criança. Há aqueles que nunca se satisfazem porque sua voracidade ultrapassa tudo que possam receber. Ela está acompanhada do impulso de esvaziar o seio da mãe e explorar novas fontes de satisfação. Logo que desaparece a gratificação, a criança muito voraz fica insatisfeita e, por isso, é levada a procurar outras fontes de gratificação. Ela é impelida a explorar primeiro a mãe, e depois os outros membros da família que possam lhe proporcionar algum tipo de gratificação. A voracidade pode ser aumentada pela ansiedade de se sentir privado, de não se sentir suficientemente bom para ser amado. Tal situação, nos termos de Klein, permanece inalterada em seus fundamentos durante toda a vida.

Quanto à inveja, a criança experimenta-a no momento em que se sente privada do alimento ou da atenção. A frustração leva-a a fantasiar que o leite e o amor lhe são deliberadamente negados pela mãe, para seu benefício próprio.

"É inerente ao sentimento de inveja não só o desejo de posse, mas também um forte impulso de destruir o prazer que o outro obtém com o objeto desejado impulso que tende a destruir o objeto."¹⁰

Por isso, quando experimentada de forma muito intensa, a relação não só com a mãe num primeiro momento, mas com os outros será perturbada. E, sendo a inveja de natureza destruidora, não haverá desfrutação do objeto desejado, uma vez que já está destruído. Além disso, ela impede que os aspectos bons sejam assimilados e estes não farão parte do mundo interno.

Por sua vez, a experiência da gratidão diz respeito à possibilidade de se desfrutar aquilo que for recebido. Esta, ao contrário da inveja, está vinculada não só à privação, mas também ao prazer. Esta possibilidade de usufruir do prazer influencia tenazmente a relação da criança e do adulto com os outros, inclusive com o trabalho.

Para Klein, entre o quinto e o sexto mês, o bebê começa a temer os danos que pode causar ao objeto amado com seus impulsos destrutivos, sua voracidade, e ainda é incapaz de distinguir seus impulsos e desejos dos efeitos que podem causar.¹¹ Em conseqüência, ele experimenta sentimentos de culpa e sente a necessidade de preservar os objetos amados e repará-los dos danos causados. Nesse momento, experimenta uma ansiedade, não de natureza persecutória, mas depressiva. Os sentimentos de culpa experimentados pela criança e a necessidade de reparação vão se presentificar também na vida adulta e desempenham papel importante a nível das relações, especialmente nas sublimações dentro das quais as atividades construtivas ganham maior força. Ao quadro depressivo experimentado (ansiedade, emoções, defesas) a autora denominou de "posição depressiva", que está em contraposição à "posição esquiso-paranóide". Esta diz respeito à ansiedade persecutória experimentada pelo bebê bem como aos processos de divisão e projeção que a acompanham. É importante ressaltar que Klein, ao falar de posições, afasta qualquer possibilidade de se pensar nas experiências infantis, como fases da vida

de um bebê. Ao contrário, ela afirma que toda a vida do homem vai estar marcada pela revivência desse mundo arcaico. Além disso, os problemas não resolvidos no bebê são sempre revividos de forma modificada em outras relações, mesmo no mundo adulto.

Permeando toda gama de experiências de um bebê, deve ser ressaltada a experiência da frustração. Toda criança, desde recém-nascida, reage intensamente contra a frustração. Qualquer falta ou restrição de seu ambiente é motivo para ressentimentos e para subestimar o amor e a atenção recebidos. Estes sentimentos se revertem em projeções hostis que, como vimos, exercem profunda influência na relação entre as pessoas. No caso da frustração, especialmente, pode-se ver que as pessoas capazes de suportar melhor as frustrações sem guardar ressentimentos excessivos tendem a enfrentar melhor suas desilusões do que aquelas que projetam maciçamente seus rancores no mundo externo. Esta atitude desperta a intolerância dos outros, o que aguça ainda mais seus sentimentos persecutórios e suas relações vão se tornando inevitavelmente mais difíceis. Finalmente, para Klein, não existe educação sem uma certa e inevitável frustração.

1.1.2. A Experiência Edípica

Após as considerações sobre o pensamento de Klein, quero enfatizar a experiência edípica considerada como fundamental pela psicanálise. O Édipo, para Freud,¹² está fixado no momento em que a sexualidade infantil chega ao ápice. A criança, por volta dos 4-5 anos, experimenta pulsões sexuais em relação ao seu progenitor de sexo oposto e é interdita pelo progenitor do mesmo sexo, que representa o terceiro elemento da relação. Ao mesmo tempo em que este se constitui como agente de interdição, é também um exemplo de transgressão. Através dessa relação, estruturam-se duas instâncias psíquicas fundamentais para o desenvolvimento humano: o super-ego,

que recalca tais pulsões, e o ideal de ego, que as sublima. A experiência edípica se faz à base de um conflito estabelecido a partir da relação triangular no qual as fantasias de castração e a repressão da sexualidade desempenham um papel considerável na estruturação do sujeito. Através da vivência dessa relação e da resolução desse conflito é que o sujeito se identifica como sujeito e se projeta para o mundo.

Partindo dessa asserção de Freud, Lacan reafirma o fato de que a experiência da relação triangular é fundamental para a constituição do sujeito humano. É o momento em que a criança passa a se reconhecer como sujeito. Para tanto, Lacan dá um encaminhamento mais apurado à questão edípica.¹³ Ele situa o Édipo como um processo que se desenvolve em três momentos dentro dos quais se configuram três níveis de experiências.

O primeiro momento é caracterizado pela experiência da relação dual mãe-criança, que diz respeito à relação especular ou imaginária. Esta se caracteriza pela indistinção entre a criança e a mãe, não havendo, por parte da primeira, uma individualidade psíquica, mas apenas uma individualidade dada pela demarcação do próprio corpo, não o biológico, mas um corpo formado pelas inscrições maternas. A criança é o espelho de sua mãe e se identifica através dela. A relação estabelecida com a mãe no início da vida é que permite ao indivíduo aceder à ordem simbólica. Marca também uma forma de relação que não é superada pelo simbólico, pois ela permanece e desempenha papel importante no âmbito das relações humanas.

O segundo momento é caracterizado pela entrada do pai como um terceiro elemento de relação, o que caracteriza a experiência da relação triangular. Para Lacan, é o momento crucial na determinação do sujeito. O pai vai levar a criança a experienciar a ruptura da relação dual. Por um lado, a criança será privada de seu objeto do desejo, que é a mãe,

e a mãe, privada de seu objeto fálico. Isto vai levar a criança a superar "o momento de perfeição narcisista" e a ter acesso à "lei do Pai" que contém a dupla proibição:

1. ao filho: não dormirás com a tua mãe;
2. à mãe: não reintergrarás o teu produto."¹⁴

Só através da castração simbólica, ou seja, só quando o pai é aceito pela mãe como representante da lei e é mediado por ela, é que se produzirá a disjunção criança-falo.

O terceiro momento acontece no momento em que a criança se faz como um EU: ela deixa de se identificar com o eu imaginário (ou ideal) e passa a se identificar com um eu ideal que é encarnado pelo pai. Este não é mais a lei, mas um representante dela.

"É a interiorização da lei que possibilita a criança constituir-se como sujeito. É o momento em que a criança, ao ser separada da mãe pelo interdito paterno, toma consciência de si mesma como entidade distinta e como Sujeito, é introduzida na ordem da Cultura. Esse também é o momento inaugural da família simbólica."¹⁵

1.2. As Experiências Próprias da Família enquanto Grupo de Relações

Até o momento evidenciei as experiências infantis dentro do referencial psicanalítico que parece dar um certo grau de universalidade ao processo de humanização. O enfoque maior recai sobre as experiências de relações em que a vivência dos sentimentos e dos afetos, inerentes ao homem no seu início de vida, o leva a desenvolver-se e a posicionar-se de uma ou de outra forma no seu espaço cultural.

Porém, em se tratando de experiências, não se pode minimizar a contribuição de Laing. Este autor também partilha os pressupostos psicanalíticos privilegiando, entretanto, o próprio processo experiencial. Ele acentua a forma como as

experiências individuais são conduzidas no espaço social, especialmente pela família, para que seja produzido não apenas um homem, mas um homem modelado para integrar o grupo a que pertence. Para ele, é na família que acontece o encontro do mundo, tal como está dado, e do sujeito que está nascendo. A experiência se faz através da vivência pessoal do que está dado e das regras que governam essa experiência, havendo uma harmonização entre os dois polos. As crianças não nascem com a maneira de sentir que caracteriza o adulto numa determinada cultura, mas nem por isso os adultos têm os mesmos sentimentos dentro de uma mesma cultura.

A experiência adulta é um produto complexo de muitos procedimentos e as leis que a governam podem ser consideradas em dois níveis: o natural e o social. O nível do natural é entendido no sentido de que quanto mais fundo estiverem implantadas as leis sociais, mais elas parecerão naturais e condicionarão a experiência. As leis sociais são aquelas reconhecidas como convencionais e, embora também condicionem as experiências, não o fazem de forma tão incisiva quanto a primeira. Como exemplo de lei natural, o tabu do incesto tem lugar de destaque.

Para que as leis sejam incorporadas e passem a fazer parte da experiência, uma série de operações faz-se necessária. A primeira operação que ocorre na vida de uma criança é a da distinção, isto é, forma-se um conjunto de distinções primitivas que podem ser descritas como dentro-fora, dor-prazer, agradável-desagradável, real-irreal, bom-mau, eu-não eu, aqui-ali, então-agora. A partir desse conjunto de distinções, a criança vai trabalhar a matéria prima dos dados. Para Laing,

"a nossa experiência é um produto formado de acordo com uma receita, um conjunto de regras que indicam quais as distinções a fazer, quando, onde e sobre o quê. As próprias regras são distinções em

atividade. Várias operações são continuamente efetuadas entre distinções já conhecidas de acordo com outras regras."¹⁶

Diante das distinções, das regras e das possibilidades de percepção de cada um, deverá existir um trabalho de adequação da experiência entre o pessoal e o social. O êxito dessa integração estará dado pela capacidade de cada um em empregar um outro conjunto de operações sobre suas experiências. Tais operações, de acordo com Laing, são descritas em psicanálise como "mecanismos de defesa" dentre os quais se destacam: a negação do fato (sentir ciúmes é alterado para não sentir ciúmes); a racionalização (o sujeito apresenta a si próprio uma história que lhe permita justificar-se); a repressão (o sujeito esquece e esquece que esqueceu); a introjeção (que implica a transferência do exterior para o interior); o deslocamento (o sujeito dirige a uma pessoa sentimentos que na verdade dizem respeito a outra).

Além desses dois grupos de operações, há também aquelas que interferem não no processo de experiência, mas no produto da experiência. Se a experiência é sentida como agradável e deve ser agradável, ela sofrerá um conjunto de operações que a tornarão mais verossimilmente agradável. Ao contrário, se o prazer é proibido, ele será sacrificado em função de outros valores.

Sobre essa série infindável de operações, outras são efetuadas para que aquelas se tornem inconscientes. Somente à medida que se consegue neutralizar estas operações sobre operações é que elas podem tornar-se próprias da experiência. A repressão é o mecanismo fundamental para que isso aconteça. Todo esse processo, que é individual, ocorre devido a dois fatores. O primeiro é a exigência das regras familiares e o segundo é a cooperação dos outros para que tais regras sejam cumpridas.

A família desempenha papel fundamental a nível da experiência dos indivíduos. A ela cabe fazer a primeira conexão entre a experiência e a lei, isto é, adaptar a estrutura da experiência de cada um à estrutura cultural e à estrutura dos acontecimentos sociais. Por exemplo, uma das funções do ritual é projetar a experiência individual na estrutura coletiva em momentos críticos tais como nascimentos, casamentos, mortes. Para preservar a unidade do uno com o todo, a experiência que não se ajusta ao convencionalmente estabelecido, ou ao que tem sua estrutura defasada dos acontecimentos públicos, é normalmente invalidada. Sofrem o mesmo destino os desejos, os sentimentos, as esperanças, os temores, a percepção, a imaginação, os sonhos que não correspondem "à lei". Portanto, a família manipula uma série de regras sociais que governam o processo experiencial: o que deve ou não experimentar, as operações que devem ou não ser efetuadas e as instruções relativas àquilo que se experimenta. Tudo para que cada um possa chegar a um retrato autorizado de si próprio e dos outros.

Além de postular para a família um papel crucial nas experiências vividas pelos indivíduos na sua história pessoal, Laing é um dos autores que mais enfatizam a importância da experiência da família, enquanto grupo, e a incorporação dela pelo sujeito. Isto toca diretamente o segundo aspecto a que me referi no início deste item, ou seja, ao mesmo tempo que se faz como universo estruturador do sujeito, a família imprime-lhe uma estrutura de grupo que permite sua própria preservação enquanto grupo. Esta afirmação diz respeito basicamente aos dois processos decorrentes da experiência da família vivida pelo indivíduo: o processo de introjeção e o processo de projeção da estrutura familiar.

Quanto ao primeiro, Laing parte do princípio de que há uma diferença entre família e "família". A primeira se restringe às pessoas que vivem juntas por determinado es-

paço de tempo e são ligadas por laços de matrimônio e de parentesco. A segunda, que se constrói sobre a primeira, refere-se à experiência compartilhada de uma estrutura grupal e à introjeção desta estrutura. Assim, a "família" não é simples objeto social compartilhado. Ela existe dentro de cada um dos elementos, como um conjunto de relações e padrões de relacionamento, por meio dos quais o indivíduo desenvolve e encarna uma estrutura de grupo. Através da transferência desse módulo de grupo é que o sujeito vai alcançar e viver outros módulos grupais. A "estrutura fantástica" se constrói através da vivência do conjunto das relações familiares que determina relações diferentes entre os membros de uma família e outras pessoas que não partilham dessa mesma interiorização. Isto dá o significado do NÓS e DOS OUTROS, do pertencer e do não pertencer. Assim, a

"identidade de cada pessoa reside então numa "família" partilhada no interior dos outros que, por esse fato, também se encontram na mesma família. Ser da mesma família é sentir interiormente a mesma família."¹⁷

Quanto ao segundo processo, deve ser ressaltado o fato de ser a projeção, talvez, o mecanismo mais eficaz para a preservação da estrutura familiar, uma vez que contribui de maneira significativa para a continuidade psíquica entre as gerações. Cada família é apontada por Laing como fruto de estruturas de relações projetadas pelas gerações anteriores, acrescido de um processo de indução para que tais projeções sejam realmente incorporadas. As induções se fazem através de ordens para cujo cumprimento os mecanismos mais eficientes são os atributos. Estes são conferidos aos membros da família junto com injunções e instruções. Sobre esse jogo de operações, que é determinante na construção da experiência individual, Laing chega a dizer:

"encenamos, sem que disso nos demos conta, uma representação teatral de sombras do passado, agindo como imagens das imagens das imagens dos mortos que, por sua vez, incorporaram e induziram dramas semelhantes neles projetados pelos antepassados!"¹⁸

Embora tal afirmação soe como predição de uma repetição sem fim, o próprio autor ressalta que existe uma resposta às projeções e induções anteriores que não se reduz a simples repetição, mas que contém algo de peculiar, algo de novo. Assim é possível estar ligado ao passado, pertencer à família sem necessariamente repeti-la integralmente.

Resumindo, quero marcar que a experiência da família se constrói à base de um processo dialético que comporta projeções e introjeções que são incorporadas dentro de cada um e de cada família. Estes, por sua vez, reprojetam e reintrojetam, tendo em conta as experiências individuais e familiares que vão acontecendo numa série sem fim. Tal processo permite que tanto o sujeito quanto a família e a cultura se façam e se refaçam através de cada nascimento e de cada nova família, num ciclo que nunca termina.

Para finalizar essa apresentação, devo dizer que o privilégio que dei aos autores comentados e o recorte realizado em relação ao pensamento deles foram feitos no sentido de evidenciar a questão da experiência no âmbito da família. Dentre a infinidade de experiências que acontecem nesse espaço, destacam-se: as experiências de relações, as experiências dos sentimentos e a experiência do nós.

As experiências das primeiras relações com o Outro são fundamentais uma vez que somente através delas o homem vai chegar ao conhecimento de si mesmo, dos outros e do mundo. Tendo em conta os autores citados, dentro da família se realizam três experiências de relações estruturantes para o sujeito: a relação mãe-filho, enfatizada por Klein; a relação triangular com ênfase na figura do pai, como acentuada

por Lacan; e a experiência da família como uma estrutura de relações, pontuada por Laing. Apesar de os autores colocarem acento em experiências ou momentos de relações diferentes, eles não minimizam as outras experiências. Ao contrário, todas estão presentes de maneira implícita ou explícita em seus trabalhos. As experiências de relações ganham mais sentido à medida que são tomadas como o espaço dentro do qual se desenvolvem processos básicos da aprendizagem humana, processos esses que são os de introjeção, projeção e identificação.

As experiências dos sentimentos e das emoções vividas desde o início da vida pelo bebê caracterizam, sem dúvida, a própria condição humana. Como vimos, para Klein, o amor e o ódio são inerentes ao ser humano. A vivência de sentimentos como a inveja, a gratidão, a culpa, a reparação nas primeiras relações, são condicionantes de padrões de relacionamentos que o homem levará por toda a vida.

Atenção especial deve ser dada à experiência da frustração, colocada por Klein, como parte da educação. A educação, enquanto integração da criança no mundo social, não se faz sem certo grau de repressão ou restrição. A não frustração por parte dos pais leva a sentimentos de culpa pela exploração que ela exerce e a presença de certa restrição lhe proporciona segurança e lhe permitirá experimentar respeito pelos pais. A extrema indulgência dos pais traz sofrimentos frente à auto-afirmação sem limites da criança e certamente experimentam ressentimentos que sem dúvida interferirão na relação com os filhos.

A terceira experiência vivida na família, a experiência do nós, permite que o homem se sinta membro de um grupo familiar e não de outro. Esse sentimento é condição de sua integração cultural.

Enfim, deve ser destacado que as experiências familiares, vividas nos primeiros anos de vida, são marcadas profundamente pelo que a psicanálise chama de fantasias incons-

cientes e também pelos sentimentos e afetos presentes no âmbito das relações estabelecidas. Ao lado destas experiências, fazem parte do processo de humanização do sujeito a repressão e a simbolização. Estes dois últimos serão tematizados a seguir.

2. Família, Lugar de Repressão

Dentro de uma perspectiva geral, a questão da repressão é um tanto polêmica e é tratada por quase todos os autores em se tratando de família. Cada um ou cada grupo atribuem-lhe sentidos diferentes que, embora não sejam mutuamente excludentes, sempre determinam posturas diferentes. O procedimento que adoto agora é semelhante ao adotado quando discorri sobre a experiência: privilegio autores e trabalhos. Assim, as relações entre família e repressão vão ser tomadas em três sentidos basicamente: família como estrutura de repressão, repressão como mecanismo de culturalização e repressão no contexto da psicanálise.

2.1. Família enquanto Estrutura de Repressão

A afirmação de que a família é uma estrutura de repressão pode ser tomada sob duas óticas: a primeira, marcada pela consonância com a perspectiva da família como agência de reprodução das relações sociais do estado¹⁹; a segunda, identificada pelo papel que tem no processo de culturalização.

Quanto ao primeiro aspecto, é função da família produzir um tipo de homem ideal para a sociedade, cujas características principais são o conformismo e a submissão. A partir deste ponto de vista, a família funciona como um paradigma para as outras instituições e como forma eficaz de controle social. A fábrica, a igreja, o sindicato funcionam como réplicas da família. Os participantes dessas organizações transferem para elas as estruturas de relações vividas na família. A estrutura interna é de tal natureza que, antes de

o indivíduo participar dos outros grupos sociais, ele já está devidamente condicionado a submeter-se à ordem das relações sociais e a reproduzi-la. Portanto, mais importante que a estrutura externa é o poder da família interna.

Nesse sentido, Cooper²⁰ aponta três funções principais para a família. A primeira é a formação do hábito de as pessoas se grudarem devido à sensação de incompletude. Isto se realiza pelo fato de a família impedir que as crianças vivam inteiramente suas experiências, que seus membros tenham autonomia para viver sua solidão. Um exemplo: a mãe, já se sentindo incompleta como pessoa, gruda seu filho a si, para que ele seja o que lhe falta; e o filho, talvez nunca consiga se sentir completo porque nos anos mais importantes de sua vida viu-se sempre como um apêndice da mãe. A inexistência de autonomia para experienciar a sensação de incompletude aliena as pessoas no sentido de propiciar uma submissão passiva à invasão dos outros que, no princípio, são sempre os outros da família. Além disso, as dúvidas das crianças a seu respeito ou a respeito de sua família ou dos outros de sua família são normalmente reprimidas por respostas prontas ou pela invalidação da dúvida.

A segunda função diz respeito a estabelecer papéis para seus membros. Normalmente, na família a criança é doutrinação pelo desejo dos pais. Ela deverá ser uma espécie determinada de filho ou de filha e, mais tarde, será uma determinada espécie de marido, esposa, mãe, pai. Assim, antes que uma pessoa consiga formar e assumir sua identidade, ela é presa na malha dos papéis prontos e estabelecidos. Em consequência, aprende a viver uma "excêntrica maneira de ser no mundo", isto é, situa-se fora do centro de si mesmo. Então, ser uma pessoa normal, significa ter sempre os outros como referência e não a si próprio.

A terceira função refere-se à inculcação de controles sociais, em doses maciças na primeira infância, e à in-

culcação de tabus. Isto tem por finalidade reprimir as experiências mais profundas da criatividade e impedir que as pessoas se concentrem e se sintam. Os sentimentos de culpa e o complexo da castração são os pilares para a preservação da repressão, dos tabus e do controle social.

Preocupado em desfazer a família e em encontrar formas alternativas de convivência, Cooper aponta a vivência da solidão como uma das condições prévias para se viver uma verdadeira "comuna". Afirma que as crianças não necessitam de pai e mãe, mas precisam sim de amor "materno" e amor "paterno". Não encontra sentido em reduzir relações tão importantes a fatos e papéis contingentes e circunstanciais. Diante dessa perspectiva aniquilante da família em relação ao indivíduo, já que a estrutura interna de cada um está comprometida e já que as possibilidades de mudanças nessa estrutura são mínimas, a luta deve ser no sentido de liberar o indivíduo através da destruição da família.

O segundo aspecto contido na afirmação da família como uma estrutura de repressão diz respeito ao fato de que a repressão desempenha papel importante no processo de culturalização do homem. Para que ele venha a ter a imagem de homem veiculada pela sua cultura, é necessário que haja a internalização dessa cultura através de suas normas, valores, costumes, estruturas e conduta. Apesar de ser feito sobre a vivência pessoal do sujeito, tal procedimento não é o único responsável pela eficácia das internalizações. Como já foi apontado, é necessária interferência, atuação e cooperação dos outros nesse processo, os quais são, em primeiro lugar, os outros da família, especialmente, o pai e a mãe. Dentre as inúmeras formas de atuação que a família pode exercer para a integração eficaz do sujeito no seu meio, a repressão deve ser levada em consideração. Esta pode ser realizada das mais diversas maneiras, indo desde a coibição física, passando pelas mais diversas formas de se dizer não (pelos diferen

tes níveis de invalidação), chegando até as sutilezas da persuasão e da indução.

Neste particular deve ser focalizado o pensamento de Klein de que não há educação sem uma certa dose de repressão ou de restrição. Em outros termos, não há culturalização sem repressão.

Os dois aspectos apontados, embora de tendências antagônicas, apresentam um ponto em comum: marcam a repressão como parte do processo de humanização e como parte das funções exercidas pela família. Todavia, outro ponto faz com que se distanciem. Enquanto, por um lado, a repressão é concebida como processo de aniquilamento do indivíduo, por outro é encarada como processo de construção do sujeito. Na segunda perspectiva, é certa dose de repressão que possibilita a sobrevivência e o desenvolvimento do homem e de sua cultura. As diversas culturas, através de suas famílias, lidam de formas diferentes com a repressão. Certas culturas, em determinados momentos históricos, também usam a repressão não só no sentido "construtivo" de humanização do sujeito e da preservação da cultura, mas igualmente fazem dela um mecanismo de mobilização do sujeito dentro de uma única possibilidade de inserção no mundo. Cooper veementemente chama a atenção sobre isso.

2.2. Repressão como Mecanismo de Culturalização

A culturalização do homem e sua integração no meio social realiza-se através de processos e mecanismos que permitem a internalização das condutas, normas, costumes. Estes não acontecem somente através da ação dos outros sobre o sujeito, mas também da atuação do próprio sujeito. É assim que a repressão atua como importante mecanismo no processo de adequação da experiência e no "apagamento" do processo experiencial. Isto faz com que sobreviva apenas o resultado da infundável série de operações que fizeram parte do referido processo. Desta forma, a repressão não é um mecanismo sim

ples. É necessário esquecer e esquecer que se esqueceu. Portanto, uma operação eficaz de repressão permite que se consiga um corte de maneira a:

- esquecermos X;
- não nos apercebermos de que existe um X que esquecemos;
- não nos apercebermos de que esquecemos X;
- e não nos apercebermos de que não nos apercebemos de que esquecemos que esquecemos X.²¹

A repressão, embora seja uma operação que se realiza individualmente, constrói-se à base das regras dadas culturalmente. Como culturais dever ser entendidas não apenas as regras da cultura como um todo, mas as das próprias "culturas familiares". Isto é, para a continuidade da unidade psíquica da família através das gerações, é necessário que se mantenham determinadas formas de se lidar com os fatos culturais. Assim, as experiências vividas nas famílias são moldadas também de acordo com as regras familiares.

Nesse sentido, Laing dá um exemplo esclarecedor: em uma determinada família existe uma regra segundo a qual o pequeno Joãozinho não deve ter pensamentos sujos. Joãozinho é um bom menino e não precisa que lhe digam para não ter pensamentos sujos. De fato, ele nunca os tem. Então, segundo a família e o próprio menino, não existe qualquer regra contra os pensamentos sujos, pois não é necessário existir uma regra sobre o que não acontece. Além disso, em família não se fala sobre uma regra contra pensamentos sujos, porque, não existindo pensamentos sujos, nem uma regra contra eles, não há necessidade de falar de um assunto desagradável, abstrato, irrelevante. Não existe uma regra contra falar de uma regra inexistente sobre pensamentos sujos inexistentes e nenhuma regra contra conversas inexistentes sobre regras inexistentes sobre algo inexistente.

2.3. A Repressão no Contexto Psicanalítico

A contribuição da psicanálise para a compreensão da repressão, como vimos, pode ser sentida em várias áreas do conhecimento. Neste item, enfatizo a repressão no contexto da teoria psicanalítica, atendo-me à noção de recalque e à de super-ego.

2.3.1. A Noção Psicanalítica de Recalque

O recalque é uma modalidade especial de repressão e tem por finalidade o afastamento dos representantes pulsionais da consciência. Ele se engendra a partir do jogo dialético entre o psiquismo (especialmente os representantes pulsionais ideativos) e algo que lhe seja exterior.

Freud, ao descrever o recalque, coloca-o como um processo constituído de três fases: o recalque originário, o recalque propriamente dito e o retorno do recalcado. Para ele, antes de haver a cisão entre o consciente e o inconsciente, determinadas experiências excessivamente fortes, mas desprovidas de significação para o sujeito, são inscritas no inconsciente e inacessíveis à consciência a partir de então. Estas servirão de base para o recalçamento propriamente dito que corresponde à segunda fase do processo. Acontece no momento em que o indivíduo é capaz de dar significação a tais inscrições:

"somente ao receber a significação por parte do sistema simbólico é que seu caráter traumático vai ser experimentado pelo sujeito e ocorrerá o recalçamento propriamente dito."²²

A terceira fase consiste em que, no caso do fracasso do recalçamento, produz-se o retorno do recalcado, o que fará serem desenvolvidos mecanismos suplementares de defesa.

Deve ser considerado também que o recalçamento não é um processo que ocorre apenas uma única vez após o que o representante pulsional recalcado tem seu destino selado.

Ao contrário, ele se caracteriza pela sua individualidade e mobilidade. Exige um permanente dispêndio de energia para que os representantes pulsionais²³ não aflorem na consciência. Isto pode acontecer com seus derivados, mesmo os remotos, e de certa maneira podem ser comunicados. Assim, um determinado derivado poderá vir a constituir uma obra de arte, ao passo que outro poderá se constituir numa perversão.

Garcia-Roza²⁴, para ilustrar a questão do recalca-mento, utiliza a imagem de uma pessoa preocupada em esconder um objeto de cortiça no fundo de um poço cheio de água. Se ela não persistir segurando o objeto sob a água ou se não encontrar algo que o mantenha submerso, ele virá à tona. O recalca-mento, tal como o pedaço de cortiça, exerce uma pressão contínua em direção ao consciente e necessita, para permanecer recalca-do, uma contra-pressão constante do conscien-te.

2.3.2. O Super-ego

Na teoria freudiana, o processo de recalca-mento tem seu momento privilegiado na clivagem do psiquismo em in-consciente, pré-consciente e consciente por ocasião da vivên-cia do Édipo. Com a interdição do desejo da criança em rela-ção aos seus progenitores e com a ameaça de castração, duas instâncias psíquicas se instauram: o super-ego e o ideal de ego. O ideal de ego consiste no modelo a que o indivíduo pro-cura conformar-se. Ele se identifica com a figura parental interditora. O super-ego, chamado também de herdeiro do com-plexo de Édipo, é construído de acordo com o modelo de super-ego dos pais e tem as funções de auto-observação, consciên-cia moral e de ideal de ego.

Tomando Lacan, em sua análise da estrutura edipia-na, pode-se verificar que o recalque se situa no segundo mo-mento do Édipo. Acontece com a intervenção do pai na relação dual mãe-filho. Ele representa a lei e postula uma dupla proibição em relação ao filho e em relação à mãe. Em conse-

quência, há um movimento em direção ao nome do pai e, daí, o recalque originário. A castração exercida pelo pai é o recalque do desejo da criança de unir-se à mãe. Com o acesso à linguagem, a criança é capaz de produzir um afastamento em relação à sua própria vivência. Ela substitui o registro do ser (ser o falo) pelo de ter (ter um desejo não mais onipotente, mas limitado). Ao simbolizar, ocorre o recalque e, conseqüentemente, a clivagem da subjetividade. Para Lacan, a castração (simbólica) incide sobre um objeto imaginário, o falo. Então, nesse momento a criança deixa de ser o falo e a mãe deixa de ser a lei. É pela interdição do pai e pela interiorização da LEI que a criança constitui-se como sujeito e é introduzida na ordem da cultura.

Klein, através de sua prática clínica, chegou a uma formulação diferente sobre a estruturação do super-ego. Para ela, tanto o conflito edípico como a formação do super-ego acontecem nos primeiros meses de vida.

O super-ego tem origem no processo de introjeção vivido pelo bebê. A noção de objeto introjetado está diretamente vinculado à noção de temor do talião. Este transforma os objetos reais atacados (projeção) em objetos vingadores. Se a criança teme a castração, não é pelos seus desejos de morte, mas porque formulou desejos de morte e teme ser morta.

As relações que o bebê vai desenvolvendo ocorrem tanto com os objetos reais como com objetos imaginários (sádicos e vingadores). Estes últimos constituem o núcleo do super-ego, que é extremamente cruel. Klein afirma mesmo que o super-ego da criança é muito mais severo que o do adulto e é tanto mais cruel quanto corresponde à fase mais arcaica do desenvolvimento. Dessa forma, ele é fonte de ansiedade, culpa e atuações. Os atos de violência e as fantasias sádicas são respostas do ego à ameaça dos objetos imaginários introjetados. A repressão das fantasias sádicas é o único mecanismo de que um ego imaturo dispõe para defender-se dos afetos

terrificantes. É ineficaz à medida que afasta a possibilidade de se lidar com as pulsões sádicas por meios simbólicos nas fantasias e brincadeiras. Uma vez que tais pulsões permanecem inalteradas certamente ocorrerão episódios de retorno maciço do reprimido e haverá a necessidade de punição. Assim, o ciclo se reinicia.²⁵

Com o fortalecimento do ego, outras relações com a realidade são possíveis, o super-ego vai evoluindo e interagindo de forma diferente na estrutura psíquica. Se a posição depressiva ganha ascendência, ocorre uma diminuição progressiva da onipotência e da distorção da percepção através das projeções. Simultaneamente, os elementos persecutórios do super-ego diminuem: a culpa se torna menos persecutória. Dessa forma, começa a haver uma preocupação mais realista com o destino dos objetos internos e externos do eu. A repressão sucede a divisão como forma de enfrentar os impulsos inaceitáveis, mas não de um modo lesivo para o objeto.²⁶

Novamente está marcada a diferença entre a teoria freudiana e a teoria kleiniana. Freud e Lacan falam de um super-ego calcado na figura paterna; Klein postula um super-ego ancorado na figura materna. Em decorrência, o super-ego freudiano está vinculado à idéia da cultura, ao passo que Klein o vincula às relações objetais do bebê com a mãe.

A psicanálise postula o super-ego como instância do psiquismo e o recalque e o mecanismo da repressão como elementos importantes na vida psíquica. Tal postulação reporta-nos, uma vez mais, à idéia da castração e da repressão como parte do processo de humanização.

3. Família, Lugar de Simbolização

A simbolização é um fenômeno tipicamente humano, pois somente o homem é capaz de símbolos. Estes pertencem ao universo do sentido e não ao universo físico ou biológico. De acordo com Garcia-Roza, Cassirer já propunha, em 1945, a de-

finição do homem não como um animal racional, mas como um animal simbólico. Não é a racionalidade que torna possível a simbolização, mas esta é que é pré-condição daquela. Para ele, o simbólico é o mediador da realidade e, ao mesmo tempo, o que constitui o indivíduo como indivíduo humano. Na mesma direção, encontramos a contribuição de Levi-Strauss para a compreensão da cultura. Ao defini-la como um conjunto de sistemas simbólicos, ele afirma que

"estes não são constituídos a partir da tradução de um dado externo em símbolo, mas, ao contrário, é o pensamento simbólico que constitui o fato social ou cultural. Só há social se houver simbólico."²⁷

Tais afirmações só fazem corroborar o fato de que somente através de sua capacidade de simbolizar é que o homem é capaz de viver e conviver com os outros homens, como um deles e ao mesmo tempo diferente deles. De criar e recriar sua cultura, de se fazer e se refazer enquanto um ser no mundo com os outros. É nesse sentido que a abordagem fenomenológica da cultura como estrutura simbólica ganha seu significado. É a partir da vivência das mais diferentes formas de intencionalidade na relação do homem com o mundo que o caráter simbólico vai tomando forma e o homem vai criando lugares privilegiados para seu relacionamento com o mundo e com os outros. Como já vimos, dentre esses lugares a família aparece como o lugar privilegiado onde acontece o encontro entre o homem e a cultura. A ela cabe o início do processo de humanização, que nada mais é que o próprio processo de simbolização, marcado por dois aspectos fundamentais: o primeiro é a estruturação do homem como sujeito simbólico numa perspectiva psicanalítica; o segundo é a transmissão de todo o universo simbólico da cultura dentro do qual o sujeito está inserido.

3.1. A Estruturação do Sujeito Simbólico

Ao tratar o homem como ser simbólico, não se deve esquecer o fato apontado por vários autores de ter sido Freud o iniciador dessa concepção. Por isso, a psicanálise enriquece o assunto com contribuições das mais ricas. Lacan, na sua releitura de Freud a partir da Lingüística e da Antropologia Cultural, é um dos autores que se propuseram a analisar a questão. Para ele, o simbólico é o elemento estruturador do sujeito e determinante na sua estruturação. O homem está imerso no simbólico e, antes mesmo de ter acesso a ele, já é simbolizado pelos outros. Desde o seu nascimento e mesmo antes dele, já ocupa um lugar na Ordem Simbólica. Esta é a própria ordem humana, que se caracteriza pela transindividualidade. E, ao mesmo tempo que precede o sujeito, é também condição de sua constituição como sujeito humano. O simbólico é, portanto, um conceito central para a psicanálise, como veremos através da perspectiva de Lacan e da de Klein.

3.1.1. A Perspectiva de Lacan

Para Lacan, a vivência do fenômeno edípico no mundo familiar e cultural é o marco fundamental da entrada da criança na Ordem Simbólica. O fenômeno edípico é a estrutura-estruturante do sujeito que tem seu início e final em momentos não datáveis na vida de cada um. Além disso, é o momento de passagem do imaginário ao simbólico. Ele é marcado pela intervenção do pai na relação mãe-filho na qual a criança é o falo da mãe, ocorrendo a castração simbólica. Esta incide justamente no objeto imaginário, que é o falo. Em outros termos, a criança deixa de ser o falo e passa a desejar a mãe; a castração é justamente o recalque desse desejo. Nesse momento, graças à linguagem, o desejo é nomeado e, em seu lugar, surge o símbolo. Portanto, o nome do pai produz a clivagem da subjetividade e há a passagem de uma relação dual, especular, para uma relação triádica.

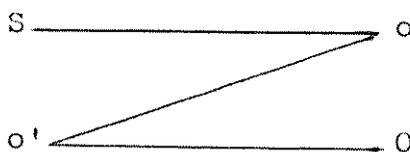
Nessa primeira instância da relação triádica, o

pai é tomado como imaginário, como um outro singular ou a própria lei cuja presença é fundamental para que a criança venha a se constituir numa entidade distinta, num EU propriamente dito. A partir do momento em que a criança toma consciência de si, a ordem simbólica ganha toda sua dimensão: o pai deixa de ser a lei e passa a ser representante dela. Então, a castração que ocorre não é apenas dupla, da mãe e do filho, mas também do pai.

"Ninguém é mais o falo, assim como ninguém é mais a lei. Tanto um como outro estão para além de qualquer pessoa singular."²⁸

Através de todo esse processo é que acontece a dialética das identificações e, no momento do ingresso na ordem simbólica, a criança deixa de se identificar com seu eu ideal, ou seja, com a imagem que fazia de si mesma (falo da mãe) para se identificar com o ideal do eu. O pai passa a ser o ideal de perfeição, ou melhor, o representante desse ideal. A criança vai se identificar, portanto, com aquilo que o pai representa, o Outro. Este Outro é a própria Ordem Simbólica.

A estrutura do sujeito, segundo Lacan, está dada esquematicamente pela figura em Z²⁹



onde: S = sujeito; O = Outro, Ordem Simbólica (lugar do pai); o = objetos do sujeito, originalmente a mãe; e o' = imagem que o sujeito tem de si mesmo, lugar do Ego. A relação imaginária seria representada pela linha que une o a o'.

Em tempo, é importante assinalar que o falo, na teoria lacaniana, é tomado como um símbolo de poder e completude na nossa sociedade. Por isso, não deve ser reduzido à presença do pênis em cada homem singular. Ele representa, antes de tudo, o preenchimento da falta que, em psicanálise,

é tida como a marca fundamental do ser humano. Sua origem estaria na perda originária que é a separação do recém-nascido de sua mãe, assim como o ovo, ao se romper, perde sua casca. Mas é justamente a falta que instancia a dialética do desejo. Um bebê com fome, apesar do choro, é incapaz de afastar o estímulo causador da insatisfação e é a mãe, ao oferecer o seio, que reduz a tensão causada pela necessidade e que lhe proporciona a experiência da satisfação

Daí por diante, ao surgir a necessidade, emerge também o impulso psíquico que evoca a satisfação original. Tal impulso é o desejo. Então,

"o que caracteriza o desejo, segundo Freud, é esse impulso para reproduzir alucinatoriamente uma satisfação original, isto é, um retorno a algo que já não é mais, a um objeto perdido cuja presença é marcada pela falta. Para usar uma fórmula agostiniana, o que caracteriza o desejo é a presença de uma ausência. O desejo é a nostalgia do objeto perdido."³⁰

Assim, o homem vai vivendo marcado por uma procura interminável do objeto do desejo, que vai deslizando de um objeto para outro sem nunca conseguir alcançá-lo. Por isso mesmo, o desejo ou o objeto do desejo não pertencem à ordem das coisas concretas, mas fazem parte da ordem simbólica.

O desejo constrói-se sempre em referência a um outro sujeito. Quando a criança vive o plano do imaginário, é esse outro que aceita ou não, aprova ou não, e apenas pela referência a outro é que a criança poderá vir a se constituir no sujeito do desejo. Este só se irromperá quando ela aceder à ordem simbólica, a única que poderá resgatá-la da relação especular dentro da qual não existe sujeito, mas assujeitado. O desejo de um se aliena no desejo de outro.

Em última instância, o eu surge do encontro com a palavra, que é justamente o lugar da não vivência, através

do qual é possível o ocultamento do sujeito. Se, por um lado, a palavra garante a sobrevivência do social, por outro, engendra a morte do sujeito. Ou seja, a partir da entrada no simbólico, o que vai haver não é um sujeito único, mas sim um sujeito fendido. Nos termos de Lacan, vão existir dois sujeitos: o sujeito do enunciado e o da enunciação. O do enunciado é o sujeito social e o da enunciação é o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo.

3.1.2. A Perspectiva de Klein

Sobre a constituição do sujeito simbólico, Klein, dentro dos princípios psicanalíticos, abriu uma nova perspectiva de análise. Toma como ponto de partida a descoberta de Freud de que os instintos contituem fonte de toda a energia vital e encontram sua representação psíquica, portanto simbólica, na fantasia inconsciente. Então, evidencia o quanto a capacidade de formar símbolos é relevante no desenvolvimento do indivíduo. Esta capacidade está diretamente relacionada ao processo de personificação e de transformação do pensamento concreto em pensamento verbal. O processo de designação do concreto pelo abstrato é o meio fundamental de comunicação tanto com o mundo interno como com o mundo externo.³¹

Para nossa autora, o processo de simbolização acontece através da vivência pelo bebê da posição esquiso-paranóide e depressiva. A mudança de uma para outra significa a passagem de uma posição em que símbolo e objeto são um só para outra em que o símbolo é necessário para substituir e representar o objeto. A posição esquiso-paranóide, que se caracteriza primordialmente pelo processo de divisão do objeto e pelas identificações projetivas, dá lugar à posição depressiva cuja característica principal é a preocupação com o objeto. O desejo de preservá-lo leva o bebê ao abandono gradual das identificações projetivas e do controle onipotente do objeto.

A divisão e a projeção decorrentes da perseguição e da idealização, características da posição esquiso-paranoide, dão lugar à discriminação realista e à capacidade de amor. Há a possibilidade, portanto, do estabelecimento de relações maduras com o objeto que permitem a interdependência e o reconhecimento da ambivalência. Na mudança de uma para outra posição é que o símbolo torna-se "não-psicótico" e pode ser usado na sublimação e na comunicação. É na posição depressiva que a sublimação e a criatividade se desenvolvem, sendo que as experiências de culpa e de perda dos objetos internos dão origem aos impulsos reparadores para uma recriação interna e externa de objetos internos perdidos.³²

Embora Klein não tenha se dedicado particularmente à temática da formação do símbolo, esta esteve sempre presente em sua obra, especialmente em seu artigo de 1930 "A Importância da Formação do Símbolo no Desenvolvimento do Ego".

Em seus estudos sobre a obra de Klein, Rezende³³, preocupado com a questão do símbolo, afirma que a teoria kleiniana comporta elementos importantes para uma teoria psicanalítica do símbolo. Sua proposta esclarece significativamente não só os elementos dessa teoria, mas também coloca em evidência o próprio movimento do sujeito na sua estruturação simbólica. Isto é, os elementos teóricos aventados explicitam a experiência simbólica do bebê descrita na obra de Klein.

Sua análise repousa na tese de que as três fases do pensamento kleiniano implicam três momentos essenciais de uma dialética simbólica. No dizer de Rezende, a experiência simbólica contém uma unidade primitiva, uma ruptura dessa unidade e a restauração da unidade rompida. Para sustentação de sua tese, recorre à etimologia da palavra symbolon. O símbolo corresponde a

"um objeto primitivamente uno, que duas ou mais pessoas repartem entre si no momento em que vão

separar-se por muito tempo. Essas pessoas, afetivamente ligadas por laços de amizade, quando um dia se reencontram, servem-se do fragmento que cada um conservava consigo para se fazerem reconhecer. Os fragmentos rejuntados reconstituem o objeto primitivo, ao mesmo tempo em que as pessoas se reconhecendo, reestabelecem a situação inicial graças aos laços que sempre tiveram e mantiveram, apesar da separação."³⁴

Partindo dessa definição, ele mostra como o sentido etimológico da palavra símbolo é explicitado analiticamente por Klein. A perspectiva kleiniana comporta a hipotética unidade primitiva que é dada pela união intra-uterina do bebê com a mãe. Caracteriza-se, essencialmente, pela união do todo no todo que é rompida com o nascimento. Através do corte do cordão umbilical realiza-se a separação dos corpos que, nesse primeiro momento, não é só o corpo que se tem, mas o corpo que se é.³⁵ Assim, inicia-se a vida do sujeito simbólico que, a princípio, é marcada pela divisão. Este é o aspecto central das relações que o bebê estabelece com o objeto. Cindindo-o em bom e mau (seio bom e seio mau), da mesma forma que vivencia a própria cisão (sua expulsão do corpo materno) ele alterna sentimentos de amor (instinto de vida) e de ódio (instinto de morte).

Esta posição, que Klein descreve como esquiso-paranóide, é apontada por Rezende como correspondente ao momento antitético da ruptura cuja tese estaria dada pela unidade primitiva. Além disso, a vivência de objetos parciais (o seio, o pênis) coloca em evidência um aspecto da experiência simbólica, que é a relação das partes com o todo. A referência das partes é fundamental na estruturação do todo, pois estão contidas no todo assim como o todo está contido nas partes.

Acompanhando o pensamento de Klein, é justamente

através da vivência de relações parciais que o bebê vai caminhando para a estruturação de relações totais com um objeto total. Isto significa o próprio processo de estruturação do ego que se caracteriza inicialmente pela precariedade de sua organização. A mudança nas relações é o ponto nevrálgico da passagem da posição esquiso-paranóide para a posição depressiva. Esta se caracteriza pela integração do objeto e das relações do bebê com ele. Nesse processo de percepção de um objeto total, vai surgindo também a preocupação com esse objeto, de modo que o bebê busca também reparar os danos que possa ter causado a ele. Sobre esse momento, Klein diz:

"Como apontei antes, o ego, ao mesmo tempo em que percebe o seu amor pelo objeto bom, inteiro, real, experimenta em relação a ele um poderoso sentimento de culpa. A identificação completa com o objeto - baseada na ligação libidinal primeiro com o seio e depois com a pessoa inteira - caminha lado a lado com a ansiedade em relação à sua desintegração, com a culpa e o remorso, com um sentimento de responsabilidade por preservá-lo intacto aos ataques do id e dos perseguidores, e com a tristeza quanto à expectativa de sua perda iminente. Essas emoções, conscientes ou inconscientes, estão para mim entre os elementos essenciais do sentimento a que chamamos amor."³⁶

Sobre esta vivência do sujeito, Rezende diz que este momento corresponde a um momento fundamental da experiência simbólica. O símbolo está intimamente relacionado à integridade do objeto e do ego, e ao amor por aquele. A posição depressiva põe em evidência o dinamismo dialético da simbolização, correspondendo ao momento de síntese da dialética simbólica.

Nessa percepção do símbolo na psicanálise de Klein,

Rezende pontua dois elementos altamente significativos na estruturação do símbolo e do sujeito simbólico. Um é a corporeidade; o outro é o vínculo.

O primeiro diz respeito ao fato de que o símbolo não é algo abstrato. Ele aparece vivenciado nas relações do bebê com o objeto, o que no início acontece de forma parcial e depois de forma total e integrada. Segundo Klein, o bebê vivencia inicialmente os objetos como se estes fossem um prolongamento de seus próprios órgãos (identificação precursora). Nesse sentido, Rezende insiste em mostrar como na teoria kleiniana o símbolo tem a ver com o corpo, o princípio de prazer, a sublimação e as fantasias libidinais. Além disso, nesse processo de vivência corporal do símbolo, a ansiedade desempenha papel fundamental. Para demonstrar tais fatos, Rezende cita a própria autora:

"É a ansiedade mobilizada durante a fase por mim descrita que aciona o mecanismo de identificação. Posto que a criança deseja destruir os órgãos (pênis, vagina, seios) que os objetos representam, ela passa a temer estes últimos. Semelhante ansiedade contribui para igualar os órgãos em questão com as outras coisas. Devido a essa equação, tais coisas, por sua vez, tornam-se objeto de ansiedade e dessa maneira a criança vê-se constantemente impedida a realizar novas equações, as quais fundam a simbolização e o interesse por novos objetos... Assim, não somente a simbolização torna-se alicerce de toda a fantasia e sublimação, como além disso sobre ela é edificada a relação do sujeito com o mundo exterior e com a realidade em geral."³⁷

Insistindo ainda na corporeidade do símbolo, Rezende pontua que a experiência simbólica contém a própria polissemia do símbolo, dado que ela só é possível através dos cinco sentidos. Somente através deles é que o sujeito poderá se

aperceber do outro, se relacionar com ele e emergir como sujeito simbólico.

O segundo elemento é a importância do vínculo na formação do símbolo. A peculiaridade da teoria kleiniana está dada especialmente porque não há símbolo sem afeto. É o afeto que torna possível o vínculo e é este que possibilita a simbolização. O vínculo é que permanece quando há separação. É ele que permite a presença do objeto, mesmo ausente. Assim o bebê, quando se separa do seio materno, não perde o seio simplesmente; ele conserva em si a experiência de sua relação com ele. Para evidenciar relevante questão, Rezende toma a descrição feita por Klein do caso Dick:

"Trata-se de um menino de quatro anos, cuja pobreza de vocabulário e de realizações intelectuais situava-o no nível de uma criança de 15 a 18 meses... Esse menino Dick era extremamente destituído de afeto e indiferente à presença da mãe ou da babá!"³⁸

Para Rezende, o fato fundamental é que

"trata-se de uma criança destituída de vínculo afetivo, incapaz de discriminar entre a presença e a ausência. Como poderia ela simbolizar, se uma das características essenciais do símbolo é a presença do vínculo, apesar da separação? O vínculo simbólico, por assim dizer, garante a presença de um objeto mesmo ausente, podendo a pessoa a ele referir-se de maneira verdadeira. Em sentido lingüístico, a existência do vínculo permite e referência, isto é, a relação significativa durante a separação e apesar dela. O vínculo semântico supõe o afetivo."³⁹

Concluindo, a análise de Rezende evidencia a temática do símbolo na obra de Klein, demonstrando que o processo de estruturação do sujeito simbólico não pode ser reduzido ao seu aspecto abstrato, mas ele é, antes de tudo, viven-

ciado nas relações que o bebê estabelece com seus objetos (internos e externos). Estas relações se caracterizam essencialmente pelo afeto nelas embutido.

Através do exposto, fica patente a diferença entre as concepções de Lacan e Klein. O primeiro concentra sua atenção no fenômeno edípico e marca a figura do pai como aquela que instaura a ordem simbólica, estabelecendo uma relação triádica. Para ele, a permanência numa relação dual, especular, impossibilita o sujeito de ascender à Ordem Simbólica.

Klein, por sua vez, privilegia a relação dual (mãe-bebê) nos primeiros meses de vida. O processo de simbolização é o próprio processo do desenvolvimento humano, através da vivência das posições esquiso-paranóide e depressiva. Rezende assinala que a teoria kleiniana contém elementos importantes para uma teoria psicanalítica do símbolo.

O relevante, tendo em conta a família, é que ambos marcam a estruturação do sujeito simbólico no âmbito das relações familiares.

3.2. A Apropriação do Universo Simbólico

A constituição do sujeito simbólico está ancorada na vivência pessoal de um processo de individuação que ocorre no círculo das relações familiares. Aí o indivíduo não apenas toma consciência de si, mas também se apossa dos símbolos que constituem seu universo cultural.

A apropriação simbólica é o fator que permite a integração do sujeito na sua cultura e a continuidade desta. A herança cultural, além de identificar cada sujeito como pertencente ou não a ela, possibilita a ligação e o entrelaçamento das várias gerações. A família é um lugar de transmissão e apropriação cultural. Ela transmite estruturas de conduta que vão permitir a formação do sujeito simbólico e uma continuidade psíquica entre as gerações. Dentre as apropriações simbólicas passíveis de acontecerem no espaço da

família, devem ser ressaltadas três, que são decisivas para inserir o homem na cultura: a apropriação dos usos e costumes característicos de cada cultura; a apropriação dos sentidos da existência e das formas de existir que caracterizam o homem na cultura; e a apropriação da linguagem que, não por acaso, é chamada de língua materna.

Tais formas de apropriação dizem respeito ao fato de que cada homem, desde seu nascimento, tem suas experiências marcadas pela maneira peculiar que cada cultura tem de utilizar o mundo, de dirigir as relações entre os homens e dos homens com o transcendente. Assim, o bebê vai fazer a experiência dos seus sentidos dentro das possibilidades que lhe são oferecidas. Isto acontece, por exemplo, desde o tipo de alimentação que lhe é oferecida, o que forma seu paladar, até as atitudes, ritos que são vivenciados por ele. Desta forma, vai se apossando da cultura e se integrando nela. Atrás de cada objeto, de cada maneira de se envolver uma criança, de cada alimento, de cada carícia, está presente toda a história de uma cultura.

A dimensão histórica, no sentido lato do termo, é tomada justamente como o processo de simbolização que vai ocorrer numa determinada cultura. Do interior desse processo é que vão aparecendo os diversos sentidos que os homens vão dando à sua existência e que vão sendo retomados e revividos face à presença de cada nova criança no mundo. Na família se reitera decisivamente o sentido da diferença sexual, isto é, o que significa ser homem e ser mulher dentro de cada cultura. Marca-se o significado de ser mãe, pai, filho, criança, adulto, velho e o sentido de pertencer a uma família, da semelhança parental. Além disso, não podem ser esquecidos os sentidos do nascimento e da morte que fazem parte da própria dialética da estruturação da família. A título de lembrança, todas essas apropriações são pontuadas pelos valores que

estão no bojo do próprio processo de doar sentidos, de ordenar e conceber o mundo.

Dentre as apropriações simbólicas, realizadas no processo de humanização, a mais significativa do universo familiar é a apropriação da linguagem. Esta é o símbolo por excelência e, no dizer fenomenológico, é "expressão de expressão". Como vimos, no item sobre a constituição do sujeito simbólico, Lacan privilegia a questão do sujeito nas suas relações com a linguagem. Coloca em evidência que o meio ambiente propriamente humano não é o biológico, nem o social, mas o lingüístico.⁴⁰

Refletindo sobre a linguagem como forma de integração do homem na cultura e no desenvolvimento humano, o processo de aquisição da linguagem é de grande interesse. Estudos recentes na área da psicolingüística vêm apontando não apenas as relações entre desenvolvimento lingüístico e desenvolvimento cognitivo, mas também o papel da interação social na aquisição da linguagem. Neste contexto, o conceito de intersubjetividade ganha conotação especial, como se depreende das palavras de Romewetveit:

"É através do conceito de intersubjetividade que se captarão os elementos necessários para a reformulação da noção de competência semântica, atribuindo-lhe justamente alguns componentes operativos vinculados ao diálogo."⁴¹

Além disso, o autor ressalta o fato de que, para buscar as raízes da competência semântica, é necessário ir em busca das primeiras interações sociais da criança com o adulto, dentro das quais estão presentes as premissas da intersubjetividade inerentes à linguagem adulta.

Dentro dessa perspectiva, pesquisas lingüísticas⁴² sugerem a importância da comunicação, especialmente do período pré-lingüístico, na aquisição da linguagem e na constru-

ção da inteligência discursiva. Apontam para a correlação existente entre o "apontar comunicativo" e o desenvolvimento da linguagem, aspecto não evidenciado em outras abordagens sobre o processo de aquisição da linguagem. A linguagem está em relação direta com o pensamento e, para melhor compreender tal processo, é preciso entender as características da fala social, dialógica, interpessoal, da qual se origina a fala interna. Esta última traz as marcas da primeira. Em outros termos, em nossa área de interesse, a linguagem vai se constituindo no espaço das relações familiares. Ela não é fruto da experiência direta entre o sujeito e o mundo. Ao contrário, necessita da intermediação de um outro que lhe vai fornecendo categorias lingüísticas das quais a criança se apropria e, com isso, vai conseguindo expressar a si e ao mundo.

O trabalho realizado por Campos sobre a linguagem de suas duas filhas, até os cinco anos, é extremamente significativo para a elucidação do quanto o processo de interação da criança com os outros, especialmente os pais, é importante na construção da linguagem. Dentre os inúmeros achados e a vasta discussão sobre o assunto, pincei alguns pontos tematizados para ilustrar o papel da interação familiar na estruturação da linguagem.

A primeira pontuação diz respeito ao privilégio da do pela autora ao comportamento comunicativo da criança dentro do esquema interacional. Relata a seguinte situação: a hora da mamada de Adriana era sempre acompanhada pelo cantarolar do pai de uma corruptela da 5ª Sinfonia de Beethoven. Então, a menina passou a reagir diante desse enunciado musical de forma característica: tensão e agitação de pernas e mãos, modificação do ritmo respiratório, emissão de sons. Isto significava o reconhecimento da cadeia de eventos que a música anunciava. Por volta de dez meses, Adriana estava em

seu berço pela manhã e choramingava antes de receber a mãe e acompanhava os movimentos da mãe na cozinha. Pela primeira vez vocalizou, retomando o trecho musicado pelo pai com uma manifestação prosódica e paralingüística diferente da do adulto. Tinha o tom lamentoso de pedido. De um esquema anterior interacional, que recortava determinada situação de mundo, a criança incorporou um segmento da produção vocal significativa do adulto e aplicou a outro esquema igual ou similar ao primeiro. Modificou, entretanto, as características prosódicas do trecho incorporado e os papéis interlocucionais.

A autora ressalta que fenômenos como este são indicativos da impossibilidade de se isolar, do processo de construção das primeiras interpretações ou atribuições de relações causais, os esquemas interacionais. Estes configuram os eventos envolvidos nessas relações e o reconhecimento pela criança da aplicabilidade do segmento incorporado de um outro esquema de interação. A criança opera transformações ao projetar segmentos de um contexto para outro. Portanto, os processos de reconhecimento, projeção e transformação são determinantes na construção da linguagem.⁴³

Outra pontuação: ao estudar a construção de enunciados com por que/porque, se/então no desenvolvimento lingüístico, Campos insiste na questão da intersubjetividade.

Segundo ela, os enunciados da criança trazem de maneira implícita ou explícita as marcas da intersubjetividade. Quando não estão presentes no enunciado, é possível rastrear a história interacional e recuperar seu papel. Indo além, diz que não só os processos dialógicos, mas também os esquemas relacionais se encontram na base da construção da linguagem, o que pode ser ilustrado através dos exemplos:

1. "(mãe buzina porque acaba de ser fechada por um ônibus)

Verônica: Num briga com o ônibus, mãe. Sabe por
 quê? Porque o ônibus é o pai dos carros
 e a ô nibas é a avó."⁴⁴

Nesta situação, a criança reproduz a teia de relações familiares e as normas que a regem, o que aparece também na construção de enunciados semi-genéricos.

2. "Daniela: Você num vai trabalhar, mãe?

mãe : Não, hoje é feriado.

Daniela: Nem meu pai?

mãe : Não.

Daniela: Tudo feriado, tem que ficá bonita, i
 na cidade e na casa de um amigo, né?"⁴⁵

3. "Verônica: Hoje é dia de viagi. Sabe por quê?

Porque dia de feriado é dia de viagi.

(conversando com o pai que acabara de dizer que
 não podia sair para comprar grampo porque era
 feriado)."⁴⁶

Nesses exemplos, vê-se a expressão de uma norma, uma definição de feriado. Definições como estas tomam forma em função da história da criança no contato com o termo que é definido e redefinido num conjunto de relações em que o termo se dá, compondo-se assim uma rede de significações.

A última pontuação, dentre tantas que poderiam ser feitas, refere-se ao papel que o adulto desempenha na reorganização do enunciado da criança. Tal observação é feita pela autora, ao analisar o seguinte diálogo entre ela e a filha:

"(parece que Daniela está mexendo em alguma coisa)

mãe : Que que você está fazendo aí?

Daniela: Pu/pu que não tem esse aí.

mãe : Que que é?

Daniela: Porque não tem desenho neste igual àquele
 que cê guardô.

mãe : Por que não tem desenho ne/nesse livrinho?

Daniela: É

mãe : Igual àquele? Deixa eu ver. Será que não tem?"⁴⁷

Sobre isso, Campos levanta a suspeita de que a mãe procura tornar mais claro o escopo do por que no diálogo e visa mostrá-lo inteligível a outrem (no caso a orientadora). Em certas ocasiões, a mãe muda a entonação e simplesmente "canta" o contexto e toma, muitas vezes, o lugar de mediadora e intérprete.

Esta situação é comumente observável na relação do adulto com a criança. Embora tal situação não tenha sido destaque no trabalho comentado, ela pareceu de extrema importância dentro da ótica dessa dissertação. Tal observação marca uma prática rotineira exercida pelos adultos, especialmente os pais, como intermediadores da criança com o mundo e com os outros.

Finalmente, devo assinalar que o tema da apropriação do universo simbólico é extremamente vasto e não caberia aqui avançar sobre ele, já que nosso objetivo é apenas avançar um pouco o olhar sobre as possibilidades da família no processo de humanização do sujeito.

A família foi tomada como um lugar de simbolização, experiências e repressão. É nela que tais processos se iniciam, são marcados fortemente pelos acontecimentos e constituem o eixo central da educação familiar. Como se pôde verificar, a riqueza e a importância desses processos reside sobretudo nas relações dialéticas que eles estabelecem entre o homem e a cultura, o homem e os outros e o homem consigo mesmo. A vivência desses processos reflete o resultado de uma integração homem-cultura, funcionando como promotora dessa integração. Enquanto processos, encontram-se tão intimamente interligados que o desenrolar de cada um pressupõe o outro e está pressuposto nele.

Retomando o referencial dado pelos autores de orientação psicanalítica, são esses processos que se encontram na

base do processo de estruturação do sujeito, na constituição de sua individualidade, de sua personalidade. Eles operam durante toda a vida do indivíduo e vão se desenrolando de forma circular, engendrando uma espiral. Assim, há uma constante incorporação de outros níveis de experiência, relações e conhecimentos que permitirão a reintegração, de uma maneira nova, das experiências vividas anteriormente. Isto só acontece graças à possibilidade de simbolização que se faz ou que se fez às custas das experiências vividas, inclusive da vivência do que chamo de "repressão humanizadora". Somente identificado com sua cultura, constituído como sujeito diferenciado dos outros; não alienado na relação com o outro, é que cada homem vai ser capaz de crescer e entrar em universos diferentes.

A idéia da espiral é justamente para mostrar que o processo de educação na família pode ser tomado como condicionante da vida do sujeito. Condicionante, pela importância que tem no processo e por constituir sua base, sem determinar as direções que ele pode tomar ou negar a possibilidade do novo. Caso contrário, estar-se-ia negando a imprevisibilidade humana e as infinitas possibilidades de o homem se colocar frente o mundo e os outros. No referencial analítico, a fixação em determinadas experiências infantis ou padrões de relacionamento sem reformulações ou reintegrações faz parte do capítulo das patologias. Estas, então, numa comparação à queima-roupa, poderiam ser consideradas os "erros", as "falhas" que aconteceram no processo de educação.

Importante assinalar que o processo educacional vivido nos primeiros anos não é feito de forma consciente e não parece obedecer, pelo menos inicialmente, aos princípios da racionalidade. Ao contrário, são as fantasias inconscientes, os desejos, as pulsões e os afetos que desempenham papel fundamental.

NOTAS

- ¹ REZENDE, A.M.de. Educação e Ser no Mundo: Projeto de uma Fenomenologia da Educação. p.200
- ² LAING, R. A Política da Família.
- ³ REZENDE, A. M.de. Op. cit. p.74
- ⁴ GARCIA-ROZA, L.A. Freud e o Inconsciente. p.22
- ⁵ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.74
- ⁶ Ver FREUD, S. O Ego e o Id.
- ⁷ LAING, R. Política da Experiência. p.29
- ⁸ DELEUZE-GUATTARI. Pró Édipo. In: CANEVACCI, M. Dialética do Indivíduo. p.52-56-
- ⁹ KLEIN, M. Sentimento de Solidão. p.29
- ¹⁰ KLEIN, M. Op. cit. p.34
- ¹¹ Klein coloca a formação do super-ego entre o 5º e 6º mês e não como Freud por volta dos cinco anos.
- ¹² Neste tópico, estou me fixando na interpretação freudiana do Édipo. Tal questão é tratada de forma diferente pela teoria kleiniana (Édipo precoce) e por Deleuze-Guattari (anti-Édipo).
- ¹³ Ver GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit.
- ¹⁴ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.222
- ¹⁵ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.222
- ¹⁶ LAING, R. A Política da Família. p.114
- ¹⁷ LAING, R. Op. cit. p.25
- ¹⁸ LAING, R. Op. cit. p.98
- ¹⁹ Este ponto de vista foi desenvolvido especialmente pela Escola Crítica de Frankfurt.

- ²⁰ COOPER, D. A Morte da Família. Ver a Introdução.
- ²¹ LAING, R. Op. cit. p.122
- ²² GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.159. Ver também a análise do Caso do Homem dos Lobos de Freud, na p.155.
- ²³ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.117 e cap. V
- ²⁴ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.164
- ²⁵ PETOT, J. M. Melanie Klein I. p.117
- ²⁶ SEGAL, H. As Idéias de Melanie Klein. p.115
- ²⁷ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p. 74,34,175
- ²⁸ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.223
- ²⁹ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit p.214
- ³⁰ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.145
- ³¹ KLEIN, M. Op. cit. p.16
- ³² SEGAL, H. Op. cit. p.116
- ³³ REZENDE, A.M. de. A Importância da Interpretação Simbólica no Desenvolvimento da Psicanálise.
- ³⁴ REZENDE, A.M. de. Art. cit. p.3-4
- ³⁵ REZENDE, A.M. de. Elementos de uma Metapsicologia Kleiniana da Linguagem. Texto de Aula.
- ³⁶ Apud REZENDE, A.M. de. Art. cit. p.11
- ³⁷ Apud REZENDE, A.M.de. Art.cit. p.5
- ³⁸ Apud REZENDE,A.M de. Art. cit. p.6
- ³⁹ REZENDE, A.M. de. Art. cit. p.6
- ⁴⁰ MANNONI, M. O Psiquiatra, seu "Louco" e a Psicanálise.
P.188

⁴¹ CAMPOS, M.F.P.C. Processos Dialógicos e Construção de Inferências e Justificativas na Aquisição da Linguagem. p.20

⁴² CAMPOS, M.F.P.C. Op. cit.

⁴³ CAMPOS, M.F.P.C. Op. cit. p.53

⁴⁴ CAMPOS, M.F.P.C. Op. cit. p.199-200

⁴⁵ CAMPOS. M.F.P.C. Op. cit. p.194

⁴⁶ CAMPOS, M.F.P.C. Op. cit. p.200

⁴⁷ CAMPOS, M.F.P.C. Op. cit. p.100

CAPÍTULO III

As Relações Familiares

No capítulo anterior, centralizei a atenção no processo de constituição do sujeito no interior da família cujas relações afetivas marcam sobremaneira a vinculação do indivíduo com o mundo e com os outros. A construção do mundo interno do sujeito acompanha a assimilação do mundo externo, crivada pelas disposições internas que dão um colorido especial às experiências e um rumo às interpretações delas.

Como vimos, Klein considera o duplo processo de projeção e introjeção fundamental na interação dos fatores internos e externos, privilegiando os fatores internos. A assimilação e a interpretação das experiências externas dependem, em grande parte, da intensidade com que atuam os impulsos destrutivos e as ansiedades persecutórias e depressivas.¹ Mesmo as experiências adultas são influenciadas pelas atitudes básicas: os julgamentos de realidade nunca estão isentos da influência do mundo interno.² Nesse sentido, é a perspectiva do sujeito do inconsciente que transparece, isto é, a forma pela qual ele constrói seu mundo interno e relaciona-se com o mundo externo. É a ótica privilegiada pela psicanálise cuja preocupação é centralizada no sujeito, especificamente o sujeito do inconsciente.

Porém, quando se aborda a família, tal perspectiva deve ser ampliada. O sujeito se edifica dentro da família que se constitui na relação entre sujeitos. Em decorrência, a análise deve recair, também, em pelo menos dois sujeitos em interação: deve-se ampliar o foco no sentido de captar não apenas o indivíduo, fruto de percepções e das elaborações de experiências infantis, mas também considerar a ação do outro no circuito de tais experiências.

Em defesa deste ponto de vista, tomo aqui o caso Schreber. Este era um juiz alemão que adoeceu mentalmente aos 42 anos (1884), melhorou e teve uma recaída aos 51 anos.

Após sua alta, publicou as "Memórias de Minha Doença Nervosa" em 1903. Voltou a adoecer em 1907, falecendo em um asilo psiquiátrico em 1911.

Freud fez uma análise do relato de Schreber nas "Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia". Pontua dois aspectos das interpretações de Freud: a importância das relações infantis e o papel das relações "atuais" na vida das pessoas.

Em relação ao primeiro aspecto, Freud afirma:

"mais uma vez encontramos-nos no terreno familiar do complexo paterno!"³

A relação infantil de Schreber com o pai é revivenciada no contexto de seu delírio. Suas fantasias delirantes se explicam pela figura do pai. Pelas informações obtidas na época, o pai era um médico muito respeitado cuja memória ainda estava viva através das Associações Schreber. Tornou-se conhecido pelas atividades na área da educação dos jovens. Postulava uma integração entre lar e escola e apregoava a introdução da cultura física e do trabalho manual para jovens com vistas a elevar os padrões de saúde. Dentre outros elementos esta informação ajudou Freud a compreender que a figura de Deus no delírio do paciente era a própria transposição da figura paterna.⁴

Quanto ao segundo aspecto, Freud considerou a importância das "relações atuais" de Schreber com outras pessoas, especialmente sua mulher e seu médico, no desencadeamento de sua moléstia. Ao afirmar que a base da doença estava na irrupção de um impulso homossexual, associou seu aparecimento às férias da esposa:

"é fácil compreender que a simples presença da esposa deve ter atuado como proteção contra o poder atrativo dos homens ao seu redor."⁵

(De acordo com pesquisas posteriores sobre a vida de Schre-

ber, das quais o autor não lançou mão, é digno de nota que a doença (internação em 27 de novembro de 1907) acontece no mesmo ano da morte da mãe (maio de 1907) e logo após uma crise de paralisia da esposa (14 de novembro de 1907)).

No final do capítulo "Tentativas de Interpretação" Freud faz duas considerações importantes para o meu propósito. A primeira é reconhecer que seria muito mais fácil remontar pormenores do delírio e descobrir fontes de seu significado para alguém que estivesse em contato com a família e se movimentasse melhor na sociedade em que Schreber vivia. A segunda estabelece a causa do conflito que irrompeu em relação à fantasia feminina de desejo e associa-o a uma privação (frustração) na vida real.

"Schreber admite haver sofrido privação desse tipo. Seu casamento, que descreve como feliz sob outros aspectos, não lhe trouxe filhos; e, em particular, não lhe trouxe filho homem que poderia tê-lo consolado da perda do pai e do irmão e sobre quem poderia ter drenado suas afeições homossexuais insatisfeitas."⁶

Shatzman⁷, após ter lido algumas publicações do pai de Schreber aponta que várias das experiências pelas quais Schreber foi rotulado como paranóico encontram sentido em procedimentos específicos do pai. Então, ao serem buscadas explicações acerca dos sentimentos do filhos em relação ao pai, é necessário conhecer, também, a idéia e a maneira de ser do pai frente ao filho.

As análises de Freud e Shatzman são exemplos que evidenciam a importância dos outros no desenrolar da vida de cada um. Elas justificam o procedimento adotado neste capítulo.

Na mesma direção, ao tratar da relação mãe-filho, Klein diz que a mãe é o primeiro objeto bom a ser introjetado pela criança. A atitude amorosa muito contribui para a

internalização desse objeto bom. A identificação com uma mãe boa facilita a identificação com um pai bom e com outras pessoas. Afirma, ainda, que uma boa relação dos pais entre si e com a criança, em uma atmosfera doméstica feliz, desempenham papel vital no processo das identificações infantis.⁸ A agressividade inata aumentará pelas circunstâncias externas desfavoráveis e será mitigada pelo amor e a compreensão que a criança receber.⁹

Ainda sobre a importância do outro na estruturação do mundo interno do sujeito, cito o trabalho de França, "Falhas no Desenvolvimento da Estruturação de Self". Através da revisão bibliográfica de autores que trabalham com a questão e da análise do material clínico de um paciente, a autora reafirma a importância do objeto externo como fator estruturante do mundo interno e sua influência sobre as primeiras identificações.

França faz a seguinte descrição de seu paciente, que iniciou a análise aos 10 anos e cuja problemática está justamente vinculada às primeiras identificações:

"Poderíamos, hipoteticamente, descrever o ocorrido da seguinte forma: num primeiro período houve falhas do continente mãe, levando este bebê a uma sensação de insuficiência com conseqüentes dificuldades na integração do self. Uma mãe deprimida não está disponível para realizar suas tarefas de conter identificações projetivas, transformando-as e desenvolvendo-lhe de forma mais digerível para o ego imaturo deste (Bion) ou então, não terá disponibilidade para ser "uma mãe suficientemente boa" que possa "segurar" seu bebê junto a si, permitindo-lhe viver um estado inicial de indiferenciação entre o "eu" e o "não-eu".

Apesar das falhas iniciais, parece-nos ter havido um estado de certa gratificação alcançada através

dos cuidados materiais que esta mãe deu ao filho e que permitiu um certo desenvolvimento. Caso contrário, esta criança poderia se tornar psicótica. Pensamos que se não houvesse sobrecargas, as falhas poderiam ser supridas e esta criança progredir de forma mais ou menos satisfatória.

Num segundo período, que situamos ao redor de 8 meses, momento que corresponde ao período ainda inicial do processo de separação individual, descrito por Mahler, novas dificuldades da mãe (crise depressiva) mais a frustração proveniente do desmame, levaram ao surgimento de novas defesas, onde o objeto-mãe tornou-se um objeto idealizado, incapaz de falhar e as falhas foram vividas como do próprio self do bebê, como explica Winnicott: "após o nascimento do bebê a mãe experimenta um estado que lhe permite se sentir no lugar deste e responder suas necessidades satisfatoriamente." Acrescenta: "passa a existir uma relação do ego entre mãe e bebê da qual a mãe se recupera e a partir da qual o bebê pode eventualmente, construir a idéia de uma pessoa na mãe". ... A perda do seio e da mãe deprimida, faz-nos supor que tais experiências constituíram um montante excessivo de frustração, pouco digerível pelo seu ego imaturo, que não podia contar com a experiência de uma mãe continente."¹⁰

Além da ênfase dada ao papel do outro no desenvolvimento e estruturação do sujeito, na descrição de França e nos comentários do caso Schreber são importantes, também, as interações familiares como elementos estruturadores da família. Todas as relações possíveis se entrecruzam na família, inclusive as relações com as famílias de origem e as famílias futuras.

Tais relações se estruturam ao longo do processo de organização familiar, modificando-se com o correr do tempo. As mudanças estão condicionadas pelas mudanças que ocorrem no espaço da cultura, das gerações familiares e do próprio ciclo vital de cada família.¹¹ As relações familiares assumem formas diferentes nos diversos períodos de sua existência. A estrutura de uma família não é a mesma por ocasião do nascimento, da adolescência e do casamento dos filhos. Dessa forma, o homem não tem uma família mas várias durante a vida: a da infância, a da adolescência, a do casamento, a da velhice; a família do primeiro casamento, do segundo, da viuvez.

Diante disso, o que se evidencia é a interação que existe entre a história do sujeito e a história da família. Ambas se engendram num ato de criação e recriação mútua e constante. Através da família, o sujeito não apenas se identifica com objetos (mãe, pai), mas também internaliza relações entre objetos, relações suas com os objetos e com os outros da família e relações entre todos da família.

Tendo em conta a importância de tais relações, refletirei sobre algumas das possíveis relações familiares. A escolha recai sobre aquelas que são centrais na sua constituição: relação homem-mulher, relação pais-filhos, relações irmão-irmão.

1. A Relação Homem-Mulher

A relação homem-mulher é a primeira relação constitutiva da estrutura familiar e está marcada pelo casamento. Para a Antropologia Cultural, este se constrói à base das relações de troca que são necessárias para a perpetuação da regra social da afinidade, em função da sobrevivência da espécie. Assim, a proibição do incesto é a lei fundamental. É esta que garante o papel cultural da família biológica.

Na perspectiva de Malinowski

"o homem deve educar seus filhos, e essa vocação social que se exerce naturalmente no seio do grupo familiar ficaria irremediavelmente comprometida se emoções de outra natureza abalasses a disciplina indispensável para manter uma ordem estável entre as gerações. O incesto equivaleria à confusão de idades, à mistura das gerações, à desorganização dos sentimentos e uma subversão total de todos os papéis no momento em que a família representa um agente educacional de primeira importância. Nenhuma sociedade poderia existir nessas condições."¹²

Além disso, a família biológica é uma decorrência da família monogâmica patrilinear que surgiu com a descoberta da relação entre ato sexual e geração de filhos. Como já mencionei em capítulo anterior, esta descoberta foi decisiva para que as relações entre amor, sexualidade e casamento ficassem contidas no espaço familiar, tendo em vista especialmente a descendência. Tal organização trouxe conseqüências consideráveis para a relação homem-mulher. Dentre tantas que poderiam ser citadas, aponto o fato de que na família a relação homem-mulher foi marcada por uma situação de desigualdade em que o aspecto de opressão da mulher não pode ser negado. Esta situação vem sofrendo intensas mudanças nas últimas décadas e refletindo significativamente nas relações do casal como um todo.

Apesar do controle e da organização social dentro da qual a relação homem-mulher se estabelece e a família se constitui, tal relação não deixa de ter dentro de si aspectos inerentes à própria condição humana. Dentre eles, destaca-se a vivência da sexualidade que está a meio caminho entre a natureza e a cultura. Nesse sentido, a psicanálise dá um salto diferencial no contexto das outras ciências. Para

ela, a relação entre um homem e uma mulher está inserida na ordem do desejo, ancorado na vivência pessoal da sexualidade cuja estrutura inconsciente é inegável.

Partindo desse referencial, pode-se dizer que o casamento se faz à base de um "contrato secreto"¹³ de que nem mesmo os envolvidos têm consciência. Em princípio, isto acontece porque as motivações que levam à escolha do cônjuge e à duração de uma união são, na maioria, de natureza inconsciente: dizem respeito diretamente às fantasias, desejos e frustrações vividos nos seus relacionamentos infantis, particularmente com os pais, dentre os quais a estruturação e a elaboração da situação edípica ocupam lugar central. Da mesma forma que tudo isso marca, de maneira significativa, a configuração de um casamento, as novas experiências, as necessidades e os anseios, forjados na interação do casal, dão um novo colorido às vivências infantis de cada um, fazendo com que haja sempre uma nova estruturação da pessoa.

No processo de escolha e convivência com o parceiro, a projeção é um dos mecanismos psicológicos que aparecem com mais força¹⁴. Todos sabemos que ela está presente em todos os tipos de relacionamento, mas é mais poderoso em relacionamentos que abrigam laços emocionais fortes, como é o caso do casamento. Pincus e Dare dizem que a projeção permite que se atribua ao outro sentimentos e frustrações que fazem parte do relacionamento vivido com outra pessoa anteriormente. Nas famílias e no casamento, não representa apenas a necessidade de livrar-se dos sentimentos, desejos, frustrações; ao contrário, representa a possibilidade de não perder aspectos de si próprio. Sendo a pessoa amada que vai viver o que foi projetado, é possível contatuar com os próprios sentimentos e desejos sem perdê-los. Um exemplo nesse sentido, dado pelos autores citados, é o caso do homem rígido, com elevados padrões morais, que se mostrava angustiado em relação à sua esposa delinqüente e relaxada, mas que necessitava

dela para expressar atitudes suas que sempre reprimiu e nunca encarou.

A realização e a vivência das projeções no casamento instauram uma dinâmica que pode levar o relacionamento do casal a caminhos diferentes. Um estaria dado pelas possibilidades de crescimento e maturação que cada parceiro teria com a liberação de determinados aspectos de sua personalidade. Outro se refere ao fato de que um parceiro, ao projetar aspectos temerosos de si mesmo no outro, pode entrar em um processo de desassociação. Tal processo o levaria a exigir que o parceiro expressasse tais aspectos de maneira redobrada, o que fatalmente aumentaria a tensão e a ansiedade do relacionamento.

Porém, o fato de que as projeções são importantes no casamento não significa que as pessoas se casam apenas pela necessidade de projeção. Ao contrário, a busca de parceiros semelhantes, ou de aspectos semelhantes no parceiro para que haja um reforço das próprias imagens, é também constitutiva do casamento. Ainda seguindo as idéias de Pincus e Dare, estes dois processos mútuos de projeção e identificação fazem parte integrante do relacionamento a dois. Sobre eles se inscrevem a complementaridade e a reciprocidade de necessidades, afetos, medos, anseios que permitem não só a realização mas a manutenção do acordo matrimonial. Existem um reconhecimento inconsciente partilhado pelo casal e uma cumplicidade no relacionamento que fazem surgir uma constelação de papéis e padrões de relacionamento, tão estáveis que chegam a parecer naturais. Assim, a relação matrimonial é algo mais que a soma das personalidades que a formam. A relação em si tende a influir e mudar cada parceiro que, por sua vez, influi de outra forma na relação.

Então, posso concluir que o casamento se faz através da interação das identidades individuais estruturadas a

partir das vivências familiares de cada um, especialmente da identidade sexual que é fundamental. Em primeiro lugar, porque está relacionada à primeira diferença da existência humana que é o masculino e o feminino. Em segundo lugar, porque diz respeito ao relacionamento sexual entre o homem e a mulher que é a relação privilegiada no casamento. É sobre a identidade sexual de cada um e do relacionamento delas que está calcado todo o processo de identificação dos filhos.

Quanto à importância da relação conjugal, Meyer¹⁵ afirma que a dinâmica do relacionamento do casal tem a propensão de se tornar a dinâmica familiar. O casal representa, especialmente, o aspecto de reprodução da família. O casal é o "veículo de transporte" das expectativas e das necessidades que foram cunhadas por seus ancestrais. Para Meyer, a nova família já se inicia "hipotecada" à sua família de origem.

2. A Relação Pais-Filhos

Se a relação homem mulher é a matriz para a constituição da família, a presença dos filhos é fundamental para caracterizá-la como tal. Em primeiro lugar, o filho marca a presença de uma geração nova e o início de uma relação entre gerações distintas. A primeira deve assumir os cuidados da segunda para que se dê continuidade à vida, à cultura e à história.

Em segundo lugar, o filho implica uma reestruturação de identidade do homem e da mulher. Ser pai e ser mãe pressupõe a incorporação de uma condição nova e definitiva na vida de cada um independente do tipo de relação que venha a existir entre eles. Não se pode deixar de ser mãe e pai. A presença de um vínculo, ainda que apenas biológico, parece ser inegável. Por outro lado, outros tipos de vínculos que não o biológico, podem definir uma situação de paternidade e

de maternidade que se caracteriza, em princípio, como um "ato de vontade".

Em terceiro lugar, o nascimento dos filhos traz uma profunda alteração na estrutura do casal e da família. Cada gravidez, parto, nascimento, significa uma reestruturação nas relações do casal e da família como um todo, tendo em conta suas respectivas histórias.¹⁶

Sob a égide de tantas mudanças, em meio a um momento de crise do casal e da família, começa a se estruturar a mais significativa relação de educação da família, que é a relação pais-filhos. A forma como esta irá se desenvolver dependerá sobremaneira desse momento inicial e dos inúmeros momentos que serão marcados pela interação de tantas diferenças. Dentre elas, podem ser citadas as diferenças pessoais, as diferenças de geração, as diferenças de sexo, as diferenças do crescer, do envelhecer e assim por diante.

Sobre a relação entre pais e filhos, devo destacar que o vínculo que se estabelece entre eles e a natureza de suas relações estão dados especialmente pelos afetos que a conduzem e não apenas pela formalização de uma situação. É dentro da cadeia dos afetos que acontece todo o processo de identificação da criança, bem como sua apropriação do universo simbólico. Nesse sentido, é importante lembrar o posicionamento de Cooper. Apesar de sua aversão pela teoria dos papéis, não descarta (ao contrário, ratifica) a necessidade que a criança tem do amor paterno e do amor materno para se tornar pessoa.

As relações entre pais e filhos acontecem basicamente sobre dois eixos: mãe-filho e pai-filho. Estes marcam níveis de relações diferentes, dados não só pelas condições sociais, econômicas e culturais de um dado momento, mas também pela diferença entre o homem e a mulher, ou talvez, entre paternidade e maternidade. Por isto, tratarei aqui, embo

ra rapidamente, das duas relações separadamente. Isto não significa uma setorização das relações, nem uma maneira de valorizar uma ou outra, mas apenas uma maneira didática de tratar a questão. Sabemos, de antemão, que é no entrelaçamento delas e de todas as outras relações possíveis que se forja a cada nascimento um outro sujeito.

2.1. A Relação Mãe-Filho

De acordo com meu ponto de vista, antes de se falar sobre a relação mãe-filho, julgo necessário trabalhar um pouco a questão da maternidade. Se, por um lado, ela contém e está contida na relação mãe-filho, por outro, ela antecede esta relação.

A concepção de maternidade, todos sabemos, varia com o tempo. A de hoje não é a mesma de cinquenta anos atrás, quando significava a principal função da mulher e fazia parte da "ordem natural" do casamento. Ao contrário, na família de hoje, ela pode ser considerada como uma opção do casal, ou mesmo da mulher especificamente. Apesar de todas as mudanças ocorridas e que ainda ocorrerão quanto às figuras e papéis familiares, a maternidade guarda dentro de si uma relação central para a vida do homem. A mãe para o bebê é a primeira pessoa que se oferece para a intermediação entre ele, o mundo e os outros.

Em princípio, a maternidade pode ser vista sob duas vertentes. A primeira é dada pela relação biológica que existe entre a mãe e o bebê, através de todo o processo natural de gestação, parto, amamentação. Para a mulher, o filho é mais arraigado. Enquanto um homem pode engravidar uma mulher sem o saber e, assim, ignorar ou "negar" sua paternidade, ela não pode ter um filho sem o saber. Mesmo que interrompa a gravidez ou deixe a criança com outros, não pode negar sua maternidade ainda que temporária.

Embora esse processo seja um elo importante para a compreensão da intensidade da ligação da mãe com o bebê, não se pode esquecer todo o processo cultural que envolve o natural. A gravidez, o parto e a amamentação estão marcados pela cultura¹⁷. A forma de experienciar os fatos naturais está condicionada pelas vivências, interpretações, normas e valores culturais. Por exemplo, no caso específico da amamentação, verifica-se toda uma regulação ditada pela cultura como um todo, pelas tradições familiares e, também, pelas disposições pessoais que a diferenciam e a submetem às leis da regulação fisiológica.

Sem dúvida, o que existe em relação à maternidade é uma prevalência do cultural sobre o natural¹⁸, fato esse que se pode confirmar claramente nos casos de adoção. Uma mulher pode vir a ser mãe mesmo não tendo vivido o processo natural da gravidez e do parto. Por outro lado, só o processo natural não é suficiente para assegurar que uma mãe "natural" fique com seu bebê.

Esta considerações a respeito da maternidade foram feitas no sentido de afirmar que a relação mãe-filho, assim como todas as relações humanas, é algo construído a partir do encontro de pessoas cujo vínculo pode ser fortalecido pelo processo natural vivido. Ainda que, num primeiro momento, o bebê não seja uma pessoa nos termos convencionais, ele já aparece como um outro que interfere na forma de ser da mulher, nos seus sentimentos e disposições.

Portanto, a relação mãe-filho se caracteriza, essencialmente, pelo intenso envolvimento entre a mãe e o bebê, dado especialmente pela dependência total do segundo e pelo afeto que circula entre eles. Ela engloba um processo de aprendizagem mútua através do qual vão se estruturando padrões de relacionamento, cuja vivência tem significados diferentes para o filho e para a mãe.

2.1.1. A Mãe para o Filho

Para o bebê a mãe é o centro de referência do mundo. Talvez ninguém tenha descrito a relação da criança com a mãe com mais propriedade do que Klein. Para ela, esta é a relação fundamental na estruturação do sujeito, sendo que todas as outras lhe são recorrentes.

Como vimos, é na relação com a mãe que a criança vai experienciar os mais variados sentimentos (amor/ódio, inveja, gratidão). É nela que acontecem os processos (divisão, projeção, introjeção, identificação) através dos quais a criança vai incorporando o mundo externo e modelando seu mundo interno. Dessa forma, ela vai se fazendo e se colocando no mundo como pessoa.

Além disso, a mãe está sempre identificada à figura de mulher e, por isso, representa a mais importante imagem de feminilidade para a identificação sexual da criança. Para a menina, ela é o objeto de identificação; para o menino, ela é o objeto do desejo. Ambos levarão consigo a mulher que estará presente nas futuras escolhas do rapaz e na forma de ser da menina.

Em termos culturais, a mãe representa a primeira autoridade para a criança. Embora tradicionalmente a autoridade estivesse ligada à figura paterna, não se pode esquecer que, comumente, é a mãe que introduz as primeiras normas culturais e os primeiros limites do comportamento. É a ela que cabe a decisão sobre o cotidiano da criança. Nele estão incluídos a alimentação, a higiene pessoal, o relacionamento social e as normas implícitas nestas atividades. De acordo com Klein, é nas relações com a mãe que acontece a formação do super-ego do bebê nos primeiros meses de vida.

A mãe também é figura central na aquisição dos primeiros conhecimentos do mundo, nas primeiras explicações so-

bre ele e, enfim, no processo de apropriação da cultura, especialmente da língua "materna".

2.1.2. O Filho para a Mãe

Se para o bebê a relação com a mãe significa sobrevivência e estruturação como sujeito num determinado espaço cultural, para a mãe a maternidade marca sua condição de mãe e de mulher. Assim como o bebê vai se fazendo como homem, a mulher, na sua relação com ele, vai aprendendo a ser mãe, moldando esta identidade e colocando em movimento o círculo interminável da vida e da cultura.

A presença do filho para a mulher significa a vivência de três categorias de experiência que marcarão sua forma de ser como mãe e como pessoa: as experiências vividas em sua família de origem, as experiências relativas à vida conjugal e aos outros filhos e as experiências da mãe com seu bebê especificamente.

Na primeira categoria estão incluídas as vivências infantis da mãe em relação às figuras parentais (especialmente a identificação com a própria mãe), suas experiências como bebê, como filha e como irmã no círculo familiar de origem. Junte-se a isso os medos, as expectativas, os sentimentos familiares, geralmente inconscientes, ligados à questão do nascimento e de seu próprio nascimento.

Na segunda categoria destaca-se a estrutura de relações do casal, a participação do cônjuge nos devidos cuidados com a mulher e com o bebê. Além disso, deve-se considerar o significado e a experiência de cada nascimento e de cada filho para o casal, para a mãe e para a família como um todo.

Na terceira categoria, a relação específica da mãe com o recém-nascido se estabelece desde a concepção, passando pela gravidez e pelo parto. As características individuais de cada um, as respostas mútuas que vão se estruturando

e o conjunto de acontecimentos que cercam essa relação nesse determinado momento são fundamentais nesse processo.

Além da estruturação pessoal da identidade materna que marca decisivamente a forma de interação com o bebê, não se deve deixar de lado a referência cultural dessa identidade. Culturalmente, pressupõe-se uma caracterização do que é ser mãe, incluindo uma variação do comportamento materno. A mulher é considerada uma boa mãe à medida que cumpre as expectativas culturais em relação aos cuidados e às obrigações que tem com o filho.

Se, por um lado, tal perspectiva significa uma forma de identidade cultural, por outro, especialmente na nossa sociedade (onde o nascimento e o fato de ser mãe são considerados maravilhosos), passa-se ao largo das crises e dos conflitos da mulher na maternidade. Acredito que haja uma tendência à negação ou à invalidação dos sentimentos hostis, e mesmo conflitantes, da mãe em relação ao bebê. Isto faz com que, na maternidade, além dos seus próprios conflitos ou daqueles que afloram nessa ocasião, a mãe pode também viver uma situação conflituosa dada a discrepância entre os sentimentos que vivencia e os que deveria vivenciar.

2.1.3. A Mãe para a Mãe

A relação mãe-filho, assim como todas as outras relações familiares, não se restringe a determinados períodos, especificamente. Ao contrário, elas fazem parte da vida de cada um e vão se estruturando de acordo com as novas situações ditadas pelo desenvolvimento pessoal de seus membros e pelos acontecimentos familiares e sociais. Nesse sentido, é que tomo aqui a relação mãe-filha, por ocasião da maternidade da segunda.

Este momento ocasiona uma profunda reestruturação da relação entre ambas, pois deixa de ser apenas uma relação

mãe-filha e passa a ser também uma relação mãe-mãe. Pode-se falar que, nesta ocasião há não só um reencontro com a mãe internalizada, mas também com a mãe real. Sem dúvida, tal situação se caracteriza, essencialmente, por uma relação de aprendizagem, marcada tanto pela diferença (mãe-filha) quanto pela igualdade (mãe-mãe).

Pincus e Dare¹⁹ afirmam que a maioria das jovens mães sentem-se mais próximas de suas próprias mães com quem podem partilhar os segredos da maternidade. Esta relação será facilitada se tiverem uma imagem de uma mãe boa. As mães-avós são reconhecidamente importantes enquanto transmissoras de conhecimentos a respeito da gravidez, do parto, dos cuidados com o bebê e como ponto de referência para o comportamento materno e familiar.

Para finalizar esta rápida discussão a respeito da relação mãe-filho, quero citar duas concepções que lhe dão a dimensão de sua importância. A primeira é a de Lacan que, ao tratar a questão da imagem do seio materno, no capítulo sobre o "complexo do desmame" diz:

"No aleitamento, no abraço e na contemplação da criança, a mãe, ao mesmo tempo, recebe e satisfaz o mais primitivo de todos os desejos. Até a tolerância da dor do parto pode ser compreendida como o fato de uma compensação representativa do primeiro dos fenômenos afetivos que surge: a angústia nascida com a vida. Apenas a imago que imprime no mais profundo do psiquismo o desmame congênito do homem pode explicar a potência, a riqueza e a duração do sentimento materno. A realização desta imago na consciência assegura à mulher uma satisfação psíquica privilegiada, ao passo que seus efeitos na conduta da mãe preservam a criança do abandono que seria fatal para esta."²⁰

A segunda é de Klein. No pós-escrito do trabalho "Nosso Mundo Adulto e Suas Raízes na Infância" a autora relata o seguinte fato: ao discutir suas opiniões sobre o desenvolvimento do caráter, numa conferência, um antropólogo contestou seu pressuposto de um fundamento geral para o desenvolvimento do caráter. Seu argumento repousava nas suas experiências com outra cultura na qual a valorização do caráter era completamente diferente. Através dos exemplos dados por seu contestador, Klein pode interpretar a simbologia presente nas situações descritas, interpretação que foi aceita por seu interlocutor. Este acontecimento suscitou a seguinte conclusão de nossa autora:

"Cito este exemplo, para lembrar possíveis vínculos entre culturas que parecem inteiramente diferentes e indicar que tais vínculos se encontram na relação com o objeto bom primitivo, a mãe, quaisquer que sejam as formas de distorção do caráter que se aceitem ou mesmo se admirem."²¹

2.2. A Relação Pai-Filho

Ao contrário da relação mãe-filho, a relação pai-filho é marcada essencialmente pela cultura. Esta afirmação pode ser analisada pelo menos dentro de duas perspectivas. A primeira refere-se a uma visão que chamo aqui de antropológica social do pai com o filho, tendo em conta a história da cultura. A segunda diz respeito ao sentido psicanalítico, da do especialmente por Lacan, do pai como representante da ordem simbólica (cultura). Tais enfoques, longe de se excluírem ou se confundirem, são distintos, mas presentes no circulo das relações entre pais e filhos. É sobre eles que me detenho nos itens abaixo.

2.2.1. A Relação Pai-Filho numa Perspectiva Antropológica Social

Através dos estudos da Antropologia²² pôde-se verificar que a relação entre pai e filho é um fenômeno cultural. Este é dado especialmente pela lei da proibição do incesto e pelas diferentes formas de relações que os pais mantêm com seus filhos nas diferentes culturas.

Em nossa cultura, especialmente, esta relação é marcada inexoravelmente pela descoberta e valorização do vínculo biológico e pela estreita relação, apontada por muitos autores, entre as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais e as mudanças nas relações entre pais e filhos²³. Dentro de uma ótica histórica, é possível dizer que o pai de hoje não é o mesmo dos primórdios da formação da família monogâmica patrilinear. A sua participação na vida doméstica, como já marquei no primeiro capítulo, decididamente não é a mesma. O filho está mais ligado ao afeto do que à propriedade e ao poder. Numa perspectiva atual, Gadotti define a paternidade como uma relação amorosa que se constrói dialeticamente a partir de relações de unidade e oposição com o filho que levam o filho a crescer como homem²⁴.

Apesar desta polarização que acabo de fazer entre o que foi e o que está sendo postulado como sendo, é importante ressaltar que a paternidade e a relação entre pais e filhos, como todo fenômeno humano, comporta uma multiplicidade de aspectos. O que existe é o privilégio de um deles ou de alguns em determinados momentos da história. Então, não se pode dizer que o afeto não estivesse presente na relação pais-filhos em tempos passados e nem que o aspecto do poder esteja ausente na relação atual.

Na tentativa de compreender esta relação que se foi construindo historicamente, tomo dois aspectos que permeiam a relação pai-filho e aparecem como questões importantes: o pai como autoridade e o pai como modelo.

2.2.1.1. O Pai como Autoridade

A relação entre pai e autoridade talvez seja uma das questões mais polêmicas não apenas na perspectiva da família, mas da sociedade como um todo. É um dos aspectos privilegiados em muitas análises que se fazem sobre as relações entre estrutura social e estrutura familiar²⁵.

Por exemplo, no trabalho "Autoridade e Super-ego: o Papel da Família", Fromm aponta como Freud tratou o problema da autoridade, relacionando-o com a questão da psicologia das massas e do super-ego. Na teoria freudiana, o pai aparece como figura proibitiva e identificatória. A partir disso, afirma que o fato do super-ego

"surgir nos primeiros anos de vida da criança, como uma instância condicionada ao medo do pai e ao mesmo tempo pelo desejo de ser amado, a família se revela como uma importante ajuda para a criação da posterior capacidade do adulto de crer ou de se subordinar à autoridade."²⁶

Para ele, a relação entre a autoridade e o super-ego é uma relação dialética, pois o

"super-ego é uma interiorização da autoridade e a autoridade é transfigurada pela projeção nela das características do super-ego e, nessa forma transfigurada, é novamente interiorizada."²⁷

Numa outra perspectiva, Adorno e Horkheimer enfatizam que a crise da família está diretamente relacionada à debilidade do papel paterno na sociedade. A ausência de autoridade paterna leva os jovens à busca de qualquer outra autoridade. Eles afirmam que

"na sociedade industrial tardia, todo indivíduo está só... De sua relação com o pai a criança extrai apenas a idéia abstrata de um poder e de uma força arbitrária e sem limites, e busca um pai mais forte, mais poderoso que o pai real o qual já não cor

responde à velha imagem; em suma, uma espécie de super-pai, tal como foi produzido pelas ideologias totalitárias."²⁸

Através desses exemplos, o que se pode inferir é que a questão da autoridade na nossa sociedade está de certa forma vinculada à figura paterna e que o pai se constitui como um elo importante na cadeia das relações entre estrutura individual-familiar e a estrutura social. É importante dizer que a noção de autoridade paterna foi se modificando através dos tempos. Sem dúvida, ela reflete os diferentes posicionamentos que o homem foi assumindo na sua relação com o mundo e os outros.

Pensando estritamente na relação pessoal entre pai e filho, a autoridade aparece como um componente importante dessa relação. Gadotti, na definição de paternidade, fala numa dialética de relações de unidade e de oposição. Para ele, se a relação pai-filho

" se reduzir à relação de oposição esta ferirá a liberdade do filho e acentuará a autoridade (autoritarismo) do pai. Por outro lado, se ficar na pura unidade, esgota-se a autoridade do pai e o filho se sente abandonado, sem pai. No primeiro caso, temos uma paternidade baseada na autoridade e no segundo temos uma paternidade ausente."²⁹

Mesmo Lu Hsün, literato chinês que muito criticou a intocabilidade da autoridade paterna na China, ao postular uma mudança na natureza das relações entre pais e filhos, encontrou uma outra forma de autoridade. Para ele, uma vez estabelecido o vínculo amoroso, a relação pai-filho deveria se pautar por três requisitos: a compreensão, a capacidade de guiar (grifo meu) e a libertação.³⁰

Dessa forma, o que vejo em ambas as posições é a afirmação de uma relação educadora entre pais e filhos

e a contestação dos pais apenas como autoridade emanadora de ordens. A autoridade está inscrita no âmbito da relação educadora evidenciada através do papel de guia atribuído por Lu Hsün e pela relação de oposição apontada por Gadotti.

Ainda nesse sentido, em entrevistas e depoimentos publicados recentemente³¹, pais que viveram e levaram a bandeira das idéias contestatórias da década de 60, apregoando a liberalidade dos pais, hoje acreditam, enquanto pais, que o liberalismo total reconhecidamente não é a fórmula ideal dentro de uma relação educadora.

O que se denota é que uma nova paternidade, uma nova relação entre pais e filhos está sendo engendrada. Esta não tem mais na autoridade o seu aspecto privilegiado e condicionador de todas as formas possíveis de relações, mas nem por isso ela está ausente.

2.2.1.2. O Pai como Modelo

Em termos culturais, a perspectiva do pai como modelo parece ser incontestável. Este sofre mudanças historicamente, pois está vinculado à própria imagem de homem, às normas e valores que prevalecem numa cultura nos seus diferentes momentos. Pensar no pai como modelo, hoje, significa considerar especialmente o momento de conjugação entre a crise de um modelo e a construção de outro.

Até pouco tempo, o modelo de pai estava ancorado basicamente no princípio da autoridade (emanação de ordens e poder de decisão sobre o destino dos filhos), na sua responsabilidade pela sobrevivência da família e no seu papel de representante público da mesma.

Atualmente, dadas as mudanças ocorridas na estrutura cultural, especialmente em relação à mulher e à criança, o pai começa a se definir de uma outra maneira. Nesse momento, o pai também está envolvido com o espaço doméstico no que

diz respeito à convivência e aos cuidados com os filhos e à maior expressão do afeto que está contido nessa relação.

Assim, o que se pode dizer é que a família está atravessando um momento cultural de aprendizagem do que seja um novo pai. Certamente, o modelo anterior não consegue dar conta das mudanças ocorridas no meio intra- e extra-familiar, mas nem por isso se desvencilhou dele. A busca de um outro é algo que está em movimento e, portanto, difícil de ser analisado. O que assinalo nessa transição é a valorização da afetividade (entendida no sentido psicológico do termo) no relacionamento entre pais e filhos e o desafio ao equacionamento da questão da autoridade na nova relação em construção.

Retomando Gadotti, dentro da relação educadora com o filho, o pai deve ser um ponto de referência e não necessariamente um modelo. Para o autor,

"os filhos devem ter nos pais pelo menos um ponto de referência, não importando muito qual seja, para que possam reconhecer-se a si próprios... Os pais não precisam ser modelos, nem exercer autoridade: talvez seja suficiente que dêem um testemunho de um caminho vivido, nada mais, sem a certeza de que é um caminho que trilhariam de novo. Isto não significa que os filhos não assumam seu pai de diferentes formas."³²

Desse depoimento, me é possível inferir que há dúvidas a respeito da eficiência de um modelo. Então, o que os novos pais estão buscando não seria um novo modelo, mas talvez um estilo de relações onde pais e filhos pudessem não só fazerem-se como homens, mas também se encontrarem como homens.

2.2.2. A Relação Pai-Filho numa Perspectiva Psicanalítica

Sem dúvida, foi a psicanálise que permitiu a com-

preensão do papel do pai na estruturação do sujeito, pontuando a importância dessa relação na vida da criança. A vivência da relação edípica, como descreveu Freud, é o marco fundamental no processo do desenvolvimento infantil. A formação de instâncias psíquicas como super-ego e ideal do ego são decisivas no processo de identificação da criança e na estruturação das relações que ela manterá consigo mesma e com os outros.

Lacan, na sua releitura de Freud, acentua de forma decisiva aquilo que chamou de "função do pai". Para ele, o pai é aquele que se interpõe na relação mãe-filho, fazendo deste um sujeito diferenciado. Esta intervenção é fundamental na constituição do sujeito simbólico, pois, sem a experiência da relação triangular a criança se perderia na relação imaginária.

Dentro da situação edípica, a relação da criança com o pai é marcada por dois momentos. O primeiro se constitui como aquele em que o pai intervém na relação da criança com a mãe, produzindo a disjunção mãe fálica/criança-falo, sendo, desta forma, vivido como um outro e como sendo a própria lei. O segundo momento está dado pelo fato de que o pai deixa de ser a lei para ser apenas o representante dela. Dessa forma, o que ocorre é a substituição da identificação da criança com o eu ideal para uma identificação com o ideal do eu. Isto é, a criança deixa de se identificar consigo mesma e passa a se identificar com o pai enquanto representante da Ordem Simbólica. Nesse momento, portanto, ela é introduzida na ordem da cultura.³³

Tendo em conta esta relação central postulada pela psicanálise entre o pai e o filho, é necessário considerar a vivência pessoal dessa relação. Esta, ao lado de outras experiências infantis, tais como a experiência de cada um como filho e como irmão e os sentimentos acerca do próprio nascimento, presentificar-se-á em cada homem ao tornar-se pai e

e influenciará sua maneira de ser e suas relações com os filhos. Estarão presentes nessas relações, também, as vivências mais recentes, como a experiência conjugal, a experiência com os outros filhos e medos e expectativas a respeito do nascimento.

Assim como a mãe, o pai tem suas raízes na infância e vai sendo forjado na própria existência, através do longo processo de elaborações com os outros e consigo mesmo. Finalmente, o processo de relações entre pais e filhos é marcado mutuamente por ambos, sendo o encontro deles o condicionador da natureza dessas relações.

3. A Relação entre Irmãos

As relações entre irmãos parecem ser, na literatura, as menos exploradas teoricamente, porém não são menos importantes no contexto das relações familiares.

Tal situação creio estar condicionada especialmente pelas dificuldades de se apreender as infinitas possibilidades de interação que podem ocorrer entre irmãos. Estas são dadas principalmente pelos seguintes fatores: a estrutura interna de cada um; as idiosincrasias que envolvem cada filho na estrutura familiar tais como idade, sexo, ordem de nascimento, expectativas em torno de cada nascimento, de cada filho, de cada irmão; a relação direta que existe entre os relacionamentos de cada filho com os pais e o que o irmão representa dentro delas; as relações que cada um estabelece com a família extensa (avós, tios, primos) e com o mundo extra-familiar; e as rápidas mudanças que ocorrem com o desenvolvimento de cada um.

Apesar da complexidade que caracteriza a relação entre irmãos, é possível dizer que, da mesma maneira que a família se caracteriza pela presença de filhos, a relação entre irmãos está marcada, em princípio, pela presença de pais comuns. Isto condiciona a existência de uma estrutura parti-

lhada através da qual todos se sentem membros da mesma família, um fator importante no processo de identificação de cada sujeito e do grupo familiar.

A estrutura partilhada que se faz, inicialmente, em torno dos pais partilhados tem pelo menos duas conseqüências importantes na relação entre irmãos. Por um lado, ela evidencia os laços de união de uma família, dando a cada um o sentido de pertencer a um determinado grupo com que está identificado. Por outro lado, não se pode negar o aspecto da disputa presente na situação de partilha que, inicialmente, é marcado pela partilha dos pais. Traduzindo ambas as posições em termos de afeto, temos, permeando as relações entre irmãos, sentimentos de amor e união e sentimentos de ciúme e de inveja.

No âmbito dessa problemática, podemos recorrer a ilustrações clássicas dos relatos míticos de Antígona e de Caim e Abel. Antígona, na sua obstinação em enterrar seu irmão, contestou a autoridade da pólis dizendo não existir poder para fazê-la separar-se dos seus. Ela não teria assumido tal tarefa se fossem filhos ou marido: com o marido morto, poderia ter outro homem e outro filho dele. Com os pais já mortos, ele não tinha mais oportunidade de outro irmão.³⁴

O relato bíblico de Caim e Abel aponta justamente o sentimento de inveja entre irmãos. Ao ver sua oferenda preterida pelo Senhor em função da oferenda de Abel, Caim foi induzido a matar o irmão pelo profundo sentimento de inveja, como está relatado no Gênesis.³⁵

Na perspectiva psicanalítica, Lacan³⁶ aborda a questão da relação entre irmãos através do que denomina de complexo de intrusão. Este junto com o complexo do desmame e o complexo de Édipo constituem os complexos familiares. O complexo de intrusão diz respeito à experiência que a criança tem ao se aperceber de que outras participam de sua relação doméstica. Descobre, portanto, a presença de irmãos.

Lacan coloca, então, o ciúme infantil como sendo característico da criança, constituindo o arquétipo dos sentimentos sociais.

Através de suas investigações, especialmente na relação entre crianças de 6 meses a 2 anos, Lacan considerou que o ciúme infantil na sua base representa mais uma identificação mental que uma rivalidade vital. Na situação fraterna primitiva, a agressividade se demonstra secundária à identificação.

Tomando a passagem de Santo Agostinho ("vi e observei uma criança cheia de inveja, que ainda não falava e já olhava pálida, de rosto colérico, para o irmãozinho colação" (Confissões, I, VII)), Lacan evidencia que mesmo este ciúme está relacionado, em princípio, à identificação. Ele se manifesta mesmo quando o irmão foi desmamado há muito e não está em concorrência vital com o bebê. Acontece porque há uma identificação com o estado do irmão. Sobre esta situação o autor ainda escreve que

"a imagem do irmão não desmamado só atrai uma agressão especial porque este repete no sujeito a imago da situação materna e com ela o desejo de morte."³⁷

Mas afirma que mesmo este fenômeno é secundário à identificação.

Nos termos de Lacan, a relação entre irmãos, que se dá ao nível de uma relação imaginária, é a imago do duplo: o eu se constitui ao mesmo tempo que o outro no drama do ciúme. Assim como a relação do filho com a mãe, a relação entre irmãos implica a introdução de um terceiro objeto que substitui a confusão afetiva e a ambigüidade especular. Na busca do terceiro objeto que implica, ao mesmo tempo, rivalidade e concordância, ele reconhece o outro com o qual se engaja na luta ou no contrato. Por isso, esta relação se revela como

o arquétipo das relações sociais. Nesse sentido, o autor afirma que o grupo familiar reduzido à mãe e à pátria desenha um complexo psíquico no qual a realidade tende a permanecer imaginária ou no máximo abstrata.

Na análise de Lacan, o fato e a época do aparecimento do irmão condicionam sua significação para o sujeito. A intrusão, que é o aspecto traumático do irmão, direciona-se do recém-nascido para afetar o ocupante. A reação deste ocupante (que, em primeiro lugar, é o primogênito) dependerá de seu desenvolvimento psíquico. Se acontecer numa fase anterior ao Édipo e a criança for se encontrar ainda na aflição do desmame, poderá ocorrer uma regressão ou então uma reação de destruição imaginária do monstro. Se o irmão chegar após o Édipo, será adotado na maioria das vezes no plano das identificações parentais. O irmão não será para o sujeito o obstáculo ou o reflexo, mas sim uma pessoa digna de amor e ódio. As pulsões agressivas se sublimam em ternura ou severidade.

Visto de um outro ângulo, o irmão primogênito fornece também o modelo arcaico do eu. Quanto mais conforme for esse modelo com o conjunto das pulsões do sujeito, mais feliz será a síntese do eu e mais reais as formas da objetividade.³⁸

Numa rápida conclusão a este capítulo, é no contexto das relações familiares, que são afetivas por excelência, que se inicia a aprendizagem do humano e que torna cada bebê uma pessoa capaz de símbolo e integrada no seu espaço cultural. Foi justamente este o sentido que quis privilegiar ao tratar das relações familiares enquanto constitutivas do processo educacional na família.

NOTAS

- ¹ KLEIN, M. O Sentimento de Solidão. p.38
- ² KLEIN, M. Op. cit. p.28
- ³ FREUD, S. O Caso Schereber. p.76
- ⁴ FREUD, S. Art. cit. p.71
- ⁵ FREUD, S. Art. cit. p.64
- ⁶ FREUD, S. Art. cit. p.78
- ⁷ SHATZMAN, Schereber. In: CANEVACCI, M. Dialética do Indivíduo. p.199-208
- ⁸ KLEIN, M. Op. cit. p.30
- ⁹ KLEIN, M. Op. cit. p.26
- ¹⁰ FRANÇA, N.R.de A.F. Falhas no Desenvolvimento da Estruturação do Self. p.20
- ¹¹ ACKERMAN, N. Diagnóstico y Tratamiento de las Relaciones Familiares. P.37
- ¹² LEVI-STRAUSS, C. O Problema do Incesto. In: CANEVACCI, M. Dialética da Família. p.193
- ¹³ Ver PINCUS, L. & DARE, C. Psicodinâmica da Família.
- ¹⁴ Ver LAING, R. A Política da Família. Cap. Projeção
MEYER, L. Família, Dinâmica e Terapia. Cap. Deslocamentos Velados: O Mundo da Dinâmica Familiar.
- ¹⁵ MEYER, L. Op. cit. p.21
- ¹⁶ PINCUS, L & DARE, C. Op. cit. p.49
- ¹⁷ Estou entendendo cultura como expressão de existência, que envolve a dialética das manifestações coletivas, familiares e pessoais, de que cada homem é portador.

- ¹⁸ Ver LACAN, J. Os Complexos Familiares. p.23
- ¹⁹ PINCUS, L. & DARE, C. Op. cit. p.54
- ²⁰ LACAN, J. Op. cit. p.27
- ²¹ KLEIN, M. Op. cit. p.47
- ²² Ver LEVI-STRAUSS, C. As Estruturas Elementares do Parentesco.
- ²³ Ver CANEVACCI, M. Dialética da Família. Introdução.
- ²⁴ GADOTTI, M. Dialética do Amor Paterno. P.49
- ²⁵ Ver ADORNO & HORKHEIMER. Sociologia da Família.
FROMM, E. Autoridade e super-ego.
MITSCHERLICH, A. A Ausência do Pai.
HSUN, L. Como Ser Pai.
In: CANEVACCI, M. Dialética da Família.
- ²⁶ FROMM, E. Art. cit. p.169
- ²⁷ FROMM, E. Art. cit. p.171
- ²⁸ ADORNO & HORKHEIMER. Art. cit. p.222
- ²⁹ GADOTTI, M. Op. cit. p.49
- ³⁰ HSUN, L. Art. cit. p. 118
- ³¹ Folha de São Paulo, Suplemento Casa e Companhia, 13/8/88.
- ³² GADOTTI, M. Op. cit. p.41
- ³³ GARCIA-ROZA, L.A. Op. cit. p.223
- ³⁴ SÓFOCLES, Antígona, Editorial verbo, Lisboa
- ³⁵ Bíblia Sagrada, Gênesis
- ³⁶ Ver LACAN, J. Op. cit.
- ³⁷ LACAN, J. Op. cit. p.35

CONCLUSÃO

Concluir este trabalho não é, para mim, tarefa fácil. Considerando a natureza do tema, pode-se dizer mesmo que ele é inconclusivo. Afinal, ainda há muitas coisas por dizer, muitas discussões a realizar, muitos aspectos por trabalhar e explorar. Mas, restringindo-me ao apresentado, coloco esta conclusão dentro de três dimensões maiores. A primeira é relativa ao próprio texto; a segunda diz respeito a algumas das possíveis conseqüências para os educadores; e a terceira refere-se a questões da família no contexto da sociedade atual, questões estas que surgem sempre que o assunto é família.

O texto é uma busca de compreensão da família como lugar de educação e, no contexto fenomenológico, como sendo a aprendizagem humano-significativa da cultura, aprendizagem que corresponde ao próprio processo de humanização. A família é tomada como foco cultural por excelência. Dentro dela o homem vive os mistérios da vida, o nascimento, a morte. Ela estabelece a continuidade entre as gerações e elabora o seu cotidiano. É a família que cumpre o difícil papel de fazer do bebê um homem culturalizado.

Partindo dessas afirmações, o texto é perpassado por duas idéias centrais: a importância dos afetos no processo da aprendizagem humana e a importância das relações familiares que, em princípio, são essencialmente afetivas.

A idéia dos afetos como motor da aprendizagem humana está vinculada à contribuição da psicanálise para a compreensão do homem. Foi ela que, ao descentralizar a questão do homem do consciente para o inconsciente, abriu espaço para compreendê-lo fora dos limites da razão e do conhecimento. Dessa forma, acentuou-se a importância das experiências infantis e dos vínculos afetivos, tanto a nível da

da construção do sujeito simbólico, como da preservação da família enquanto grupo.

Quanto à segunda idéia, as relações familiares são tomadas como categoria central do processo de aprendizagem. Elas se caracterizam pelo afeto que contêm e são fundamentais para o estabelecimento do vínculo afetivo. É no jogo das interrelações familiares que a família se faz como lugar de experiências, lugar de repressão e lugar de simbolização. Com efeito, é na vivência desses processos familiares que ocorre o processo de identificação do sujeito. Através deste, ao mesmo tempo em que se percebe como único, diferenciado do outro, o indivíduo se sente identificado com este outro.

A psicanálise privilegia as primeiras relações como fundamentais na vida do homem. Klein acentua a importância das relações do bebê com a mãe nas quais são vivenciados os sentimentos inerentes ao homem, através dos processos de introjeção e projeção. Os freudianos, especialmente Lacan, acentuam as relações com o pai como estruturantes do sujeito simbólico. Ao lado dessas relações, não se pode deixar de considerar as relações entre irmãos. Como assinalai, elas também fazem parte do jogo de relações que constituem o indivíduo.

Então, é através da vivência desses processos de experiências, repressão e simbolização que a cultura vai se fazendo e se refazendo. O homem, nas relações que vai estabelecendo com os outros, apropria-se da cultura, especialmente da língua materna. Em última análise, são as relações familiares que vão sendo vivenciadas, revivenciadas e transformadas durante a vida de cada pessoa, à medida que novas relações se estabelecem, novas famílias se constituem e novos nascimentos acontecem.

A segunda dimensão é dada especialmente pelas conseqüências que este trabalho sobre família pode ter para os

educadores. Inicialmente, este texto marca uma descentralização da educação do eixo das relações de conhecimento e de saber para o eixo das relações afetivas, especialmente das relações familiares. Isto, em primeiro lugar, denota a inserção do processo de educação da família nos quadros das Ciências da Educação que até então vêm privilegiando outras formas de educação.

Em segundo lugar, presume-se que a compreensão do processo de educação intra-familiar, nos moldes tratados, pode ajudar a compreender, de modo significativo, muitas questões relativas a outras formas de educação, particularmente aquelas que dizem respeito ao contexto da relação educador-educando.

Dentre os inúmeros aspectos que poderiam ser ressaltados neste item, enfatizo, a título de ilustração três deles. O primeiro concerne ao papel que a história de cada indivíduo desempenha no âmbito das interações que ocorrem a cada momento na vida das pessoas. Com efeito, a relação educador-educando está marcada pela história da vivência de cada um. As relações entre eles estão calcadas sobre as vivências anteriores que atuam significativamente no direcionamento das novas relações.

O segundo é decorrente do primeiro e diz respeito à importância para os educadores de compreender o processo de estruturação do sujeito, especialmente os mecanismos de introjeção e de projeção, descritos por Klein. Como foi assinalado, estes se presentificam em todo o relacionamento e a possibilidade de identificá-los traria ao educador condições de lidar mais adequadamente com os problemas encontrados em sua relação com o educando.

O terceiro aspecto relaciona-se com o próprio processo de aprendizagem humana. Este se desenrola durante toda a vida do homem de forma circular, formando uma espiral. A

circularidade instaura a possibilidade de cada nova experiência e de cada nova relação serem incorporadas pelo processo global, dando ensejo a reelaborações, reestruturações de experiências e relações anteriores. Os educadores que trabalham com pessoas e, muitas vezes, com pessoas em momentos de crise e de reestruturações podem ser figuras importantes no contexto das identificações.

Na terceira dimensão caberiam todas as dúvidas, críticas e incertezas a respeito da família. Guardando a perspectiva histórica da família, não houve, nesta dissertação, a intenção de assumir uma postura favorável à preservação da família tal como está dada. Antes, o que se procurou foi resgatar o conteúdo humano das relações que a tornam um lugar importante no processo de humanização. Afinal, tratar a família apenas como estrutura ou entidade inserida no todo social pode implicar na descaracterização das relações entre pessoas que nela vivem. Estas, de uma forma ou de outra, estão fazendo a sua história e a história da cultura.

Por outro lado, tal afirmação não significa que as relações familiares ocorrem isoladamente, fora da estrutura cultural. Ao contrário, ela se encontra justamente no ponto de imbricamento do homem e da cultura. O fato de estar a meio caminho entre a natureza e a cultura, entre o individual e o social faz com que ela se defina essencialmente pelos conflitos que lhe são inerentes. No seu interior, convivem os opostos: o natural e o cultural, o individual e o social, o masculino e o feminino, o velho e o novo, o nascimento e a morte. É na convivência com todos esses conflitos que a família vai se constituindo, pressionada pela ordem cultural em que está inserida e pelas questões individuais emergentes. Os conflitos, as crises fazem parte da estrutura e da vida de cada família do mesmo modo que estão presentes na vida de cada indivíduo. Assim, a família se estrutura e se reestrutura através da história.

Atualmente, a família parece estar passando por um momento importante no processo de sua reestruturação. Ela procura novas formas de convivência, não mais baseadas na autoridade e no poder dos pais e nem na negação do indivíduo em função do grupo. Utopicamente, poder-se-ia dizer que há uma busca do fortalecimento dos vínculos afetivos e de relações mais igualitárias entre seus membros. Essa é uma possibilidade para preservar o que de comunitário restou na vida moderna. A maneira como irá evoluir não sabemos. A análise das possibilidades de evolução é assunto para outros trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

- ACKERMAN, N. Diagnóstico y Tratamiento de las Relaciones Familiares. Buenos Aires, Horme-Paidós, 1971 (2ª ed.)
- ANDOLFI, H. A Terapia Familiar. Lisboa, Vega, 1981
- ARENDDT, A. A Condição Humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, Salamandra; São Paulo, EDUSP, 1981
- BADINTER, D. Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985 (2ª ed.)
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1981
- BATESON, G. et alii. Interación Familiar. Buenos Aires, (ed.) Buenos Aires, 1980
- BRANDÃO, C.R. O Que É Educação. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos, 20)
- Saber e Ensinar. Campinas, Papyrus, 1984
- A Educação como Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985
- BUBER, M. Eu e Tu. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979 (2ª ed.)
- Do Diálogo e do Dialógico. São Paulo, Perspectiva, 1982. (Col. Debates)
- CAMPOS, M.F.P.C. Processos Dialógicos e Construção de Inferências e Justificativas na Aquisição da Linguagem. Campinas, Tese de Doutorado: UNICAMP, 1985.
- CANEVACCI, M. (org). Dialética do Indivíduo: o Indivíduo na Natureza, História e Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1984 (2ª ed.)
- Dialética da Família: Gênese, Estrutura e Dinâmica de uma Instituição Repressiva. São Paulo, Brasiliense, 1987 (5ª ed.)

- CHATELET, F. História da Filosofia: Idéias e Doutrinas. O Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- CHAUÍ, M. O Que É Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1981 (3ª ed.) (Col. Pimeiros Passos)
- Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)Conhecida. São Paulo, Brasiliense, 1984 (7ª ed.)
- COOPER, D. A Morte de Família. São Paulo, Martins Fontes, 1980
- FRANÇA, H.R.de A.F. Falhas no Desenvolvimento da Estruturação do Self. Artigo apresentado na Reunião da SBPSP. São Paulo, 1988
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970 (2ª ed.)
- Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970 (2ª ed.)
- Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 (5ª ed.)
- FREUD, S. Psicopatologia da Vida Quotidiana. Lisboa, Estúdios Cor, s.d.
- Cinco Lições de Psicanálise. Ed. Standard Brasileira, Vol. XI. Rio de Janeiro, Imago, 1970
- O Caso Schreber. Ed. Standard Brasileira, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1970
- O Ego e o ID. Ed. Standard Brasileira, Vol. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1970
- FRIEDENBERG, E. As Idéias de Laing. São Paulo, Cultrix, 1973.
- GADOTTI, M. Dialética do Amor Paterno. São Paulo, Cortez, 1986. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, 15)
- GARCIA-ROZA, L.A. Freud e o Inconsciente. Rio de Janeiro, Zahar, 1987 (3ª ed.)

- MORAES, J.F.R de.(org). Construção Social da Enfermidade. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978 (Col. Educação Universitária)
- OSTERRIETH, P. A Criança e a Família. Lisboa, Europa-América, 1975 (Col. Saber)
- PEREIRA, L e outro (org.) Educação e Sociedade. São Paulo, Nacional, 1976
- PETOT, J.M. Melanie Klein I: Primeiras Descobertas e Primeiro Sistema: 1919-1932. São Paulo, Perspectiva, 1987 (Col. Estudos)
- Melanie Klein II: o Ego e o Bom Objeto: 1932-1960. São Paulo, Perspectiva, 1988 (Col. Estudos)
- PINCUS, L & DARE, C. Psicodinâmica da Família. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981
- PRADO, D. O Que É Família. São Paulo, Brasiliense, 1986 (col. Primeiros Passos, 50) (8ª ed.)
- REZENDE, A.M. de. Educação e Ser no Mundo: Projeto de uma Fenomenologia da Educação. Campinas, Tese de Livre Docência, UNICAMP, 1978
- (org). Iniciação Teórica e Prática às Ciências da Educação. Petrópolis, Vozes, 1979
- Psicanálise e Filosofia das Ciências. Revista IDE, 114. São Paulo, 1987
- Importância da Interpretação Simbólica no Desenvolvimento da Psicanálise. Artigo apresentado na SBPSP. São Paulo, 1988
- SANTOS, J.L. dos. O Que É Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1980 (col. Primeiros Passos, 110)
- SATIR, V. Terapia do Grupo Familiar. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980 (2ª ed.)

- SEGAL, H. As Idéias de Melanie Klein. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1983
- VALLE, E & QUEIROZ, J.J. (org) A Cultura do Povo. São Paulo, Cortez & Moraes, EDUC, 1979 (Col. do Instituto de Estudos Sociais, 1)
- WALROND-SKINNER, S. Terapia Familiar. Buenos Aires, America Norildis, 1978.